



Universidade de Brasília
Faculdade de Ceilândia
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde

Itala Lopes Cardoso

Entre narrativas biográficas: a vida de diaristas no trabalho doméstico

Brasília-DF
2017

Itala Lopes Cardoso

Entre narrativas biográficas: a vida de diaristas no trabalho doméstico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília para obtenção do Grau de Mestre em Ciências e Tecnologias em Saúde.

Área de concentração: Promoção, Prevenção e Intervenção em Saúde

Linha de Pesquisa: Ciências Sociais e Saúde Coletiva

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC268e Cardoso, Itala Lopes
Entre narrativas biográficas: a vida de diaristas
no trabalho doméstico / Itala Lopes Cardoso;
orientador Sílvia Maria Ferreira Guimarães. --
Brasília, 2017.
154 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências e
Tecnologias em Saúde) -- Universidade de Brasília,
2017.

1. Trabalho doméstico. 2. Trabalho feminino. 3.
Biografia. 4. Diaristas. 5. Saúde da trabalhadora.
I. Guimarães, Sílvia Maria Ferreira, orient. II.
Título.

Itala Lopes Cardoso

Entre narrativas biográficas: a vida de diaristas no trabalho doméstico

25 de julho de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Examinador Externo: Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela

Examinador Interno: Profa. Dra. Rosamaria Giatti Carneiro

Examinador Interno (Suplente): Profa. Dra. Andrea Donatti Gallassi

Dedico esta dissertação a todas as mulheres trabalhadoras informais, em especial à minha mãe Fátima e à minha avó Terezinha, minhas inspirações, exemplos de mães, esposas e trabalhadoras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família, pelo amor, pelo apoio a todo o momento e por me incentivar a trilhar esse caminho.

A toda equipe docente e técnico-administrativa do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília, pela oportunidade de aprendizado.

À minha orientadora, Sílvia Maria Ferreira Guimarães, que possibilitou que eu ingressasse nos estudos da área das ciências sociais na Saúde Coletiva, na época da graduação na Universidade de Brasília, a partir do envolvimento com o projeto de pesquisa da professora Sílvia é que foi despertado em mim o interesse pela área que até hoje me encanta. Obrigada pela paciência, dedicação e pelos ensinamentos que me deram as bases para que esse trabalho se concretizasse.

E a todas as diaristas que, mesmo após longa e pesada jornada de trabalho, estavam dispostas a compartilhar comigo suas histórias de vida e experiências no trabalho doméstico. Muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação é resultado do estudo qualitativo sobre a história de vida de trabalhadoras domésticas diaristas, que teve como objetivo a análise das representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de trabalhadoras domésticas diaristas. A análise do tema justifica-se pela escassez de pesquisas desenvolvidas voltadas para os problemas de saúde das trabalhadoras domésticas, necessárias para subsidiar a ação estatal no desenvolvimento de estratégias e políticas de promoção da saúde e de prevenção e controle dos riscos ocupacionais votadas para os milhões de trabalhadoras brasileiras que atuam na informalidade em atividades domésticas assalariadas, consideradas indispensáveis pela maior parte das famílias de classe média e alta. O estudo foi realizado com quatro mulheres, residentes das cidades do Entorno do Distrito Federal, que exercem ou exerciam o trabalho doméstico remunerado durante a maior parte de suas vidas na categoria profissional de diarista, em residências do Distrito Federal. Por meio de entrevistas não estruturadas baseadas nas histórias de vida e nas estratégias de enfrentamento frente aos problemas cotidianos, as diaristas narraram suas experiências e percepções que orientaram suas escolhas e relações de trabalho. A análise das trajetórias das diaristas revelou o quanto sua origem em camadas populares, a história familiar, baixa escolaridade, o fato de serem mulheres e a necessidade de conciliar o trabalho doméstico remunerado e a criação dos filhos, se constitui como fatores determinantes da opção pelo trabalho como diarista. Os resultados do estudo apontam que a falta de regulamentação da profissão, a condição servil e a ambiguidade na relação com os membros da família da patroa, as longas jornadas de trabalho, as múltiplas responsabilidades e os problemas com assédio e discriminação colocam as diaristas em situação de risco para sua saúde. Evidenciou-se, ainda, a necessidade de construção de políticas públicas que contemplem a segurança e a saúde das trabalhadoras domésticas.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, Biografia, Diaristas, Trabalho feminino, Relações trabalhistas, Saúde da trabalhadora.

ABSTRACT

This dissertation is the result of the qualitative research on the life history of domestic day laborers, whose objective was the analysis of the representations and perceptions about the informality of the work contract and the health risks of domestic day laborers. The analysis of the subject is justified by the lack of researches developed on the health problems of domestic workers, necessary to subsidize the State's actions in the development of strategies prevention and control of occupational risks and health promotion policies for the millions of Brazilian female workers who work in informality in paid domestic work, considered indispensable by most middle and upper class families. The research was carried out with four women, residents of the cities surrounding the Federal District, who were engaged or exercise domestic work during most of their lives in the professional category of day laborer in residences of the Federal District. Through unstructured interviews based on life stories and coping strategies front of everyday problems, the day laborers narrated their experiences and perceptions that guided their choices and working relationship. The analysis of the trajectories of the domestic day laborers revealed how much their origin in popular classes, the family history, low level of education, the fact of being women and the need to reconcile paid domestic work with the establishment of children, are the determining factors for their choice to work as day laborer. The results of the research suggests that the lack of regulation of the occupation, the servile condition and the ambiguity in the relation with the members of the employer's family, the long working days, the multiple responsibilities and the problems with harassment and discrimination put the day laborer's health at risk. It was also evidenced the need to construct public policies that contemplate the safety and health of domestic workers.

Keywords: Domestic work, Biography, Day laborer, Working women, Working relationship, Occupational health.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Jornada média semanal (em horas) das trabalhadoras domésticas, por característica da ocupação no serviço doméstico, Distrito Federal, 2005 – 2015.	48
Tabela 2 -	Rendimento médio real (1) por hora no trabalho principal das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, Distrito Federal, 2005-2015.	48
Tabela 3 -	Distribuição das trabalhadoras domésticas, por característica da ocupação no serviço doméstico, segundo contribuição para a Previdência Social, Distrito Federal, 2005 – 2015.	49
Tabela 4 -	População residente, por cor ou raça, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.	60
Tabela 5 -	Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.	61
Tabela 6 -	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios de Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.	61
Tabela 7 -	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.	62
Tabela 8 -	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.	63
Tabela 9 -	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho, e valor (em reais) do rendimento nominal mensal médio e mediano, por sexo, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos Serviços Domésticos no total de ocupações, Distrito Federal, 2005-2015.	45
Gráfico 2 - Estimativa de mulheres empregadas domésticas em relação ao total de ocupadas, Distrito Federal, 2005-2015.	46
Gráfico 3 - Distribuição das trabalhadoras domésticas por característica da ocupação no serviço doméstico, Distrito Federal, 2005-2015.	46
Gráfico 4 - Taxa de fecundidade total, segundo as grandes regiões brasileiras, 1940-2010.	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Microrregião do Entorno do Distrito Federal.	56
------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Perfil das trabalhadoras domésticas entrevistadas	67
------------	---	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A -	PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA	130
ANEXO B -	ARTIGO SUBMETIDO À REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICA & TRABALHO	132
ANEXO C -	NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA	153

LISTA DE SIGLAS

Art.	Artigo
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIT	Conferência Internacional do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DF	Distrito Federal
EC	Emenda Constitucional
FENATRAD	Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
HMIB	Hospital Materno-Infantil de Brasília
HUB	Hospital Universitário de Brasília
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	Maranhão
n°.	Número
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PEC	Proposta a Emenda Constitucional
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RIDE/DF	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal
TMC	Transtornos mentais comuns

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1.	AS ORIGENS DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL	22
2.2.	A FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO	25
2.3.	A FIGURA (CONCEITO) DA TRABALHADORA DOMÉSTICA	36
2.4.	DESIGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	37
2.5.	A INFORMALIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO	41
2.6.	O SERVIÇO DOMÉSTICO NO DISTRITO FEDERAL	44
3.	OBJETIVOS	50
3.1.	OBJETIVO GERAL	50
3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	50
4.	PERCURSO METODOLÓGICO	51
4.1.	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA ORIENTADORAS	51
4.2.	O TRABALHO DE CAMPO	54
4.3.	LÓCUS DO TRABALHO DE CAMPO	55
4.4.	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES ONDE MORAM	58
4.5.	PRECEITOS ÉTICOS	64
5.	ENTRE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: A VIDA DE DIARISTAS NO TRABALHO DOMÉSTICO	65
5.1.	BREVE DESCRIÇÃO SOBRE AS DIARISTAS E SEUS CONTEXTOS	65
5.2.	O INÍCIO PRECOCE NO TRABALHO DOMÉSTICO: MARCAS DO TRABALHO INFANTIL	67
5.3.	CRIANDO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO NO CUIDAR DE SI	77
5.4.	O DIA A DIA NO TRABALHO DOMÉSTICO COMO DIARISTAS	86
5.5.	RELACIONAMENTO ENTRE PATRÃO/PATROA E DIARISTAS: CRIANDO AS RELAÇÕES TRABALHISTAS A PARTIR DO VIVIDO	94

5.6. PERCEPÇÕES SOBRE A SAÚDE DAS DIARISTAS	110
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESIGUALDADE SOCIAL NA SAÚDE	118
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	130

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado faz parte de um caminho que venho percorrendo na minha trajetória acadêmica. O interesse pela área das ciências sociais na saúde coletiva foi inspirado pela minha trajetória no curso de Graduação em Saúde Coletiva. Na graduação, fui integrante de um grupo de pesquisa, cujo objetivo principal consistia em acompanhar terapeutas populares que atuavam no Distrito Federal e na região do Entorno do DF. Nessa ocasião, tive contato com um universo de mulheres, moradoras da periferia, pertencentes das camadas populares e que atuavam no cuidado de outras pessoas, de maneira informal, como parteiras. Sempre estava atenta às particularidades dessas mulheres e suas respectivas práticas, considerando as influências de suas trajetórias de vida. A condição periférica, a ausência do Estado e a capacidade destas mulheres para driblar as dificuldades e desenvolver seus próprios meios de sobrevivência foram os aspectos que me motivaram a continuar investigando esse campo.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília, ainda mantinha o interesse por essa temática. Foi quando ouvi a história de Ana, uma mulher que sempre trabalhou cuidando da casa e das crianças para outras famílias, que a iniciativa de desenvolver este estudo foi criada. A oportunidade de ter contato com uma outra categoria de trabalho, a das domésticas, que até então eu nunca havia tido o contato, pois no meu contexto familiar essas mulheres não faziam parte do mesmo, abarcou o meu interesse por se tratar de uma atividade que abrange a maior quantidade de mão de obra feminina, periférica e não especializada. Foi então que entrei em contato com a literatura referente ao trabalho doméstico remunerado, e através dessa leitura escolhi focalizar o meu olhar para a situação daquelas mulheres que se encontram sem amparo legal, as diaristas, por considerar que estas estão em situação de maior vulnerabilidade, comparado às empregadas domésticas.

Em contextos marcados por desigualdades sociais estruturantes - de gênero, raça, etnia, classe, local de moradia -, no Brasil, as ocupações e relações de trabalho figuram como um outro marco social e sofrem com a precarização. Nos últimos anos, surgiram, no Brasil, de um lado, novos modos de trabalhar e de se inserir no mercado de trabalho e, do outro lado, cresceram as ocupações informais,

em um movimento que acompanhou o avanço das políticas neoliberais. Dentre estas ocupações informais, está o trabalho doméstico exercido pelas diaristas, cujas atividades são cumpridas sem vínculo formal de trabalho e majoritariamente por mulheres¹. No universo das ocupações marcadas pela precarização, há uma marca de gênero, 92 % dos empregos domésticos são ocupados por mulheres, e esta é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras, o equivalente a 14% do total das vagas ocupadas por este segmento populacional, no Brasil².

Ao mesmo tempo que o trabalho doméstico é pouco valorizado e encontra dificuldades na conquista de direitos para essa categoria, tal ocupação é muito utilizada como opção de fonte de renda de mulheres de classe social baixa, com baixo nível de instrução e que sua atuação em atividades domésticas assalariadas ainda é considerada indispensável pela maior parte das famílias de classe média e alta^{2,3}. Nesse sentido, revela as contradições de um país desigual e entre o universo das mulheres brasileiras, onde mulheres, que não tiveram oportunidades de estudar e se inserirem em outras ocupações, se veem permitindo a ascensão de mulheres de classe média e alta que procuram ter redução da sobrecarga do trabalho de casa e a participação no mercado de trabalho, especialmente as que têm filhos pequenos. Também, é possível afirmar que a desigualdade entre mulheres é marcada pela raça/cor, pois as mulheres empregadas domésticas, em sua maioria, são negras. Por conseguinte, marca essa relação de trabalho uma herança do processo de escravização na relação mantida entre as casas grandes e as mulheres escravizadas, que mantinham toda a rotina doméstica dessas casas.

A contratação de trabalhadoras domésticas está vinculada a essa lógica colonial que perdura⁴. Essas contratações ocorrem em um ambiente familiar e íntimo, e suas principais tarefas estão extremamente ligadas ao cuidado e a personalidade, tais como limpar, cozinhar, lavar, passar e cuidar dos filhos de outras pessoas. Sua execução tem a particularidade de ser realizado na intimidade cotidiana de seus empregadores, produzindo relações baseadas em fortes laços afetivos construídos e compartilhados através dos vínculos de cuidado, que marcam suas posições trabalhistas e suas histórias pessoais⁴. Essas marcadas por violência e por um processo de desumanização da mulher negra.

Por conseguinte, considerada uma reminiscência do período escravagista e colonial, o serviço doméstico é um trabalho que apresenta características marcantes, como o isolamento social e a baixa regulação estatal, que favorece determinadas formas de superexploração por parte dos empregadores⁵.

O trabalho doméstico é uma ocupação pouco valorizada socialmente, e a informalidade é, muitas vezes, associada à precariedade das relações de trabalho¹. O estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que fez um recorte estatístico de 2004 a 2014, apresentou o retrato dessas mulheres em trabalho doméstico a partir dos dez anos de idade, demonstrando a violência do trabalho infantil e o quanto são precárias as condições de quem vive dessa profissão. A média de estudo delas é de seis anos e meio, o salário é de aproximadamente R\$ 700, e, até 2014, mais de 70% não tinha carteira assinada². Nesse sentido, a condição de diarista é tida como uma atividade laboral desgastante, exercida por quem não tem opções¹.

Os estudos sobre esse fenômeno mundial da precarização de contratos de trabalho ainda são muito escassos e focalizam, principalmente, aspectos demográficos e econômicos. Todavia, mais recentemente o impacto sobre a saúde e o bem estar dos trabalhadores vem sendo estudado do ponto de vista epidemiológico, e os resultados têm demonstrado que, enquanto nos países industrializados os trabalhadores informais apresentam maiores incidências de acidentes de trabalho e outros problemas de saúde, nos países em desenvolvimento, como no Brasil, os trabalhadores com vínculo precário tendem a não perceber os seus problemas de saúde, ou mesmo minimizar seus efeitos, retornando mais brevemente ao trabalho⁵.

Segundo Iriart *et al*⁶, as trabalhadoras em serviços domésticos são mais comumente migrantes, jovens, solteiras, negras, e de menor nível socioeconômico e de baixa escolaridade, do que aquelas com outras ocupações. São, também, as que apresentam mais sintomas de depressão e ansiedade, como tristeza e desânimo, dificuldade de concentração, palpitações e agressividade, além da alta incidência de acidentes ocupacionais não fatais nessa ocupação, estimada em 7,3%, comparado a mulheres que exercem outras ocupações (4,5%)⁵. Esse quadro torna-se ainda mais complexo, pois existe uma série de outros fatores, para além do trabalho

doméstico, que influenciam negativamente a saúde destas trabalhadoras, como a falta de lazer, a violência, o racismo, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e o desamparo pela ação do Estado.

O trabalho doméstico permanece na invisibilidade tanto no âmbito social como no âmbito da saúde pública, uma vez que há poucas investigações na área da saúde da trabalhadora doméstica^{3,6}. Embora as atividades domésticas assalariadas tenham sido abordadas pela sociologia e antropologia, são poucas pesquisas desenvolvidas voltadas para os problemas de saúde destas trabalhadoras^{4,7}.

Estudos sobre como pensam, percebem e se posicionam as trabalhadoras em relação a este tipo de inserção no mercado de trabalho, e sobre como esse tipo de vinculação afeta a sua saúde e segurança, impondo-lhes riscos, são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias inovadoras, que contemplem políticas de promoção da saúde e de prevenção e controle dos riscos ocupacionais⁵. Ademais, pesquisadores têm chamado atenção para a dimensão social e cultural do risco, apontando a importância de se compreender o ponto de vista de trabalhadores expostos a riscos ocupacionais, para que esse conhecimento possa subsidiar processos decisórios e de regulação desses riscos⁵.

Estudos qualitativos, com abordagens em profundidade das representações e experiências dos trabalhadores, permitem a apreensão de aspectos intersubjetivos, fundamentais para que mudanças de percepção e comportamento, requeridas nos programas de prevenção, sejam pensadas⁵. Isso porque se entende que os trabalhadores são atores sociais que sofrem as determinações de suas condições objetivas de existência, mas que também interpretam, explicam e agem sobre a realidade, construindo uma visão de mundo que reflete as contradições e conflitos presentes nas condições sociais em que estão inseridos⁵.

Portanto, investigar o trabalho doméstico, significa apreender o universo de milhões de trabalhadoras brasileiras que ainda se encontram à margem da produção acadêmica e, no caso da saúde pública, permitir que haja uma reflexão acerca da representação social do trabalho doméstico e da percepção sobre os riscos à saúde destas trabalhadoras, verificando dimensões de segregação e marginalização marcadas pela pobreza, raça/etnia e gênero. De modo a preencher essa lacuna do conhecimento, este estudo teve como objetivo analisar as representações e

percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de trabalhadoras domésticas diaristas.

Esta dissertação está organizada em seis seções principais referentes à Introdução, à Fundamentação teórica, onde são apresentadas algumas questões importantes para compreensão do estudo sobre a origem e o reconhecimento formal do trabalho doméstico, o conceito de trabalhadora doméstica e a diferença entre as categorias de diarista e empregada, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, o racismo, a informalidade no trabalho doméstico e a situação do serviço doméstico no Distrito Federal e na denominada Região do Entorno do Distrito Federal⁽¹⁾, que é o *locus* do presente estudo. A terceira e a quarta sessão compreende os objetivos e a metodologia do estudo. Os resultados da pesquisa, junto com sua discussão, foram apresentados na quinta sessão, subdivididos entre seis temas. O primeiro, denominado “Breve descrição sobre as diaristas e seus contextos”, apresenta o perfil das diaristas participantes deste estudo; O segundo se refere ao início precoce no trabalho doméstico; O terceiro está intitulado como “Criando estratégias de enfrentamento no cuidar de si”, e discorre sobre algumas situações difíceis vivenciadas pelas diaristas durante a fase da adolescência e início da idade adulta; Em seguida, na subsessão denominada de “O dia a dia no trabalho doméstico como diaristas”, é apresentado o cotidiano laboral das entrevistadas; Na quinta subsessão é discutido o relacionamento entre patrão e doméstica e são apresentadas questões sobre as relações trabalhistas e a escolha das mulheres pelo tipo de trabalho doméstico; A última subsessão se refere à saúde das trabalhadoras domésticas, onde são apresentadas as percepções das diaristas sobre sua saúde/adoecimento e suas estratégias de cuidado de si mesmas e de seus filhos; Por fim, a sexta e última sessão desta dissertação traz as considerações finais, onde é discutido como a desigualdade social, que cerca a categoria profissional das diaristas, afeta a saúde.

⁽¹⁾ O Distrito federal (DF) junto com os municípios da Região do Entorno do DF compõe a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE/DF). Esta é uma região metropolitana brasileira que está situada em mais de uma unidade federativa, sendo constituída pelo DF e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais⁸.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. AS ORIGENS DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

No Brasil, algumas pesquisas mostram a origem escravista do trabalho doméstico, que surge no início do processo de colonização do país, a partir da exploração da mão de obra dos indígenas, por meio de processos de escravização, para a construção de infraestrutura para a fixação dos europeus nas terras brasileiras³. Neste período, as atividades domésticas eram realizadas por índias escravizadas que socavam o milho, preparavam a mandioca, teciam redes e moldavam o barro⁹. A prática era ter essas mulheres como esposas e essa ação se dava por meio do rapto e violência contra a mulher indígena.

Posteriormente, com o desenvolvimento da atividade açucareira no século XVI, os europeus passaram a utilizar mão de obra escrava de povos trazidos do continente africano, para atender as demandas das grandes lavouras que se instalavam no Brasil³. Assim, as tarefas domésticas, como lavar, cozinhar e cuidar de crianças, foram atribuídas às mulheres escravizadas que vinham da África. As categorias de “mucamas” e “criadas” diziam respeito ao trabalho executado por mulheres negras ou mestiças no interior dos domicílios⁹.

O espaço domiciliar reunia a família do senhor e indivíduos escravizados, era onde se dissolviam as barreiras da privacidade entre brancos e negros, ampliando a relação entre senhores e escravos para além da relação de produção. Uma vez que a mucama, que era uma propriedade particular que tinha dentre outros atributos o aleitamento dos filhos dos senhores, cuidava da casa, das crianças e da senhora, estabelecia-se, nesse lugar, laços de afetos⁹. Além disso, sofria da violência sexual dessa figura do homem colonizador que se desenhava. De acordo com Yoshikai³ a forma como o engenho e as casas dos senhores eram estruturadas, acabavam permitindo a convivência das escravas próximas à família dos senhores de engenho, onde inexistia a noção de intimidade. A poetisa e intelectual negra Conceição Evaristo¹⁰ retrata em seus poemas esses processos na vida das lavadeiras que guardavam reminiscências desse processo de escravização:

“As mãos lavadeiras, antes tão firmes no esfrega-torce e no passa-dobra das roupas, ali diante do olhar conferente das patroas, naquele momento se tornavam trêmulas, com receio de terem perdido ou trocado alguma peça.

Mãos que obedeciam a uma voz-conferente. Uma mulher pedia, a outra entregava. E quando eu, menina, testemunhava as toalhinhas antes embebidas de sangue, e depois, já no ato da entrega, livres de qualquer odor ou nódoa, mais a minha incompreensão diante das mulheres brancas e ricas crescia. As mulheres de minha família, não sei como, no minúsculo espaço em que vivíamos, segredavam seus humores íntimos. Eu não conhecia o sangramento de nenhuma delas. E quando em meio às roupas sujas, vindas para a lavagem, eu percebia calças de mulheres e minúsculas toalhas, não vermelhas, e sim sangradas do corpo das madames, durante muito tempo pensei que as mulheres ricas urinassem sangue de vez em quando.”¹⁰

No Brasil, o trabalho doméstico realizado por indivíduos escravizados foi fundamental na estruturação da vida privada patriarcal. Cabia à mulher escravizada o cuidado com o lar, a amamentação e o cuidado com os filhos de suas senhoras, o que acendia os laços afetivos entre essas mulheres e os filhos das senhoras. Assim, as mulheres escravizadas tornavam-se as cuidadoras das crianças brancas. Mas, essa relação de afetos não era percebida da mesma maneira pelos filhos que essas mulheres cuidavam, a escritora Carolina de Jesus¹¹ retrata a violência como as filhas das cozinheiras negras eram violentadas como meros objetos sexuais pelo filhos dos donos das casas onde suas mães trabalhavam.

Por sua vez, os senhores sustentavam a ideia de propriedade, inclusive do corpo das escravas, fazendo delas objetos de comércio e prazer pessoal. A proximidade do espaço doméstico possibilitou violência sexual dos senhores com essas mulheres escravizadas, gerando filhos mestiços, não reconhecidos de senhores com suas escravas, marcando a violência das famílias que essas mulheres negras constituíam⁹.

Com a mudança da família real ao Brasil e a instauração do Império, a vida privada no país cresce marcada pelo “escravismo moderno”, ou seja, no dualismo Estado escravista e família escravista, uma vez que os indivíduos escravizados eram considerados como propriedade dos seus senhores enquanto a ordem pública dava o aval a esta prática^{3,9}.

Na sociedade imperial, a noção de intimidade passa a ser aplicada e começam a se distanciar a senzala da casa grande, reatualizando os espaços de segregação. As mulheres escravizadas que moram dentro da casa grande eram escolhidas pela aparência e se vestiam de forma diferenciada das outras mulheres mantidas na senzala, formando uma divisão entre as mulheres da senzala e as da

casa grande, desenhando o grupo social formado por indivíduos escravizados e negros na estratificação social⁽²⁾ brasileira³.

Em 1850, com o fim do tráfico e com a abolição da escravidão, o trabalho doméstico tornou-se um meio de sobrevivência para essas mulheres, houve um remanejamento interno da mão de obra das pessoas que eram escravizadas que passou a ser executado no interior da vida doméstica. Muitos continuaram servindo seus “senhores”, pois não tinham para onde ir, submetendo-se ao trabalho doméstico em troca de moradia e alimentação, permanecendo os trabalhadores domésticos em situação de completa dependência, subordinação e exploração, reatualizando o processo de escravização. De tal modo, o trabalho doméstico continuou nos moldes do sistema escravista⁹.

Com a promulgação da lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o “trabalho escravo” tornou-se proibido, foi um processo gradual que começou com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871, pela Lei dos Sexagenários de 1885 e, finalmente, pela Lei Áurea⁹. Contudo, nesta época, quase não existia legislação que regulamentasse as formas de trabalho, então, a relação de trabalho dos “*ex escravos*” passou a ser regida como as demais formas de trabalho, pelas regras de locação de serviços⁹. Em suma, o que se observou foi a continuidade da escravidão em outros termos.

Com a abolição da escravidão e com a política de embranquecimento da população brasileira a partir das imigrações europeias, as mulheres brancas imigrantes, também, passaram a realizar atividades domésticas assalariadas. Desta forma, o trabalho doméstico se torna o trabalho destinado socialmente às mulheres³. No entanto, diante da dimensão que foi o processo de escravização e do que é o racismo na sociedade brasileira, a cor negra e parda marcam o trabalho doméstico no Brasil.

⁽²⁾ Segundo Stavenhagem (1962), a estratificação social é um conceito universal que representa a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade com base no prestígio diferencial das distintas posições sociais, situando os indivíduos na estrutura social através de critérios objetivos (como, por exemplo, propriedades, bens e nível de educação) e subjetivos (como prestígio e valorização de atributos de legitimação como família de origem, etnia, sexo e cor da pele), dando origem as classes sociais³.

2.2. A FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

As primeiras leis trabalhistas brasileiras que buscavam assegurar os direitos para essa população apenas começaram a surgir no século XX, no entanto, estas normas foram direcionadas apenas a algumas categorias profissionais, geralmente eram normas que beneficiavam a classe dos senhores⁹.

Em 1916, com a promulgação do Código Civil, a matéria sobre a relação dos domésticos passa a ser disciplinada, ainda com a denominação de locação de serviços, trazia em seus artigos 1216 a 1236 as normas que deveriam ser observadas quando da locação de serviços: A retribuição financeira só era exigível após a conclusão do serviço ou podia ser paga em prestações (Art.1219); O prazo máximo dos contratos era de 4 anos, impreterivelmente (Art.1220); Era obrigatório o aviso prévio para rescisão dos contratos sem prazo determinado que variava de 1 a 8 dias (Art.1221); Podiam ser exigidos quaisquer serviços compatíveis com as forças e condições do trabalhador (Art.1223); Previam-se justas causas para que o trabalhador desse por findo o contrato como, por exemplo, a morte do locatário, a exigência de serviços superiores às suas forças, legalmente proibidos, moralmente condenáveis ou estranhos ao contrato, o tratamento com rigor excessivo, o descumprimento contratual pelo locatário, ofensas morais ou vulnerabilidade a situação de perigo manifesto de dano ou mal considerável (Art.1226); Previam-se, por outro lado, justas causas para rescisão contratual pelo tomador dos serviços (locatário) como, por exemplo, a perpetração de ofensas morais pelo trabalhador a pessoa de sua família, “vícios ou mau procedimento do locador”, inobservância de obrigação contratual e imperícia na execução dos serviços (Art.1229); O contrato deveria, em regra, ser cumprido pessoalmente pelo trabalhador (Art.1232)¹².

Em 30 de julho de 1923, o Decreto nº. 16.107 estabeleceu normas específicas para a locação de serviços domésticos. Este Decreto regulava as relações entre o doméstico e o contratante de seus serviços. Este Decreto não fazia qualquer distinção do trabalho em residência, hotéis, restaurantes, e escritórios. Trazia ainda a descrição de quem eram os domésticos, elencando entre outros as “amas secas ou de leite”, reforçando o vínculo do trabalhador livre com resquícios da escravidão. O Decreto buscava regulamentar a expedição de carteira de anotações. A Carteira

profissional era o principal meio de controle que o empregador exercia sobre o trabalhador, nela podiam ser anotadas as condutas e aptidões do empregado¹³.

O Decreto nº. 16.107 estabelecia as causas para dispensa do prestador de serviço podendo ser encontrado entre o rol: a enfermidade ou qualquer outra causa que o tornasse incapaz de prestar os serviços contratados, como por exemplo, mau procedimento; não observância do contrato; imperícia; ofensa à honra do locador de serviço ou de sua família. Por outro lado, existiam também causas que o prestador de serviço poderia alegar para por fim ao contrato, dentre elas, achar-se inabilitado por força maior para cumprir o contrato; ser exigido serviço superior às suas forças, e defeso por lei, contrário aos bons costumes ou alheio ao contrato; correr perigo ou mal considerável; não cumprir o locador de serviços as obrigações do contrato; morrer o locatário. O aviso Prévio também era matéria prevista neste Decreto. Assim, o aviso poderia ser de 1 dia, no caso de ajuste salarial por período inferior a 7 dias, de 4 dias por período de semana ou quinzena, ou de 8 dias no caso de ajuste salarial por mês¹³.

Entretanto, o Decreto nº. 16.107 se aplicava apenas na capital federal, que na época se localizava no Rio de Janeiro. Foi então que, em 1941, por meio do Decreto nº. 3.078, o trabalho doméstico passou a ser regulado em âmbito nacional. Segundo a previsão deste Decreto, em seu artigo 1º, eram considerados “empregados domésticos todo aquele que, de qualquer profissão ou mister, mediante remuneração, preste serviços em residências particulares ou a benefício destas”¹⁴. Além da definição de empregado doméstico, também previa o Contrato de Locação, os deveres do empregado e do empregador e as multas. Por meio do Decreto era assegurado aos domésticos a anotação da carteira profissional, que também servia de prova de quitação ou ausência de pagamentos de salários, bem como que, a partir do sexto mês de vigência do contrato, era garantido aviso prévio de 8 dias a ser cumprido no serviço, ou a ser indenizado conforme art. 2º caput e 3º, §§ 1º, 2º e 3º. Ainda, o artigo 15º previa a necessidade de regulação¹⁴.

Em maio de 1943, surge o Decreto Lei nº. 5.452, que ficou conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹⁵. Este Decreto reuniu em um só diploma legal todas as normas trabalhistas, explicitando que não haveria distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual,

técnico e manual. Contudo, o seu texto não contemplava os trabalhadores domésticos, conforme dispõem o Art. 7º “Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplica: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”¹⁵. Desta forma, os trabalhadores domésticos ficaram à margem do Direito do Trabalho pleno, passando a serem vítimas da exclusão institucional. Desde a instituição da CLT, as trabalhadoras domésticas têm sido expressamente excluídas do acesso a uma série de direitos trabalhistas ou têm tido acesso parcial a eles¹⁶. De fato, ainda que o trabalho doméstico já se constituísse em uma ocupação que empregava milhões de brasileiras, especialmente negras, a CLT ignorou sua existência¹⁶.

Em consenso às normas da CLT, outras normas que a sucederam acabaram excluíram os domésticos de seus dispositivos protetivos, como por exemplo a Lei nº. 605, de 1949, que buscou garantir o direito ao repouso semanal remunerado e que, por meio de seu artigo 5º, vedou expressamente seu alcance a categoria dos empregados domésticos⁹.

Tentativas de reversão desse quadro foram empreendidas a partir do esforço de mobilização de movimentos sociais, como dos movimentos feministas e de mulheres, do movimento de trabalhadoras domésticas liderado pela Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), de agências internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e, em menor nível, do Estado brasileiro. A maior reivindicação dos movimentos sociais era à equiparação dos direitos dessas trabalhadoras às demais categoriais ocupacionais¹⁶.

Somente a partir de década de 60 é que os avanços legislativos começaram a alcançar os trabalhadores domésticos, com a promulgação da Lei nº. 3.807, de 26 de agosto de 1960, que previa possibilidade do empregado doméstico filiar-se à previdência social na condição de facultativo¹⁷.

Em 11 de dezembro de 1972, foi sancionada a Lei nº 5.859, posteriormente regulamentado pelo Decreto 71.885, de 1973, dispondo sobre a profissão de empregado doméstico. Com esta Lei, os trabalhadores domésticos passaram a ser reconhecidos e protegidos pela legislação, com benefícios e serviços da previdência

social, férias anuais com o adicional de 1/3 a mais que o salário normal e carteira de trabalho^{18,19}.

A Lei nº. 5.859 trouxe poucos direitos ao empregado doméstico em relação ao empregado urbano e rural. Justificava-se a escassez de direitos do empregado doméstico pelo fato deste não resultar em lucro direto ao seu empregador, diferenciando-os dos comerciários e dos trabalhadores industriais, ora regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho²⁰.

Em 1984, a Lei nº. 7.195 abordou a questão do trabalho doméstico ao estabelecer a responsabilidade civil das agências de empregados desta categoria pelos danos causados pelos trabalhadores por elas indicados²¹.

Em 1987, o Decreto nº. 95.247 instituiu o vale transporte, que foi extensivo aos empregados domésticos que começaram a usufruir deste direito, ao mesmo tempo em que os demais trabalhadores²².

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), ao mesmo tempo em que avançou em direção à afirmação dos direitos dos empregados domésticos, assegurando determinados direitos à classe dos domésticos, a Constituição Federal de 1988 excluiu alguns dos direitos previstos em seu artigo 7º, como pode ser observado:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI, e XXIV, bem como a sua integração à previdência social”²³.

O rol constitucional compreende as seguintes parcelas: salário mínimo; irreduzibilidade de salário; 13º salário; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias; licença-paternidade, nos termos fixados em lei; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo trinta dias, nos termos da lei; e aposentadoria²³. O mesmo dispositivo refere-se, ainda, à integração à previdência social, que já constava da legislação anterior.

Em 2000, o Decreto nº. 3.361 estabeleceu a faculdade ao empregador fazer o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ao trabalhador doméstico²⁴.

Em 2006, a Lei nº. 11.324 ampliou os direitos à categoria dos domésticos, acrescentando o descanso remunerado em feriados, o qual foi posteriormente revogado; trinta dias corridos de férias, para períodos aquisitivos iniciados após a data de publicação da Lei; proibição de descontos no salário do doméstico por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia; e estabilidade à empregada gestante, desde a confirmação da gestação até cinco meses após o parto, equiparando-os aos demais trabalhadores²⁵.

Com a crescente industrialização do país, o trabalhador passou a migrar do ambiente rural para os centros urbanos, passando a figura do empregado doméstico a coexistir com os demais empregados que tinham garantidos inúmeros outros direitos trabalhistas. Neste contexto, a Justiça do Trabalho passou a receber diversas reivindicações baseadas no argumento de que a Carta Magna previa o princípio da não discriminação e o valor social do trabalho aliados com a dignidade da pessoa humana. Assim, haviam pedidos para pagamento de FGTS, seguro-desemprego, horas extras, hora adicional noturna, além das multas previstas na CLT por atraso no pagamento das verbas rescisórias²⁰.

Mesmo que esses direitos reivindicados não fossem previstos para as empregadas domésticas, os argumentos utilizados da não discriminação, da igualdade e da dignidade da pessoa humana, pesaram nas decisões judiciais, fazendo com que vários direitos que não eram assegurados aos domésticos fossem estendidos a eles, criando precedentes jurisprudenciais²⁰.

O cenário de desproteção legal, bem como as precárias condições de trabalho dos trabalhadores domésticos são características comuns em diferentes partes do mundo, ainda que se possam encontrar variações no nível de cobertura e formalização da categoria. Buscando reverter este quadro e instituir padrões e compromissos internacionais entre governos, em 2011, foi realizada a 100ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em Genebra. Nesta ocasião, foi discutido a questão do trabalho doméstico e a regulamentação da profissão, sendo aprovada a Convenção nº. 189 sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores

Domésticos, cujo objetivo era equiparar os direitos dos trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores. A Convenção é um tratado internacional que tem força vinculante para os países que a ratificarem, portanto, com a ratificação, a Convenção integra o conjunto de normas de um país e tem força de lei. Após esta Conferência, o Brasil assumiu a responsabilidade pela busca de melhores condições aos trabalhadores domésticos^{9,16}.

Foi então que, em 2012, começou a tramitar no Congresso Nacional a Proposta a Emenda Constitucional nº. 66, para ampliação dos direitos trabalhistas dos domésticos equiparando-os aos demais trabalhadores, visando garantir a eles condições mais dignas ao exercer sua profissão, de autoria do Deputado Federal Carlos Gomes Bezerra, que ficou conhecida como “PEC das domésticas”⁹.

Em 26 de março de 2013, o Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda Constitucional nº. 66, e no dia 02 de abril do mesmo ano foi promulgada a Emenda Constitucional nº. 72 que alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal de 1988, onde os direitos dos domésticos foram substancialmente ampliados²⁶.

Os novos direitos atribuídos aos empregados domésticos foram estabelecidos nos seguintes incisos do artigo 7º da Carta Constitucional de 1988:

“VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”²³.

Estes são de aplicabilidade imediata. Outros sete dos novos direitos ficaram pendentes de regulamentação, são eles:

“I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de

desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa”²³.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 72, o trabalho doméstico no Brasil passa a ter novos contornos e um novo conceito começa a se delinear, o que constitui um passo importante para reduzir as desigualdades sociais, ao buscar garantir relações de trabalho mais decentes para os trabalhadores domésticos assegurando a cidadania e a igualdade⁹.

A chegada da EC nº 72/2013, apresentou aspectos positivos importantes para as trabalhadoras, mas veio acompanhada também de críticas relacionadas à elevação do custo ao empregador e a burocratização que poderia trazer conflitos entre as partes da relação de trabalho. Muitos trabalhadores domésticos passaram a temer o desemprego, pensando que as famílias de classe média não teriam condições de atender a todas as normas da nova lei, como o adicional noturno e a jornada de trabalho de 44 horas. Para esse período, alguns autores identificaram o aumento no número de diaristas em relação ao número de empregados domésticos com carteira assinada. Outros defenderam que o aumento da procura por diarista já era uma tendência, mesmo antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº. 72⁹.

Analisando os efeitos da aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013 sobre as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas, Costa, Barbosa e Hirata²⁷, observaram que o emprego doméstico é uma das principais ocupações das mulheres brasileiras, representando cerca de 15% dessas em 2013, o equivalente a aproximadamente seis milhões. Destas trabalhadoras domésticas, apenas um terço possuía carteira de trabalho assinada. Foi constatado um aumento na formalização do emprego doméstico mensalista de sete pontos percentuais entre os anos de 2012 e 2013, justamente após a promulgação da Emenda Constitucional nº. 72, sendo que, em 2011, 43% das mensalistas tinham carteira de trabalho assinada. Em contra partida, não houve aumento da formalização do emprego das diaristas. A jornada de trabalho semanal diminuiu para as mensalistas, com uma redução de 0,5 horas, mas permaneceu estável para as diaristas. Entretanto, os autores ressaltam que em uma

pesquisa declaratória como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as pessoas tendem a não declarar exatamente as horas trabalhadas durante a semana, mas, sim, um número inteiro próximo da jornada semanal, como quarenta. Estes dados corroboram com a ideia de que a introdução desta emenda constitucional teria surtido efeito apenas entre as mensalistas já que as diaristas, por não possuírem vínculo empregatício, não seriam afetadas diretamente por essa alteração constitucional²⁷.

Em relação ao salário, era esperado o aumento do salário-hora devido ao pagamento de horas extras, a redução da jornada com manutenção do salário, e do respeito ao salário mínimo com a assinatura da carteira de trabalho, no entanto, não foi verificada alteração devido à introdução das novas regras²⁷.

Também, foi observado que houve uma redução no número de trabalhadoras doméstica entre 2011 e 2012. Contudo, esse movimento de saída do emprego doméstico não foi acompanhado de queda no emprego dessas mulheres e nem de saída da condição de empregada, mas foi seguido de um aumento em ocupações similares, o que sugere que essas estavam em busca de diferentes condições de trabalho. Por sua vez, de 2012 a 2013, no período da regulamentação, houve um aumento na probabilidade de inserção como diarista. Os autores sugerem que este aumento na probabilidade de ser diarista poderia ser resultado da substituição da empregada mensalista por diarista²⁷.

De acordo com os dados do próprio FGTS, entre 2013 e 2014, o número de trabalhadoras com fundo de garantia subiu de 187,7 mil para mais de 1,3 milhão, este aumento foi atribuído à regulamentação da PEC das Domésticas².

No dia 1º de junho de 2015, foi sancionada a Lei Complementar nº. 150, regulamentando aqueles direitos que, ainda, seriam carentes de aplicabilidade. Esta Lei Complementar deixa claro quando haverá vínculo de emprego no caso do empregado doméstico. Em seu artigo 1º traz que o empregado doméstico é aquele que “presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal, desde que não haja finalidade lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de dois dias por semana”, isso implica em dizer que aquele que trabalhe menos de dois dias é considerado diarista²⁸.

De acordo com a Lei Complementar nº. 150, o menor de dezoito anos não pode trabalhar como empregado doméstico. Em relação à jornada de trabalho, foi mantida a jornada de trabalho de 8 horas diárias ou 44 horas semanais, prevendo que em caso de horas extras, a remuneração da hora extraordinária será de no mínimo cinquenta por cento, superior ao valor da hora normal. Ela permitiu a compensação de jornada, podendo ser dispensado o acréscimo de salário e instituído o regime de compensação de horas, desde que haja acordo escrito entre empregador e empregado, nos casos em que o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia. Dessa forma, não há necessidade de acordo ou norma coletiva para a compensação de horas, bastando que haja acordo escrito entre as partes da relação de trabalho. Ainda em relação ao regime de compensação, esta lei dispõe que será devido o pagamento, como horas extraordinárias, as primeiras 40 (quarenta) horas mensais, excedentes ao horário normal de trabalho. Nos casos em que houver horas acima das primeiras quarenta horas extras, estas poderão ser colocadas no regime de compensação. Em relação ao descanso semanal, este será preferencialmente aos domingos, não devendo trabalhar nos feriados. Caso o trabalho aos domingos e feriados não seja compensado, deverá ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal²⁸.

A Lei Complementar nº. 150, também, traz a possibilidade da contratação do empregado doméstico em regime parcial. Nesses casos, a jornada de trabalho será de no máximo vinte e cinco horas semanais. Ainda, foi permitido que o empregado doméstico trabalhe por escala de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, mediante acordo escrito e desde que observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. Em relação às férias do empregado doméstico, o período de férias poderá, a critério do empregador, ser fracionado em até dois períodos, sendo um deles, de no mínimo catorze dias corridos. Ainda, o empregado doméstico poderá converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, podendo permanecer no local de trabalho, aquele que reside nele, durante o período de férias²⁸.

Conforme dispõe a Lei Complementar nº. 150, de 2015, quando houver fornecimento de moradia ao empregado doméstico na própria residência ou em morada anexa, de qualquer natureza, o empregado não terá qualquer direito de

posse ou de propriedade sobre a referida moradia. A legislação já previa a vedação ao empregador em efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, bem como despesas com transporte, hospedagem e alimentação naqueles casos que o empregado acompanha empregador em viagens. Porém, pode o empregador, efetuar desconto no salário do empregado, naqueles casos em que houver adiantamento salarial, desde que previamente acordado por escrito entre as partes, para que haja inclusão do empregado doméstico em planos de assistência médico-hospitalar e odontológico, bem como de seguro e de previdência privada, sendo vedada a dedução acima de vinte por cento do salário. Já em relação ao vale transporte do empregado doméstico, a Lei traz a possibilidade do empregador, ao invés de fornecer o vale transporte ao empregado doméstico, pagar em dinheiro o valor equivalente. Quanto ao FGTS, o empregador doméstico deverá depositar a importância de 3,2% sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada empregado, destinada ao pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, sem justa causa ou por culpa do empregador. Caso o empregado seja despedido por justa causa ou peça demissão, de término de contrato de trabalho por prazo determinado, de aposentadoria e de falecimento do empregado doméstico, os valores depositados no montante de 3,2% mensais serão movimentados pelo empregador. Já o seguro desemprego foi garantido ao empregado doméstico que for dispensado sem justa causa, no valor de um salário mínimo vigente à época, pelo período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. Por fim, esta Lei prevê que poderá haver fiscalização do trabalho doméstico sendo feita pelo Auditor-Fiscal com o intuito de analisar o cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico, no âmbito do domicílio do empregador, dependendo de agendamento²⁸.

Todas estas alterações da legislação em relação aos direitos e garantias dos empregados domésticos trouxeram segurança jurídica para os trabalhadores domésticos e tem contribuído para a superação da desigualdade, existente ao longo de décadas, entre trabalhadores domésticos, urbanos e rurais²⁰.

Entretanto, a melhoria dos direitos e condições de trabalho dos empregados domésticos tem ocasionado à demissão de trabalhadores, uma vez que a muitos dos empregadores tiveram receio dos custos que os novos direitos lhe custariam para manter os empregados e pelo medo de comprometer a renda familiar por parte

do empregador, podendo até desencadear em uma ação trabalhista. Como consequência disso, muitos trabalhadores passaram a exercer a prestação de serviços na informalidade, sem o devido registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e conseqüentemente, sem segurança jurídica imediata, ocasionando um retrocesso e podendo aumentar a demanda de ações¹⁶. Assim, muitos destes empregados domésticos passaram a condição de autônomos para conseguir trabalho, prestando serviços como diarista, não havendo a continuidade, habitualidade e subordinação, desqualificando o vínculo empregatício, restando, como única alternativa disponível até o momento, a contribuição à previdência como autônoma, o que não só entrega à trabalhadora toda a responsabilidade por sua proteção, eximindo os empregadores, como também não lhe oferece o mesmo rol de direitos disponíveis ao contribuinte na condição de empregado²⁰.

A Lei veio atrelada ao seu não cumprimento, observa-se que alguns empregadores optaram por manter seus empregados domésticos na informalidade ou substituir o empregado doméstico pela pessoa autônoma que presta o serviço por diária. Ao se deparar com esta situação, surgem rescisões por motivos financeiros por parte do empregador, que, por vezes, também não podem arcar com as verbas rescisórias que são asseguradas aos domésticos, restando ao empregado doméstico, sabendo dos seus direitos, ingressar perante a justiça do trabalho para pleitear o que lhe é devido²⁰.

Em muitas situações, a diarista é a própria empregada doméstica que trabalhou naquele lar durante anos e os empregadores decidiram por contratar seus serviços por meio de diária, não havendo mais vínculo empregatício²⁰.

De acordo com Azoubel²⁰, toda a história da legislação trabalhista referente ao empregado doméstico revela a conquista de direitos, em busca de melhorias na situação trabalhista, para tornar formal o seu trabalho e ter o amparo legal, tendo seus direitos e segurança jurídica garantidos. A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, prevê que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", sendo assim, é certo que todos devem receber tratamento igual, não devendo haver qualquer distinção entre as classes de trabalhadores²³. A igualdade

entre as classes trabalhadoras pode ser observada no momento em que aqueles resquícios da época da escravidão foram banidos e novos direitos foram vinculados às empregadas domésticas, porém, ainda há muito que avançar no tocante a proteção das trabalhadoras domésticas, principalmente em relação às diaristas.

2.3. A FIGURA (CONCEITO) DA TRABALHADORA DOMÉSTICA

A palavra doméstico tem sua origem no latim e deriva de *domus*, que significa lar²⁰. Logo, “trabalhador doméstico” é a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefício, no âmbito familiar em uma ou mais unidades domiciliares²⁹. O Decreto nº. 3.078/41 já previa, em seu artigo 1º, que “são empregados domésticos todos aqueles que, de qualquer profissão ou mister, mediante remuneração, prestam serviços em residências particulares ou em benefício destas”¹⁴.

O artigo 1º da Lei nº 5.859/72 define que “doméstico é a pessoa que trabalha de forma pessoal, subordinada, presta serviços de natureza contínua e mediante salário, para outra pessoa física ou família que não explore atividade lucrativa no âmbito residencial desta”¹⁸. Logo, pode ser observado que os fatores que diferenciam o doméstico dos demais empregados são o trabalho para pessoa ou família, sendo este trabalho no âmbito residencial, em sentido amplo, e que haja inexistência de fins lucrativos no trabalho que exerce, ou seja, os serviços prestados pelo empregado doméstico não podem resultar em fator de produção para aquele que deles se aproveitam, porém, é válido destacar que o empregado doméstico tem direito de receber salário como contraprestação pecuniária em virtude dos serviços prestados ao empregador^{9,20}.

Analisando este conceito, verifica-se que a figura do “empregado doméstico” engloba, além dos trabalhadores que desempenham funções de limpeza, organização da residência, mas também aqueles que trabalham como caseiro, jardineiro, cuidadores de criança, motorista particular, entre outras atividades que rodeiam o lar, sendo necessário ressaltar que o empregador deve ser pessoa física, impossibilitando a pessoa jurídica contratar um serviço doméstico^{9,20}.

No que diz respeito ao elemento continuidade, importante observar que Lei nº. 5.859/72 preferiu utilizar “natureza contínua” ao invés de “não eventualidade”, como previsto pela CLT em seu artigo 3º¹⁸. Desse modo, o trabalho desenvolvido, quinzenalmente, mensalmente, uma vez por semana ou até mesmo duas, seria desenvolvido por “diarista” e não por um “empregado”, dado a observância do critério da continuidade e de acordo com a jurisprudência que entende que o serviço prestado num só dia da semana, pelo empregador de serviço doméstico, não gera vínculo de emprego⁹.

A diarista não possui nenhum tipo de regulamentação, haja vista tratar-se de um trabalhador autônomo e automaticamente vulnerável ao mercado de trabalho, pelo simples fato de prestar serviços de forma não continuada. Sendo assim, a diarista é aquela que presta serviço doméstico de forma eventual, não possui vínculo estável com um único empregador, recebe no mesmo dia a remuneração do seu trabalho e não tem descontados os encargos sociais. Alguns entendimentos doutrinários e jurisprudenciais dizem que quando o salário for calculado e pago por dia, este trabalhador será classificado como diarista²⁰.

Nesta dissertação foi adotada a nomenclatura “trabalhadora doméstica” e/ou “diarista” e não “empregada doméstica” ou “trabalhador doméstico”, em coerência com a estrutura socialmente construída desta categoria de trabalho na realidade brasileira, devido a uma questão de gênero, pois este é um trabalho predominantemente desempenhado por mulheres, e ao tipo de vínculo estabelecido com o (a) contratante, que é basicamente informal. O foco deste trabalho recai sobre a figura dessas mulheres diaristas que se encontram em relações trabalhistas mais precárias e vulneráveis. Essas não têm férias, descanso semanal, recolhimento para previdência, não usufruem de licença maternidade ou médica. E a opção de fazer suas contribuições como trabalhadoras autônomas é inviável diante da realidade em que se encontram, conforme será visto mais adiante.

2.4. DESIGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

No âmbito das ocupações, as mulheres encontram-se em situações precárias. Isso tem sido explicada pela sua exclusão do mundo do mercado de trabalho por

razões de violências culturais que as subordinam ao patriarcado, em que a dicotomia entre o papel feminino assentado na reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização de afazeres domésticos, e o papel masculino no exercício do poder econômico na esfera pública, foi traçada ao longo de toda a história da humanidade³⁰. Soma-se a esta desigualdade de gênero, questões raciais e de classe social, ou seja, no caso, da mulher negra, parda ou indígena e pobre, ampliam-se os contextos de violência e subordinação. Em estudo realizado pelo IPEA em 2013, denominado “Dossiê Mulheres Negras”, essas configuram o segmento que mais sofre com o racismo e machismo, elas são as últimas a se inserirem no mercado de trabalho³¹. Na leitura sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, questões de raça e classe não devem ser ignoradas, assim como em outras dimensões da vida social conforme afirmam as intelectuais negras³².

Por muito tempo, especialmente no século XIX, as mulheres que trabalhavam em casa ou fora dela para manter a si mesmas e às suas famílias, não eram reconhecidas como trabalhadoras ou provedoras. O capitalismo industrial promovia os homens como provedores, estruturando a desigualdade por meio das hierarquias de gênero, raça/etnicidade e classe. Por outro lado, o ideal do homem como provedor tornou-se insuficiente devido às transformações na economia política no pós-Segunda Guerra Mundial, e ao crescente movimento feminista que passou a demandar por direitos³³.

No relatório interno da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1977, sobre os esforços de implementar a declaração da ONU sobre igualdade da mulher, foi reconhecido que as mulheres desempenhavam um papel importante no desenvolvimento econômico, pois “elas trabalham por longas horas em tarefas agrícolas e domésticas e [...] realizam tanto atividades essenciais para o sistema econômico, notadamente aquelas ligadas à produção de alimentos e aos serviços, nos campos e em casa, quanto aquelas relacionadas com a reprodução da força de trabalho”³³.

Na década de 1970, a ascensão do movimento de mulheres e o reconhecimento de que as mulheres dos países em desenvolvimento são parte integrante das atividades econômicas, favoreceu debates políticos e ideológicos

sobre as relações entre casa e trabalho, mãe e trabalhadora. Assim, essas mulheres fizeram surgirem possibilidades da incorporação das mesmas no mercado de trabalho. Muitas foram as lutas travadas pelo movimento feminista para mudar a situação milenar de subordinação da mulher, tanto no cenário nacional quanto no internacional^{30,33}. No entanto, cabe enfatizar que esse acesso não ocorreu de maneira igualitária entre as mulheres.

Uma liderança das trabalhadoras domésticas norte-americanas, durante a batalha pela inclusão legal, nos anos de 1970, afirmou que a razão pela qual não haviam alcançado seus direitos como pessoas remuneradas na força de trabalho era porque os homens pensavam que podiam colocar suas mulheres para fazer esse trabalho sem pagamento³³.

Este movimento fomentou vários debates nas áreas da história, sociologia, antropologia, política e da economia que tiveram seus paradigmas invadidos pelo olhar das questões de gênero e muitos estudos e pesquisas foram produzidos na tentativa de reinterpretar a realidade da inferioridade feminina, com destaque para as questões do trabalho doméstico e trabalho produtivo/improdutivo³⁰.

“As mulheres pobres, com baixos níveis de renda, sempre trabalharam nas esferas privada e pública. Sejam como escravas no eito ou na cidade como vendedoras ambulantes, amas de leite, escravas de ganho, isto no século XIX, seja como as atuais domésticas/diaristas. As mulheres pobres foram e são presenças marcantes no mundo do trabalho ao longo de nossa história.”³⁰

As tarefas tidas como tipicamente femininas, como a reprodução, o trabalho doméstico, a socialização das crianças e o cuidado com os idosos e doentes, que antes eram organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em relação a sexo e classe, são tratadas separadamente e mantêm uma íntima relação com a situação de inferioridade da mulher no atual mundo capitalista³⁰. Bell hooks³² enfatiza a posição dessa mulher negra como aquele que deve cuidar e se envolver no cuidado dos outros, ranço da escravização que faz com que, ainda hoje, não se admita ter a mulher negra em outras esferas de trabalho como o acadêmico.

Embora o papel feminino tenha passado por transformações o papel masculino sofreu pouca alteração, permanecendo os serviços domésticos sob a responsabilidade das mulheres, que agora precisam conciliar o trabalho fora e dentro de seu lar. E na esfera doméstica, as mulheres são exploradas por seus

companheiros, pois o trabalho doméstico para uso da própria família, invariavelmente feito por mulheres, não é socialmente reconhecido, sendo o tipo mais comum de trabalho não pago³⁰.

Concebido como um trabalho desqualificado, que qualquer pessoa pode realizar, tornando-se estigmatizado por envolver sujeira, corpos e intimidade e por esses postos remunerados serem ocupados por pessoas de *status* mais baixo. Há quem defenda que limpar, cozinhar, lavar, cuidar das crianças e dos doentes são habilidades naturais das mulheres e que, devido a isto, esse trabalho possui valor de uso, mas não valor de troca, em um sentido marxista³³.

“O trabalho de Ann Oakley (1974) ao explicitar a relação do homem ao trabalho produtor de mercadorias, e da mulher à casa, conclui que o termo “dona de casa” não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalho doméstico não remunerado.”³⁰

A obra de Friedrich Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de 1884, trazia o entendimento de que “a família moderna individual fundava-se na escravidão doméstica, aberta ou dissimulada, da mulher” e que “se ela cumpre suas tarefas servindo privadamente a sua família, ela segue excluída da produção social e não se credencia a ser remunerada”; e, ainda, que “a primeira condição para a liberação da mulher é trazer todo o contingente feminino de volta à atividade econômica pública”³³.

A socióloga Arlie Hochschild tratou as tarefas diárias realizadas para a família como uma “segunda jornada”, horas de trabalho depois da jornada transcorrida no emprego. Uma extensa literatura nas ciências sociais mostra que as mulheres ainda alocam muito mais horas do que os homens nas atividades de cuidados pessoais e de reprodução social, de modo que elas trabalham tanto quanto se tivessem outro emprego³³.

Inseridas no mercado de trabalho, elas recebem salários mais baixos que os homens, apresentam taxas de rotatividade mais altas no seu trabalho, atuam preferencialmente no setor de serviços e, na indústria, estão concentradas em alguns ramos manufatureiros³⁰.

2.5. A INFORMALIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO

O mercado de trabalho no Brasil vem sofrendo profundas transformações, com menos pessoas empregadas, com salários mais baixos e com o crescimento da participação de trabalhadores não registrados⁵. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁴, com base nos dados da PNAD, a taxa de desemprego nacional atingiu 13,7% no primeiro trimestre de 2017, um aumento de 1,2 pontos percentuais comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, sendo a maior taxa de desocupação desde o início da pesquisa, em janeiro de 2012. De acordo com estes mesmos dados, o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada equivale a 10,2 milhões de pessoas³⁴.

No cenário mundial, a década de 1980 foi decisiva quanto à perda de direitos trabalhistas e sociais, o que afetou a parcela da população que tinha o trabalho informal como única alternativa de subsistência. No Brasil, esse impacto foi claramente percebido, nos anos 1990, com a reestruturação produtiva, a revolução tecnológica e a abertura da economia, ocasionaram aumento do desemprego. Com a contração da economia, a redução do emprego industrial e a entrada de produtos importados no país, as empresas alteraram o modo de produção e passaram a contratar um número menor de pessoas. Dessa maneira, abriram espaço para a expansão do setor de serviços, do trabalho sem registro em carteira e do número de trabalhadores por conta própria. Com a diminuição dos rendimentos e o aumento do desemprego, tornou-se necessário desenvolver outras formas de inserção laboral, tais como a informalidade, que passou a ocupar espaço significativo no mundo do trabalho. Neste contexto, a informalidade é uma forma de mascarar o desemprego e de colocar o trabalhador em uma situação de vulnerabilidade social³⁵.

A nomenclatura “informalidade” foi criada no século XX para designar uma forma de atividade laboral distinta da atividade de emprego formal característico do contexto capitalista. Essas formas de emprego eram características do início do capitalismo industrial e foram desvalorizadas com o desenvolvimento do processo de industrialização. O trabalho informal geralmente está associado a atividades ilegais, criminosas, desprotegidas, de subsistência e injustas. Em que pese às conotações negativas associadas ao trabalho informal, essa forma de emprego pode

ser considerada como uma opção diante da precariedade que também atinge o mercado de trabalho formal¹.

O trabalho doméstico, especialmente, das diaristas, que é o foco do presente estudo, encontra-se entre as duas categorias de trabalho, formal e informal. Sendo assim, faz-se necessário distinguir o trabalho formal do trabalho informal, definido com base no contrato de trabalho, ou seja, nos vínculos empregatícios estabelecidos entre empregador e o contratado. O trabalho formal é regulamentado pela legislação vigente na Consolidação das Leis do Trabalho, sendo submetido à vigilância e fiscalização do Estado¹³. Já o trabalho informal é caracterizado pela falta de registros oficiais, na carteira de trabalho – documento que garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas e foi instituído pelo decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, e posteriormente regulamentado pelo decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932 – e, portanto, não está protegido pela Seguridade Social.

Os trabalhadores informais são comumente negros, jovens e mulheres, têm menor escolaridade e qualificação ocupacional, mas, apesar dessas evidências, alguns autores têm indicado que trabalhadores prefeririam a informalidade, que permitiria maior flexibilidade do uso do tempo, maior autonomia e melhores rendimentos⁵.

No emprego informal, além de ser comum a remuneração abaixo do nível mínimo legal, os trabalhadores são privados dos benefícios de seguridade social e não se encontram cobertos por medidas de proteção à saúde⁵. A média do salário das trabalhadoras domésticas que tem carteira assinada é de R\$ 924, contra R\$ 578 pagos na informalidade². Sem a carteira de trabalho registrada, indicativo da formalização do contrato de trabalho, não há garantia da compensação financeira em casos de doenças e acidentes, como nas licenças médicas, ou em casos de negligência por parte dos empregadores, abusos e de situações de perigo reconhecidos, porque o trabalhador se encontra fora do controle do Estado⁵.

Muitos trabalhadores são levados a buscar alternativas na informalidade, inseridos no mercado precário, para que possam suprir suas necessidades básicas. Os trabalhadores domésticos, os trabalhadores sem vínculo empregatício e os que prestam serviços de limpeza exercem um trabalho informal que pode ser classificado como improdutivo, pois estes não objetivam produzir lucro ou mais valia, mas que é

vital para a manutenção do capital. A informalidade está atrelada a não regulação estatal do trabalho e, portanto, ela passa a ser compreendida como uma economia pouco visível e pouco mensurável³⁵.

A ocupação de diarista é uma modalidade de trabalho informal bastante comum no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a diarista faz parte do grupo dos trabalhadores dos serviços domésticos em geral, cujas funções incluem o preparo de refeições, prestação de assistência às pessoas, cuidados com peças do vestuário como roupas e sapatos, colaboração na administração da casa, arrumação ou faxina da residência, cuidado com as plantas do ambiente interno e de animais domésticos¹.

[...] as diaristas sempre estiveram presentes na realidade doméstica brasileira, desde os primeiros anos após a escravidão, como um meio de sobrevivência, e nos últimos anos, como meio de estratégias trabalhistas. O que nos parece claro é que a presença dessas diaristas se dá também pelo contexto econômico e social que o país ou região vive, assim como assinala Nunes (1993: 255) “em período de recessão, tinha muitas poucas vagas de diaristas a oferecer, mas ao contrário, muitas vagas para mensalistas, o que as diaristas não aceitavam [...]”.

[...]

É importante ressaltar também que as formas de tarefas que as diaristas precisam fazer foram modificadas com o tempo. Durante o período de 1890-1930 eram contratadas para trabalhos específicos como a limpeza de um cômodo ou na lavagem das roupas, assim como apresentadas na obra de Matos (1994). Nunes (1993) também traz essa característica nos anos 90, no qual as diaristas trabalham com congelados, limpeza pesada, ajudante por um dia da trabalhadora doméstica mensalista. O que vemos hoje é a contratação de diaristas para realizar todas as tarefas domésticas, como lavar louça, banheiros, roupas, varrer, tirar o pó, passar. Tarefas que antes eram designadas às trabalhadoras mensalistas, formando assim novos tipos de contratações, em que todas as tarefas domésticas são designadas a uma pessoa que as realiza durante algumas horas de um dia.”⁴

O novo modelo de inserção ocupacional das trabalhadoras domésticas, a partir da prestação de serviços em mais de um domicílio, possibilitou às trabalhadoras receberem maiores rendimentos, assim como potencialmente estabelecerem relações de trabalho mais profissionais com seus empregadores. Por outro lado, contribuiu para a precarização nos vínculos de trabalho e para a desproteção social quanto aos riscos temporários ou permanentes¹⁶.

Enquanto que o trabalho das empregadas domésticas encontra-se regulamentado em diversos dispositivos legais, em contrapartida, o trabalho das diaristas permanece sem respaldo legal. A legislação trabalhista configura a relação

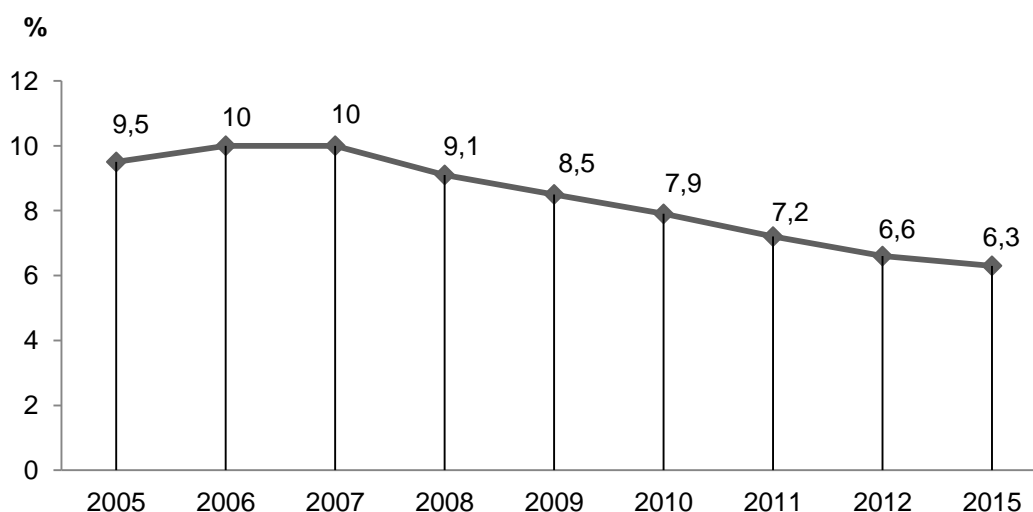
de emprego por meio de quatro elementos que devem existir conjuntamente: pessoalidade, subordinação jurídica, onerosidade e não eventualidade, são esses critérios que determinam se uma profissão será considerada ou não uma relação de emprego, como acontece com as diaristas³⁵. Conforme consulta realizada no Dicionário Jurídico, diarista “é aquele que recebe por dia de trabalho [...]”. O Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, em seu Art. 65, informa que, “no caso do empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, estabelecido no art. 58, pelo número de horas de efetivo trabalho”¹⁵. Desse modo, aquele que trabalha como diarista receberá imediatamente após o trabalho realizado, não sendo obrigado a retornar, caso não esteja interessado. Portanto, pode-se entender que a ocupação diarista é uma extensão do emprego doméstico, embora apresente algumas especificidades que não são encontradas no trabalho doméstico formal³⁵.

A informalidade que marca o trabalho doméstico e o crescimento do modelo de diaristas traz uma reflexão central para o campo das políticas. Para além da expansão dos direitos atualmente reconhecidos, são necessárias estratégias de expansão da formalização, sob pena de que os avanços alcançados no campo legal não sejam sentidos na prática pela grande maioria das trabalhadoras. É necessário discutir uma regulação abrangente do trabalho doméstico, e não apenas as situações que hoje configuram vínculo empregatício, com vistas a garantir a todas as trabalhadoras os mesmos direitos, independente do número de domicílios que as contratem e da jornada exercida em cada um deles, criando um mecanismo de formalização das diaristas, em que os contratantes seriam obrigados a realizar uma contribuição previdenciária se a trabalhadora dedica uma carga horária mínima a ser definida aos serviços prestados em sua residência¹⁶.

2.6. O SERVIÇO DOMÉSTICO NO DISTRITO FEDERAL

Analisando a participação do serviço doméstico no mercado de trabalho do Distrito Federal, utilizando como fonte de informação a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), é possível verificar uma redução na participação dos serviços domésticos em relação ao total de ocupações no Distrito Federal entre os anos de 2005 a 2015, representando 6,3% em 2015 (Gráfico 1)³⁶.

Gráfico 1 – Participação dos Serviços Domésticos no total de ocupações, Distrito Federal, 2005-2015.



Fonte: PED-DF, 2016.

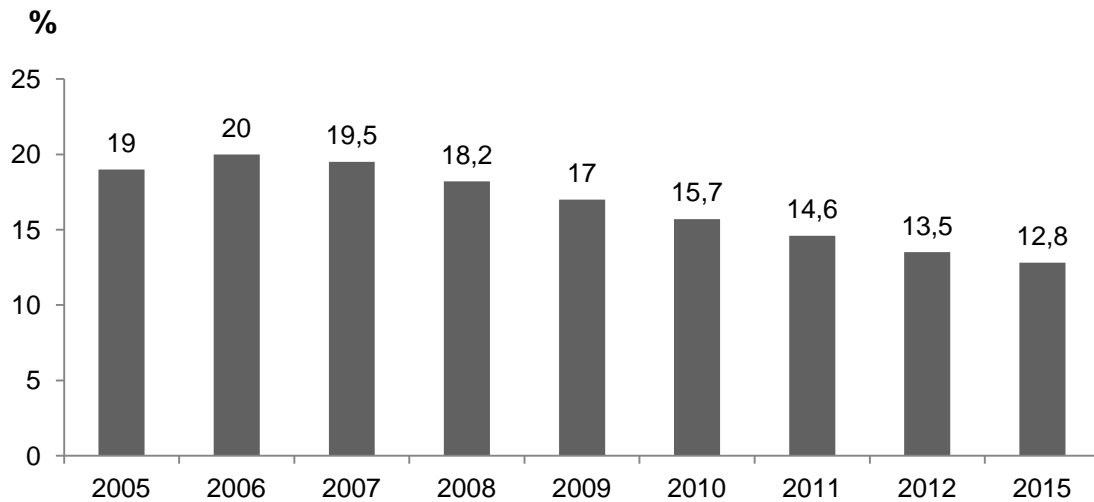
Nota: Em virtude da interrupção da PED-DF, entre outubro de 2013 a agosto de 2014, não existem dados anuais de 2013 e 2014.

Essa redução tem repercussões no padrão de inserção ocupacional, especialmente das mulheres, haja vista que as ocupações ligadas aos serviços domésticos são eminentemente femininas, uma vez que os homens, além de comporem uma parcela muito pequena, costumam exercer atividades com características diferentes das desempenhadas pelas mulheres, como as de motorista e jardineiro. Essas mulheres eram contratadas, principalmente, para realizarem atividades domésticas diversas, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou trabalhando como diaristas e representavam, em 2015, 95,9% dos ocupados inseridos neste segmento³⁶.

Considerando apenas o segmento feminino da ocupação doméstica, observa-se que em 2005, 19,0% das mulheres estavam empregadas no serviço doméstico e, em 2015, atingiu percentual de 12,8% (Gráfico 2)³⁶.

Por outro lado, cresce a proporção de trabalhadoras com carteira assinada. Em 2005, elas representavam 37,7% do total de empregadas domésticas, percentual que elevou-se para 50,4%, em 2015, acompanhando o movimento de formalização das ocupações em geral. E cresce, também, a participação de diaristas, alcançando 31,3% do total, em 2015, contra 20,6%, em 2005 (Gráfico 3)³⁶.

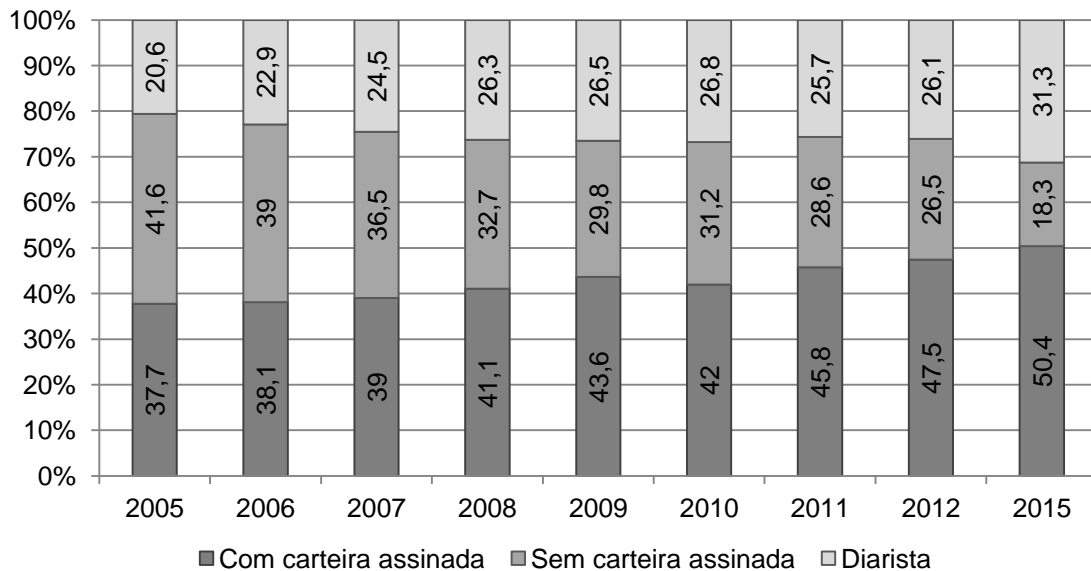
Gráfico 2 – Estimativa de mulheres empregadas domésticas em relação ao total de ocupadas, Distrito Federal, 2005 – 2015.



Fonte: PED-DF, 2016.

Nota: Em virtude da interrupção da PED-DF, entre outubro de 2013 a agosto de 2014, não existem dados anuais de 2013 e 2014.

Gráfico 3 – Distribuição das trabalhadoras domésticas por característica da ocupação no serviço doméstico, Distrito Federal, 2005 – 2015.



Fonte: PED-DF, 2016.

Nota: Em virtude da interrupção da PED-DF, entre outubro de 2013 a agosto de 2014, não existem dados anuais de 2013 e 2014.

Quanto ao perfil das trabalhadoras domésticas, estas têm elevado lentamente o seu nível de instrução. Em 2005, 17,8% dessas mulheres tinham nível médio completo ou superior incompleto; em 2015, esse percentual aumentou para 29,5%,

sendo que as trabalhadoras domésticas com carteira assinada têm nível de instrução um pouco mais elevado do que aquelas sem carteira assinada³⁶.

O trabalho doméstico continua sendo uma importante alternativa de inserção ocupacional para as mulheres em idade mais avançada e com baixa escolaridade. Em 2012, 49,6% dessas trabalhadoras tinham 40 anos e mais, parcela que aumentou para 57,7% em 2015, indicando que elas estão envelhecendo nesta ocupação, podendo ser um reflexo da dificuldade de inserção em outras ocupações, dado o baixo nível de instrução, visto que, 41,9% não tinham concluído o ensino fundamental em 2015³⁶.

Com relação à chefia do domicílio, houve um aumento de 24,6% em 2005, para 32,7% em 2015, de mulheres chefes de família no serviço doméstico³⁶.

Um dos temas que mais avançou na legislação trabalhista do emprego doméstico foi a jornada de trabalho, ao ser assegurada a mesma jornada estabelecida para os assalariados em geral, de 44 horas semanais e da jornada diária não superior a 8 horas, do pagamento de horas extras sobre o período excedente a essa jornada, bem como de maiores garantias da remuneração aos repousos semanais e aos feriados. Vale destacar que, de 2005 a 2015, contraiu-se a jornada média semanal das mensalistas com carteira de trabalho assinada, de 46 para 42 horas, das mensalistas sem carteira assinada de 44 para 39 horas e, aumentou a jornada das diaristas de 23 para 27 horas (Tabela 1)³⁶.

O valor médio real por hora pago às trabalhadoras domésticas mensalistas com carteira assinada manteve-se superior ao das trabalhadoras sem carteira assinada, em 2015. A falta da carteira assinada conduz também ao pagamento de salários abaixo do salário mínimo previsto em lei como o piso para a categoria, o que se verifica na diferença de rendimentos entre empregadas com carteira e sem carteira. Vale ressaltar que as diaristas recebem 38,5% a mais que as empregadas com carteira assinada (Tabela 2)³⁶.

Tabela 1 – Jornada média semanal (em horas) das trabalhadoras domésticas, por característica da ocupação no serviço doméstico, Distrito Federal, 2005 – 2015.

Período	Mensalistas		Diaristas	Total
	Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
2005	46	44	23	40
2006	47	43	22	40
2007	46	43	23	39
2008	47	43	24	40
2009	46	42	24	39
2010	45	42	25	39
2011	44	41	25	38
2012	43	42	26	38
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
2015	42	39	27	36

Fonte: PED-DF, 2016.

Nota: Em virtude da interrupção da PED-DF, entre outubro de 2013 a agosto de 2014, não existem dados anuais de 2013 e 2014.

Tabela 2 - Rendimento médio real (1) por hora no trabalho principal das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, Distrito Federal, 2005-2015.

Período	Mensalistas		Diaristas	Total
	Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
2005	3,51	2,80	4,05	3,34
2006	3,71	3,10	4,73	3,61
2007	4,06	3,34	5,06	3,94
2008	4,09	3,43	5,40	4,09
2009	4,47	3,72	5,78	4,47
2010	4,84	4,23	6,14	4,88
2011	5,03	4,54	7,49	5,31
2012	5,60	4,86	7,42	5,73
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
2015	6,38	5,93	8,83	6,88

Fonte: PED-DF, 2016.

Nota 1: Valores em reais de novembro de 2015.

(1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Excluídas as empregadas domésticas que não trabalharam na semana. Inflator utilizado – IPC-IEPE.

Nota 2: Em virtude da interrupção da PED-DF, entre outubro de 2013 a agosto de 2014, não existem dados anuais de 2013 e 2014.

A informalidade do emprego doméstico ainda é muito predominante. Em 2015, 41,7% das trabalhadoras domésticas ainda não contribuíam para a Previdência Social (Tabela 3)³⁶.

Tabela 3 – Distribuição das trabalhadoras domésticas, por característica da ocupação no serviço doméstico, segundo contribuição para a Previdência Social, Distrito Federal, 2005 – 2015.

Período/ Contribuição para Previdência Social	Mensalistas (%)		Diaristas (%)	Total (%)
	Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
2005				
Contribui	99,8	(1)	(1)	38,9
Não contribui	(1)	98,5	96,8	61,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
2012				
Contribui	99,5	(1)	(1)	68,0
Não contribui	(1)	96,7	85,1	42,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
2015				
Contribui	99,5	(1)	(1)	58,3
Não contribui	(1)	93,5	77,7	41,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED-DF, 2016.

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Entre os anos 2005 e 2015, houve uma redução significativa das diaristas sem cobertura previdenciária, de 96,8% para 77,7%, o que é um aspecto relevante na medida em que essas trabalhadoras geralmente são submetidas a uma carga de trabalho mais intensa, estando assim mais susceptíveis aos riscos das doenças ocupacionais e/ou acidentes de trabalho dentro das residências ou no trajeto casa-trabalho-casa³⁶. No entanto, é importante que se criem mecanismos que estimulem a contribuição e o acesso aos benefícios sociais às diaristas, uma vez que entre elas ainda é muito grande a parcela de não contribuintes.

Em síntese, os dados da PED-DF apontam a redução da participação do emprego doméstico em relação ao total de ocupados, mas que, apesar do avanço na formalização do trabalho das empregadas domésticas mensalista, com o aumento do número de domésticas com carteira assinada, a precarização da atividade persiste, pois uma parcela significativa dessas profissionais continua sem seguridade social e com baixo padrão de rendimento³⁶.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de trabalhadoras domésticas diaristas.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer e descrever a história de vida das diaristas;
- Contextualizar as condições de vida, trabalho e saúde que estão inseridas as trabalhadoras domésticas na sociedade;
- Identificar as práticas/estratégias de cuidado das trabalhadoras domésticas no enfrentamento de seus problemas cotidianos relacionados à vida e saúde.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA ORIENTADORAS

Este estudo configura-se em uma pesquisa qualitativa. Tal abordagem foi adotada por proporcionar uma interpretação da realidade a partir da perspectiva do indivíduo, permitindo o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, como resultado apresenta um trabalho coletivo resultante da dinâmica interação entre pesquisador e pesquisado³⁷. Segundo Minayo³⁷, a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, adequadas ao aprofundamento da complexidade de fatos e processos particulares e específicos para indivíduos e grupos.

Para melhor compreender a relação entre o trabalho doméstico, as formas de cuidado e as percepções de saúde que cercam a vida das diaristas, optou-se por realizar um estudo biográfico que, segundo Sánchez³⁸, é o mesmo que a história de vida de uma pessoa, sendo a etnografia o método que permite a leitura individual dos modelos culturais de um determinado grupo, por meio do conhecimento que cada indivíduo tem de si e da reconstrução dos acontecimentos da vida desse indivíduo.

Segundo Murillo³⁹, é através do estudo de biografias que se torna possível entender o processo pelo qual um sujeito traça sua trajetória e como ele o faz relacionado à sua sociedade e cultura, é ele que permite compreender como os indivíduos se definem ou se reconhecem em relação ao grupo social ao qual pertence. Através da narrativa da história de vida de uma pessoa, dos acontecimentos vivenciados por ela ao longo da vida, incluindo suas experiências, suas relações com outras pessoas e os desafios pelos quais passou, é possível perceber como ela moldou a própria vida, como ela faz suas próprias escolhas e como se constituem como pessoas sociais. Murillo³⁹ ressalta que o pertencimento a determinado coletivo, cria uma identidade imprescindível na formação desse sujeito, pois este molda a sua vida partir dela, pois é através da percepção de quem o sujeito é na sociedade, no grupo, em que está inserido que ele irá formar a sua noção de “eu”.

A partir das narrativas biográficas, não se conhece apenas um itinerário ou uma trajetória, mas também relações e interações entre pessoas, instituições e políticas que são muito reveladoras do contexto contemporâneo, o que permite o trânsito entre macro e micro políticas que marcam corpos e pessoas⁴⁰. Manica⁴⁰ defende isso a partir do estudo biográfico sobre a trajetória profissional de um pesquisador e médico endocrinologista, onde foi possível transitar por vários temas e discussões sobre gênero, sexualidade, sociologia e história das ciências sobre biopolítica, a partir de suas inflexões com as questões populacionais; a possibilidade da supressão da menstruação em mulheres durante a fase fértil, com o uso de contraceptivos hormonais; os processos de desenvolvimento, pesquisa, negociação, legitimação e produção desses contraceptivos, isto é, interações entre a medicina, a indústria farmacêutica e a mídia.

Ao contar a história de vida de alguém, o escritor não consegue apresentar a história de vida de outrem sem excluir da narrativa as suas próprias vivências, pois segundo Murillo³⁹, o escritor inclui no documento as suas próprias experiências, os desejos e anseios, se posicionando nas narrativas da pessoa biografada e, portanto, a escrita etnográfica não pode ser vista como a legítima representação de uma realidade textualizada, mas sim uma interpretação da história de vida da pessoa biografada. O relato biográfico é um texto e não uma vida e, portanto, uma história de vida não pode ser escrita em toda sua totalidade em poucos capítulos.

A trajetória de vida é definida por Pierre Bourdieu⁴¹ como “[...] uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” “[...] os acontecimentos vivenciados são colocações e deslocamentos no espaço social”. Dessa forma, Bourdieu defende as trajetórias são estabelecidas pela série de acontecimentos experimentados pelo indivíduo dentro de um campo no qual ele age, no qual ele exerce e sofre influência³⁹. No caso do presente estudo, o campo é representado pelo trabalho em serviços domésticos, onde não será apresentada a vida das diaristas em sua totalidade, mas os acontecimentos relatados por elas que pretendem explicar e complementar as suas experiências no serviço doméstico.

Sánchez³⁸ ressalta que quando se abordam as técnicas qualitativas e, certamente, a biografia, as questões sobre a subjetividade e a representatividade da

pesquisa são sempre questionadas. No entanto, o autor aponta que o ponto de partida em defesa da perspectiva biográfica é a possibilidade de tomar uma teoria da representação com base em uma outra lógica: a das relações sociais, justificando a experiência humana, a subjetividade como fonte de conhecimento e a história dos vários atores como um ponto de referência para a construção do conhecimento social. Ainda em defesa desta técnica, Sánchez³⁸ salienta a validade e o controle do estudo por meio do critério de saturação, que é o fenômeno que, realizado uma quantidade de entrevistas, o pesquisador percebe que não está coletando nada novo a respeito do seu objeto de estudo.

Segundo Sánchez³⁸, neste tipo de estudo deve-se evitar as entrevistas estruturadas, pois qualquer pergunta pode prejudicar a obtenção de uma história de vida de acordo com a própria percepção do entrevistado, sendo aconselhável dar aos entrevistados liberdade suficiente para narrar suas histórias sem imposições.

A técnica de entrevista é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo qualitativo, pois permite a coleta de informações que só se constroem através do diálogo, por tratar-se das reflexões do sujeito sobre suas vivências dentro de determinado contexto, produzindo informações primárias e de grande importância na construção de estudos empíricos^{37,38}.

Diante disso, nesta pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevistas não estruturadas, que se baseou nas histórias de vida e nas estratégias de enfrentamento frente aos problemas encontrados em seus cotidianos, a fim de obter, através da narrativa das diaristas, seus pontos de vistas, percepções e significados que orientam e influenciam suas escolhas e relações de trabalho.

Quanto à análise dos dados, as informações obtidas nas entrevistas foram transcritas e analisadas conforme a técnica de elaboração e análise de unidades de significados, em que foram selecionadas aquelas unidades que se mostraram mais significativas nos discursos produzidos pelas informantes e, em seguida, interpretadas buscando entender os dados em sua essência⁴².

4.2. O TRABALHO DE CAMPO

A etapa de trabalho de campo ocorreu durante os meses de agosto de 2016 a janeiro de 2017. Neste período foram entrevistadas quatro mulheres, residentes das cidades do Entorno do Distrito Federal, que exercem ou exerciam o trabalho doméstico remunerado durante a maior parte de suas vidas na categoria profissional de diarista, em residências do Distrito Federal.

As diaristas foram selecionadas por uma rede de sociabilidade de empregadores e das próprias trabalhadoras domésticas, a partir de indicações de pessoas próximas a pesquisadora, não havendo, assim, uma faixa etária estabelecida. Elas foram identificadas em suas próprias residências ou no local de trabalho. A presente proposta de pesquisa estava voltada ou tinha como critérios de inclusão, mulheres, moradoras da região do Entorno do DF. A ideia era compreender os desafios vividos por mulheres que percorrem diariamente grandes distâncias para trabalhar. Outro elemento de inclusão foi ser diarista. Pretendia-se analisar o manejo da vida por essas mulheres que diariamente, saem de suas casas de madrugada, deixam seus filhos e trabalham para receber uma diária e retornam, chegando ao final do dia em suas casas. Essa classe trabalhadora se vê em condições de vida que leva a problemas de saúde rotineiros e cotidianos. Condições socioeconômicas resultantes de uma lógica capitalista excludente faz esses trabalhadores morarem longe do seu local de trabalho, enfrentarem jornadas de deslocamento extenuantes em um transporte público precário, não receberem serviços de saúde, educação, creches, escolas, lazer. Além de sofrerem com a violenta relação de poder entre trabalhador e empregador, especialmente, no caso das diaristas e dos diaristas, homens na construção civil, transporte, mercado etc.

As entrevistas ocorreram de maneira informal, respeitando as singularidades de cada relato oral, sempre pautando os diálogos em torno do tema do trabalho doméstico e dos cuidados de saúde. As histórias e experiências de vida foram contadas de uma maneira mais livre e sem interferências, por entender que esta era a melhor maneira de compreender e perceber as subjetividades de suas trajetórias e de suas escolhas.

Durante a realização das entrevistas, foram abordados temas sobre a trajetória de vida das diaristas, tais como sua origem e criação, família, educação,

casamento e filhos, sobre suas experiências de trabalho, de como iniciou na profissão, seu relacionamento com os patrões, trajeto para o trabalho, as atividades que executa durante a faxina, a jornada de trabalho, remuneração, carteira de trabalho, Previdência Social, sobrecarga e acidentes no trabalho; e sobre suas percepções de saúde, estratégias de cuidado, meios e lugares mais acessados por elas em caso de doença e o cuidado com os filhos. Também foram abordados temas sobre discriminação racial, assédio sexual e violência doméstica, e sobre auxílios/benefícios proporcionados pelo Estado.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, respeitando a linguagem falada e os sentimentos expressados por meio de sorrisos, silêncios e outros, sendo modificados apenas os nomes das diaristas, de seus familiares e de seus empregadores, quando estes eram relatados, mantendo a postura ética e confidencial com as informantes.

4.3. LÓCUS DO TRABALHO DE CAMPO

As trabalhadoras selecionadas neste estudo residem em cidades localizadas no Entorno do Distrito Federal, sendo necessário que elas percorram, cotidianamente, longos trajetos para chegar até seus locais de trabalho, que se encontram nos bairros de classe média e alta do Distrito Federal.

A região do Entorno do Distrito Federal é uma microrregião do estado brasileiro de Goiás, compreende vinte municípios e uma população de 1.015.010 habitantes, onde 50,12% são mulheres e 89,41% do total de habitantes vivem em área urbana⁴³. A microrregião do Entorno compreende municípios da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE/DF), que engloba o Distrito Federal e 20 municípios, são esses: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício. A Figura 1 apresenta o mapa dessa microrregião.

Figura 1 – Microrregião do Entorno do Distrito Federal



Fonte: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIDADES/>>

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Goias_Micro_Entorno_do_Distrito_Federal.svg/>

Nota: Imagem modificada pela autora.

Essa região é estigmatizada como áreas violentas e sem estrutura e políticas públicas adequadas. Há um trânsito intenso de trabalhadoras e trabalhadores desses municípios para Brasília, além de pessoas em busca de serviços de saúde.

A região vive em constante crescimento demográfico. Entre os anos 2000 e 2010, houve um aumento de 29,1% do contingente populacional⁴³. Essa região convive com graves desdobramentos sociais como a inadequação entre a necessidade e a disponibilidade efetiva de emprego e de políticas sociais⁴⁴. Devido a sua proximidade com a capital federal, Brasília, muitas pessoas que se direcionam para as cidades do Distrito Federal, mas que não consegue fixar-se nestas localidades devido aos altos preços do solo urbano, dos aluguéis e das dificuldades de acesso ao espaço agrário, migram para a região do Entorno em busca de

menores custos de vida e habitação, comparados aos que são encontrados em Brasília⁴⁵.

De acordo com Queiroz⁴⁵, no Brasil, ainda é muito comum a migração de pessoas para localidades que oferecem melhores condições de vida. No entanto, para um classe trabalhadora, cabe refletir o que é melhor condição de vida diante de um sistema capitalista excludente como o encontrado no Brasil. O cenário urbano apresenta as marcas das exclusões de raça/etnia, ocupação e classe. Nas últimas décadas, as cidades de Brasília e Goiânia têm se destacado como um local de atração populacional, tornando-se grandes receptoras de fluxos populacionais dos mais diversos locais do país. Em Brasília, semelhante a outros centros urbanos, formou-se uma migração paralela, que é a migração pendular, resultado da formação de regiões metropolitanas e do modelo de urbanização adotado na cidade, constituindo um espaço urbano segregado⁴⁵.

Brasília surgiu em uma era de transição em que o Brasil deixava de ser rural para tornar-se um país urbano. A capital federal teve, durante décadas, um crescimento demográfico considerado alto, formando um aglomerado que extrapolou as fronteiras políticas do Distrito Federal. Assim, o Entorno do DF se transformou em verdadeiro 'apêndice' da capital federal, uma expansão vista como problemática para muitos⁴⁵. Especialmente, enfatiza-se a violência que se aproxima de Brasília.

Por outro lado, os problemas enfrentados pela população do Entorno na atualidade são frutos da urbanização e do crescimento urbano desordenado do Distrito Federal que, ao longo de quatro décadas, "empurram" parte de sua população e de seus problemas para a região do Entorno. Um exemplo é a falta de equipamentos urbanos e de empregos nas cidades que compõem a região e os altos índices de violência. Uma consequência é o intenso processo de migração pendular, caracterizado pela movimentação diária de milhares de pessoas para o centro econômico de Brasília, o que ocorre na região entre os municípios vizinhos ao DF juntamente com suas localidades. A busca por empregos, serviços hospitalares, educação, entre outros, explica essa movimentação populacional. Os problemas se referem à condição social da maioria da população da região do Entorno⁴⁵.

Brasília foi concebida para ser a capital da República, como centro político de decisões, e como polo de desenvolvimento regional. Como polo de

desenvolvimento, Brasília teve o papel de integração da região Centro-Oeste com o restante do país, porém, esse desenvolvimento não alcançou as cidades que já se encontravam no DF e os municípios do Entorno, que cresciam em função da demanda de empregos que o núcleo, Plano Piloto, ofertava, criando um laço de dependência que persiste nos dias atuais⁴⁵. Pelo contrário, pode-se afirmar que Brasília se fez no contraponto da exploração de pessoas que transitam diariamente em condições precárias e vivenciam relações de trabalho injustas. Sendo assim, parte da população dos municípios do Entorno transitam, diariamente, entre o Entorno e Brasília, em busca de assistência hospitalar, de educação e da própria sobrevivência, trabalhando em empregos que requisitam mão de obra de baixa qualificação ou no mercado informal, como é o caso das mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

4.4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES ONDE MORAM

Ivone mora em Luziânia. Luziânia é um município do estado de Goiás, situada a uma distância de 58 km de Brasília. É o município mais populoso da região do entorno de Brasília, com uma população estimada de 196.864 habitantes⁴⁶. Fundada em 13 de dezembro de 1746, a cidade foi formada a partir da expedição do paulista Antônio Bueno de Azevedo que, acompanhado de amigos e vários escravos, fundou um povoado num local que deu o nome de Santa Luzia, onde se dedicaram a mineração do ouro e outros metais existentes na região. A mineração atraiu muita gente para lá, em menos de um ano o arraial contava com mais de 10.000 pessoas. No final do século XVIII, a mineração começou a declinar e muitas famílias abandonaram o arraial e se fixaram na zona rural, passando a dedicar-se à lavoura e à criação de gado. O arraial foi elevado à vila em 1833. Em 1867 a vila passou à categoria de cidade em 31 de dezembro de 1943, passando a denominar-se Luziânia⁴⁷.

Ana é moradora do Pedregal, bairro do Novo Gama, um município do estado de Goiás que fica a 54 km da capital federal. Possui uma população estimada em 2016 de 108.410 habitantes⁴⁶. Novo Gama recebeu esse nome devido a sua proximidade com a cidade satélite do Gama, no Distrito Federal. A cidade foi construída na década de 70, quando o Governo Federal criou o Banco Nacional de

Habitação, que teve como finalidade construir casas populares para os trabalhadores, utilizando-se os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Construídas as residências, foi então fundado o Núcleo Residencial de Novo Gama, no dia 08 de dezembro de 1978, sendo emancipado de Luziânia em 19 de julho de 1995 e elevado à categoria de município com a denominação de Novo Gama⁴⁸.

Neuza reside no município de Águas Lindas de Goiás. Este município está localizado no interior do estado de Goiás, a 70 km de Brasília. Sua população estimada em 2016 é de 191.499 habitantes. Águas Lindas de Goiás foi fundada em 12 de outubro de 1995 e recebeu esse nome em homenagem à nascente Águas Lindas. A cidade está situada às margens da BR-070, uma rodovia federal que liga Brasília as cidades do estado do Goiás e do Mato Grosso, o que propiciou o fluxo de pessoas vindas de Brasília e outras cidades, que foram se aglutinando a suas margens, dando início a explosão demográfica⁴⁶. Águas Lindas é a cidade que mais cresce no entorno, nos últimos 10 anos sua população mais que dobrou, passando de cerca de 80 mil habitantes para quase 200 mil, está entre as 10 cidades brasileiras que mais cresceram no Brasil. O crescimento populacional desordenado tem acarretado problemas estruturais, econômicos e de segurança, posicionando o município de Águas Lindas de Goiás entre os 100 municípios mais violentos do país⁴⁹.

Bete mora em Valparaíso de Goiás, que também é um município do estado de Goiás, localizada a 35 km de distância de Brasília, e com uma população estimada de 156.419 habitantes em 2016⁴⁶. A cidade surgiu em 1980, em função da construção de Brasília, como um núcleo residencial formado por 864 casas e uma escola estadual, não possuía comércio e faltava água frequentemente. Foi desmembrado de Luziânia em 18 de julho de 1995, recebendo a denominação de Valparaíso de Goiás em homenagem a um engenheiro civil natural de Valparaíso, no Chile, responsável pelo primeiro projeto habitacional da cidade. Suas atividades econômicas estão restritas essencialmente ao setor de serviços, não havendo indústrias nem atividades agropecuárias, e a maioria das empresas encontra-se ao longo da BR-040⁵⁰.

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴⁶, a população residente nos municípios pertencentes ao Entorno de Brasília que se declarou preta ou parda é significativamente maior que a população de brancos, sendo que em cada um dos municípios em que moram as entrevistadas, pretos e pardos somam mais 60% da população, conforme pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 – População residente, por cor ou raça, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.

Microrregião e Municípios	População residente						
	Cor ou raça						
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarado	Total
Águas Lindas de Goiás	47216	14007	93058	4837	260	-	159378
Luziânia	60114	14033	96598	3464	318	4	174531
Novo Gama	26661	10030	55661	2501	161	4	95018
Valparaíso de Goiás	46650	11985	72148	1993	205	1	132982
Microrregião do Entorno do DF	342139	89328	596514	22682	1738	10	1052411

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Cerca de 30% da população do Entorno de Brasília frequentavam algum nível ou modalidade de ensino em 2010. Nos quatro municípios (Águas Lindas, Luziânia e Novo Gama e Valparaíso), o maior número de alunos se encontrava no Ensino Fundamental, seguido do Ensino Médio e, por fim, da Pré-Escola (Ver Tabela 5)⁴⁶.

Da população com 10 anos ou mais de idade nos municípios em análise e de toda a Microrregião do Entorno de Brasília (Ver Tabela 6), cerca de 50% não possuem instrução ou cursaram o Ensino Fundamental de forma incompleta. Também é baixo, o número de pessoas que concluem o Ensino Médio e o Ensino Superior, quando se considera o número de habitantes de cada município. Por meio desses dados, pode-se inferir que crianças e jovens dessa microrregião abandonam a vida escolar, seja para contribuir com a renda da família, seja por dificuldades para acessar ao ensino formal⁴⁶.

Tabela 5 – Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.

Microrregião e Municípios	Pessoas que frequentam escola ou creche								
	Curso que frequentavam								
	Creche	Pré-escola	Classe de Alfabetização	Alfabetização de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Especialização, Mestrado ou Doutorado	Total
Águas Lindas de Goiás	1164	5683	3597	625	32382	8396	1867	188	53902
Luziânia	1471	4209	3864	547	31537	10000	4100	306	56035
Novo Gama	641	2729	1911	294	18408	5883	1614	120	31599
Valparaíso de Goiás	1754	4652	2213	199	23108	7991	4976	483	45376
Microrregião do Entorno do DF	8815	29320	21352	3351	194850	59540	25407	2267	344901

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 6 - Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios de Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.

Microrregião e Municípios	Pessoas com 10 anos ou mais de idade					
	Nível de Instrução					
	Sem Instrução e Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Não Informado	Total
Águas Lindas de Goiás	72702	26326	24822	1846	831	126526
Luziânia	77304	25712	32364	5439	1053	141872
Novo Gama	42689	13758	17006	1727	1095	76276
Valparaíso de Goiás	45166	22054	34124	6545	853	108743
Microrregião do Entorno do DF	464307	158384	193352	34007	5527	855576

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Mais de 90% da população economicamente ativa encontrava-se ocupada em 2010, e cerca de 5% das crianças com idade entre 10 a 13 anos possuíam algum tipo de ocupação, um número alto, tendo em vista que essas crianças estão em idade escolar (ver Tabela 7)⁴⁶. No entanto, é importante ressaltar que por se tratar de uma pesquisa declaratória pode haver distorções de informações.

Tabela 7 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.

Microrregião e Municípios	Condição de atividade na semana de referência			
	Economicamente ativas		Não economicamente ativas	Total
	Ocupadas*	Desocupadas		
Águas Lindas de Goiás	70380	6793	49352	126526
Luziânia	77240	8513	56118	141872
Novo Gama	39444	5087	31745	76276
Valparaíso de Goiás	62440	5026	41276	108743
Microrregião do Entorno do DF	470387	43962	341227	855576
Pessoas com idades entre 10 e 13 anos				
Águas Lindas de Goiás	667	150	13952	14770
Luziânia	488	139	14228	14856
Novo Gama	230	87	8000	8316
Valparaíso de Goiás	363	41	10193	10597
Microrregião do Entorno do DF	3566	882	84594	89043

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: O IBGE entende como pessoas ocupadas os indivíduos que tinham trabalho durante todo ou parte do período em que a pesquisa foi feita, incluído aquelas pessoas que não estavam exercendo o trabalho remunerado por motivo de férias, licença, greve, etc.

Do total de ocupados na microrregião do Entorno de Brasília, 59,92% são homens e a renda mensal deles chega a ser R\$ 308,23 maior que a renda das mulheres (ver Tabela 8 e 9)⁴⁶. Esse é um problema que deve ser enfrentado para a

construção da igualdade de gênero. Além da questão referente às ocupações de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos de idade.

Tabela 8 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.

Microrregião e Municípios	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Águas Lindas de Goiás	41379	27144	68523
Luziânia	45054	29924	74979
Novo Gama	22501	15890	38329
Valparaíso de Goiás	34650	26547	61241
Microrregião do Entorno do DF	271650	181638	453288

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 9 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho, e valor (em reais) do rendimento nominal mensal médio e mediano, por sexo, segundo os municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal, 2010.

Microrregião e Municípios	Rendimento nominal mensal (R\$)					
	Média			Mediana		
	Sexo		Total	Sexo		Total
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
Águas Lindas de Goiás	952,73	686,36	847,21	700,00	510,00	600,00
Luziânia	1195,96	903,50	1079,23	800,00	561,00	700,00
Novo Gama	1078,61	822,00	972,40	800,00	600,00	700,00
Valparaíso de Goiás	1482,00	1090,62	1312,34	1000,00	700,00	800,00
Microrregião do Entorno do DF	1086,17	777,94	972,61	700,00	510,00	600,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

4.5. PRECEITOS ÉTICOS

Esta pesquisa faz parte de um projeto amplo que reúne vários trabalhos, e que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília pelo número do parecer 783.155, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 34150214.9.0000.5540, datado no dia 08 de setembro de 2014.

As participantes da pesquisa receberam uma breve explanação sobre os objetivos da pesquisa e, a partir do seu consentimento informado, as entrevistas foram iniciadas, firmando com a participante o compromisso ético de garantir seu anonimato.

De modo a assegurar o anonimato das entrevistadas, as entrevistas foram realizadas em ambiente isolado, mesmo aquelas que ocorreram no local de trabalho, sem a presença de outras pessoas.

5. ENTRE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: A VIDA DE DIARISTAS NO TRABALHO DOMÉSTICO

5.1. BREVE DESCRIÇÃO SOBRE AS DIARISTAS E SEUS CONTEXTOS

Ivone tem 50 anos, se vê como uma mulher branca. Tem estatura baixa, olhos esverdeados e cabelos curtos e um pouco grisalhos. É divorciada e tem um filho de 25 anos que é casado e mora na casa da frente, no mesmo lote de Ivone. Não chegou a completar o ensino fundamental, só cursou a primeira série. Nordestina, natural de Salgadinho, filha de pais lavradores e irmã de outros sete filhos. Mudou-se para Brasília aos 11 anos, quando começou a trabalhar no serviço doméstico. Atualmente, trabalha como diarista para três famílias, cinco dias por semana. O primeiro encontro entre a pesquisadora e Ivone ocorreu na sala de reunião de um de seus empregadores, que também a contrata na limpeza de sua casa, localizado na Asa Sul, na cidade de Brasília. Nesta ocasião, ela usava camiseta e bermuda estampadas e chinelo. Ela é bem humorada, durante as entrevistas fez piadas sobre sua vida.

Ana possui 54 anos, é morena, de baixa estatura, tem olhos castanhos e cabelos curtos, encaracolados e escuros. O primeiro contato com a Ana aconteceu na casa de uma ex-patroa, que fica na Asa Sul. Durante a entrevista usava blusa branca, saias jeans até a altura dos joelhos e sandálias pretas. Ela foi muito simpática e se mostrou bastante aberta para compartilhar suas histórias. Atualmente, mora com um companheiro que é pai de dois de seus quatro filhos. Sua filha mais velha tem 32 anos, a segunda filha tem 20, a terceira possui 16 anos e seu filho mais novo, 14 anos. Nasceu em Araisos, município do estado do Maranhão. Veio para Brasília trabalhar nas casas de família quando tinha 14 anos. Após esse primeiro emprego, sempre trabalhou como diarista, mas, recentemente, teve sua carteira de trabalho assinada pela primeira vez e hoje trabalha para uma única família, de segunda a sexta-feira, no Lago Sul, um bairro nobre de Brasília. Mas isso não a impede que, esporadicamente, trabalhe como diarista aos finais de semana para complementar a sua renda. Seu atual companheiro não possui emprego fixo, então não é sempre que ela pode contar com a ajuda dele.

Neuza é negra, tem os olhos castanhos e os cabelos escuros, encaracolados até a altura dos ombros. Tem 42 anos. É migrante do interior do Piauí, veio para Brasília com seu marido aos 19 anos de idade, após engravidar de sua primeira filha. Ela tem três filhos, duas mulheres de 23 e 20 anos e um menino de 17 anos. Começou a trabalhar no serviço doméstico com apenas 7 anos de idade para ajudar seus pais, que eram lavradores, e seus doze irmãos. Estudou até a quarta série. A primeira entrevista com ela aconteceu em uma das casas onde trabalha, no Guará, bairro de Brasília. Ela usava uma camiseta marrom, uma bermuda preta e estava descalça. Para realizar a entrevista, ela interrompeu o trabalho que estava fazendo e, por isso, estava ofegante e aparentemente cansada. Hoje seu marido se encontra desempregado e ela, com seu trabalho doméstico, é a única provedora do sustento da família.

Bete é morena e tem cabelos escuros, cacheados e na altura dos ombros, ela é alta e magra. Nascida no entorno do Distrito Federal, na cidade de Planaltina de Goiás. Possui 40 anos de idade e uma filha de 4 anos. Mora há 12 anos com o companheiro, que atualmente trabalha como motoboy. O primeiro encontro com a Bete aconteceu em sua casa, na cidade de Valparaíso de Goiás. Nesta ocasião, ela vestia shorts e camiseta de cor preta e estava descalça. Apenas ela e sua filha, que brincava com o celular da mãe, estavam presentes em casa no momento da entrevista. Ela foi bastante receptiva e se apresentou muito comunicativa. Contou que começou a trabalhar como doméstica aos 15 anos e que teve a experiência de trabalhar como vendedora, mas depois de engravidar e dar à luz a sua filha voltou a trabalhar como diarista e, atualmente, trabalha para cinco famílias.

O perfil sociodemográfico das trabalhadoras participantes deste estudo é apresentado no quadro 1, e vai ao encontro do que é referido na literatura sobre o trabalho informal, que se caracteriza pela baixa escolaridade, predominância da cor negra ou parda, história de migração do interior do estado para a capital, inseridas no mundo do trabalho antes da maioridade e todas com vínculo informal^{5,7}.

Quadro 1 – Perfil das trabalhadoras domésticas entrevistadas

Nome	Ivone	Ana	Neuza	Bete
Idade	50	54	42	40
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo
Cor/Etnia	Branca	Parda	Negra	Parda
Cidade/Estado de Origem	Salgadinho - Paraíba	Araioses – Maranhão	São Francisco – Piauí	Planaltina – Goiás
Idade que Começou a Trabalhar	11 anos	14 anos	7 anos	14 anos
Tipo de Vínculo Empregatício	Diarista	Diarista/ Mensalista	Diarista	Diarista
Situação Conjugal	Divorciada	Casada sem registro civil	Casada com registro civil	Casada sem registro civil
Filhos	1	4	3	1
Local Onde Reside	Luziânia	Novo Gama	Águas Lindas de Goiás	Valparaíso de Goiás
Característica da Moradia	Casa própria	Casa alugada	Casa própria	Casa própria

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2. O INÍCIO PRECOCE NO TRABALHO DOMÉSTICO: MARCAS DO TRABALHO INFANTIL

Três das diaristas entrevistadas, nesta pesquisa, são imigrantes da região nordeste do país, que chegaram à Brasília ainda jovens em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Corroborando com os achados desta pesquisa, Amorim⁶ afirma que, em geral, o trabalho em serviços domésticos começa a ser exercido desde cedo, por crianças que vêm do interior para trabalhar em “casas de família” como uma estratégia para sua própria sobrevivência, e nesse novo ambiente termina por não conseguir construir sua identidade coletiva enquanto cidadã.

Este fato foi narrado por elas, que ingressaram no trabalho doméstico quando, ainda, eram crianças sob as ordens dos próprios pais, que viam no emprego de seus filhos nas casas de família como alternativa para a subsistência da família. Essas famílias são marcadas por processo de exclusão, marginalização,

nesse sentido, não chegam a elas condições de vida digna, a relação de compadrio passa a ser uma busca de sobrevivência. A ideia de “filhas de criação” passa por essa lógica, estruturada após um processo de escravização que acabou por impor às pessoas escolhas de vida que replicavam a própria estrutura da escravidão. Essa permanece e está nas altas taxas de trabalho escravo ainda encontradas no Brasil. Essa migração de crianças ocasiona grandes perdas no sentido educacional e de cidadania. Além disso, as crianças submetidas ao trabalho doméstico ficam expostas desde cedo à discriminação, à humilhação, ao isolamento e à violência física e sexual⁶.

Assim, essas meninas apresentam em seus corpos as marcas da classe social, isto é, da precariedade, fome e pobreza. Também, apresentam as marcas do racismo que as violenta em seus corpos e do machismo que as subjulga como um corpo que deve ser colonizado pelo patriarcado.

Assim, essa relação de trabalho, ainda meninas, ocorria sem nenhum tipo de formalidade legal e eram estabelecidas por meio do contato de um familiar ou amigo que já estava inserido no trabalho doméstico e conhecia algum empregador precisando de uma menina pra ajudar nas tarefas domésticas.

De acordo com o Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008, o trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e está entre as piores formas de ocupação a que se pode submeter crianças e adolescentes. O trabalho doméstico infantil é toda prestação de serviços continuada, remunerada ou não, realizada por pessoa com idade inferior a 18 anos, para terceiros ou para a sua própria família. São atividades que mesmo realizadas no âmbito do lar, violam direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer e ainda, acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral⁵¹.

O trabalho doméstico infanto-juvenil expõe crianças e adolescentes a uma atividade que não é adequada a suas capacidades físicas e mentais, ocasionando graves problemas de saúde e dificultando o crescimento pessoal e profissional devido à falta de estudo⁶.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵¹, dos 42,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade vivendo no Brasil, em 2011, 3,7 milhões tinham alguma ocupação, e dessas 258 mil (7%) estavam inseridas em serviços domésticos, trabalho este proibido para essa faixa etária. O trabalho infantil doméstico representa 3,9% do total de empregados domésticos no Brasil, em 2011 (6,7 milhões). Entre as crianças e adolescentes ocupados nos serviços domésticos, predominavam as meninas. Em 2011, 93,7% do contingente de crianças e adolescentes inseridos nessa atividade eram meninas, predominância que se observa também entre os adultos. Dentre as meninas, 19,6% eram domésticas (cerca de 241 mil meninas). Entre os meninos, 0,7% dos ocupados (16 mil meninos) realizavam trabalhos domésticos. Quanto à cor/raça, o serviço doméstico infantil, no Brasil, é praticamente composto de negros, que representava, em 2011, 67% das crianças e adolescentes nessa atividade, somando 172.666 contra 85.026 de não negros⁵¹.

Em síntese, as estatísticas mostram o lento avanço das políticas públicas no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico a partir especialmente de 2008, quando ocorreu a promulgação do Decreto Nº 6.481, que Lista as Piores Formas de Trabalho Infantil. Entre 2008 e 2011, o número de casos de crianças e adolescentes ocupadas nessa atividade diminuiu em 67 mil casos, passando de 325 mil, em 2008, para 258 mil, em 2011, contudo em termos proporcionais diminuiu apenas 0,2 pontos percentuais, de 7,2%, em 2008, para 7%, em 2011. Portanto, proporcionalmente ao número de crianças e adolescentes ocupadas no Brasil, os números do trabalho infantil doméstico pouco se alteraram ao longo desses quatro anos⁵¹.

Voltando às mulheres que participaram desta pesquisa, a inserção das mesmas no trabalho doméstico se deu quando ainda eram crianças. Todas as entrevistadas começaram a trabalhar entre 7 e 14 anos de idade em “casas de família”, varrendo chão, lavando a louça, cozinhando, lavando e passando roupas e “olhando crianças”.

Ivone relata esse início dessa atividade:

(Comecei a trabalhar) Quando nasci. (Rindo) Brincadeira! Com 11 anos de idade eu já vim pra cá trabalhar, né? Eu vim com meu pai pra cá (Brasília).

A diferença é que eu trabalhava de graça, só por uma comida e uma roupinha, com 11 anos, né. Aí com 12 anos eu fui embora pra lá de novo (Para sua cidade natal, Salgadinho/PB). Aí comecei lá, não tinha emprego, aí eu botava água na rua pros outros, pra aquelas casas, botava água na rua. Aí depois eu arranjei emprego assim por perto, em Patos (Grande Patos/ PB), Campina (Campina Grande/PB). Larguei a cidade e fui trabalhar lá, em casa de família mesmo. É fazendo faxina. Limpar a casa, passar roupa, fazer comida.

Ana relata a sua vivência:

Eu sou do Maranhão. Aí eu saí do Maranhão com 14 anos. Eu sou de Araiases. Aí eu vim com 14 anos. Fiquei aqui (Brasília). Não conhecia ninguém. Eu falava: “Eu vou é tocar de mundo afora sozinha!” Aí fiquei na casa de uma amiga da gente que é comadre do meu pai, só que ela faleceu agora em setembro. Aí de lá pra cá (desde de minha vinda para Brasília), eu fiquei com ela e fui mudando (tinha contato com ela, mas mantinha minha casa). (No primeiro emprego) Eu morava no serviço, direto. Passei 12 anos morando no serviço. Foi assim, eu ia pro Rio de Janeiro, mas aí não fui. Eu não fui pro Rio de Janeiro porque eu chorei com medo de deixar meu pai e minha mãe. É, eles falaram assim para o meu pai e minha mãe: “Vai pro Rio de Janeiro!” Aí meu pai deixou. Aí quando cheguei no Piauí pra viajar, pro Rio de Janeiro. É, pro Rio. Que o pessoal ia me levar pra lá. A gente nem conhecia o pessoal também. Aí o pessoal falou: “Ôuh, você não vai, não? Porque já arrumaram outra no seu lugar!” Aí, eu falei: “Graças a Deus!”, que eu não queria ir não! Aí voltei pra casa. Chorei pra não ir, que eu não queria deixar meu pai e minha mãe, que eu era muito apegada com meu pai. Aí eu fui pra casa de novo. Aí veio uma vizinha da gente, que mora de frente com a minha mãe, lá na casa de meu pai, lá no Maranhão. Bem pertinho mesmo. Então ela disse - que o nome do meu pai é José Aguiar, né? – “É moço, tu deixa a Ana ir pra Ceilândia (Cidade do DF) pra cuidar de dois meninos?” Aí, eu vim pra cá em 80. Aí eu vim. Quando eu chego na Ceilândia, não era pra cuidar de dois meninos, era pra cuidar da casa, com tudo, e ainda lavar roupa na mão. E eu ia ainda deixar comida na feira da Ceilândia pro irmão dela, que ele trabalhava na feira. Meio dia eu tinha que deixar comida pra ele na feira. Eu com 14 anos. Aí eu falei: “Não, aqui não dá pra eu ficar não!” E a irmã do rapaz queria mandar em mim, porque eu não conhecia direito, né?! Pagavam mixaria. Eles não pagavam muito não, sabe por quê? Porque eu era de menor ainda. (Nem sei se recebi um salário) Oxi, um salário?! Eu nem sei nem quanto era nesse tempo. Ela descontou, porque

quando eu cheguei aqui, eles compraram as roupas pra mim. Eu não trouxe nada. Eles compraram roupa pra mim. Aí eles descontaram tudo, eu não recebi foi nada.

No relato de Neuza, ela fala que sua experiência foi a seguinte:

Ixi, minha filha, eu tinha 7 anos.(Comecei a trabalhar) Em casa de família mesmo. (Sempre) É, nas casas de família. Lá eu trabalhava assim todo dia, né?! eu praticamente morava na casa. Aí, eu trabalhei até os 15 anos, depois fui pra outra cidade de lá mesmo eu fiquei trabalhando. Então comecei a trabalhar no Piauí e depois foi pra Goiânia, sempre trabalhando nas casas de família.

Por sua vez, Bete retrata:

Sou daqui mesmo, do Goiás. Nasci em Planaltina. Eu comecei a trabalhar com uns 14 pra 15 anos, quando eu fui estudar, fazer meu segundo grau, à noite, aí comecei a trabalhar como doméstica. Depois eu trabalhei em loja. Quando eu fiquei grávida eu parei de trabalhar porque não tinha com quem deixar ela (filha de 4 anos). Aí depois que ela ficou maiorzinha eu voltei a trabalhar, mas aí fazendo faxina. Não era de doméstica não (não tinha carteira assinada). Trabalhei de vendedora com carteira assinada, mas de doméstica mesmo não. Completei o segundo grau. Só, tenho essa filha de 4 anos. E já tá bom demais. Quero mais não.

Prisco, Carvalho e Gomes³⁵, em seu estudo sobre as representações sociais do trabalho das diaristas no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, observaram, a partir do relato das diaristas entrevistadas, que a percepção das mulheres de como ocorreu o ingresso no trabalho informal como diarista revelou que ocorreram devido aos familiares, seja por já trabalharem na área ou por dependerem de cuidados, a si próprias, a falta de preparo para atuar em outras áreas por causa da inexperiência formal, do baixo grau de escolaridade ou da ausência de oportunidade em outras áreas. Uma das diaristas que as autoras entrevistaram alegou como causa: “Minha mãe, porque já trabalhava. Eu vim da cidade do interior. Não sabia o que fazer. O primeiro que apareceu, eu peguei”, responsabilizando a família por seu ingresso na área. Por outro lado, outra expõe: “ninguém me influenciou a trabalhar desta forma. Foi por minha espontânea vontade mesmo, [...]”. Entretanto, completou sua fala dizendo: “por causa da minha família”. Em outro relato também apareceu a falta de preparo para atuar em outras áreas:

“Responsabilidade minha mesmo, eu quis trabalhar informalmente porque eu tive oportunidade. Foi o que apareceu quando estava precisando e pra mim está sendo bom, por enquanto.” Por meio dessas falas, percebe-se a tendência das diaristas de se responsabilizarem pelos efeitos das expressões da questão social em suas vidas³⁵. A responsabilidade da relação trabalhista acontece no vínculo entre uma rede de conhecidos e em assumir cedo suas vidas.

Segundo Monticelli⁴, diante de dificuldades financeiras muitas jovens acabam iniciando no trabalho doméstico, pois encontra nele formas de barganha e um contrato de trabalho mais flexível, que as permitem conciliar o trabalho com os cuidados da própria casa e família, como levar os filhos para a casa dos patrões enquanto se trabalha ou sair mais cedo à medida que terminam as tarefas. Por outro lado, essa flexibilização está na relação íntima entre trabalhadora e patrão que passa a acontecer e expõe essas mulheres a violências que são estrategicamente silenciadas.

O início precoce no mercado de trabalho se mostrou necessário para as diaristas entrevistadas neste estudo, pois eram membros de famílias de classe popular que viviam em situação de precariedade com dificuldades materiais, com muitos irmãos e grandes dificuldades financeiras. Neuza relata seu contexto familiar:

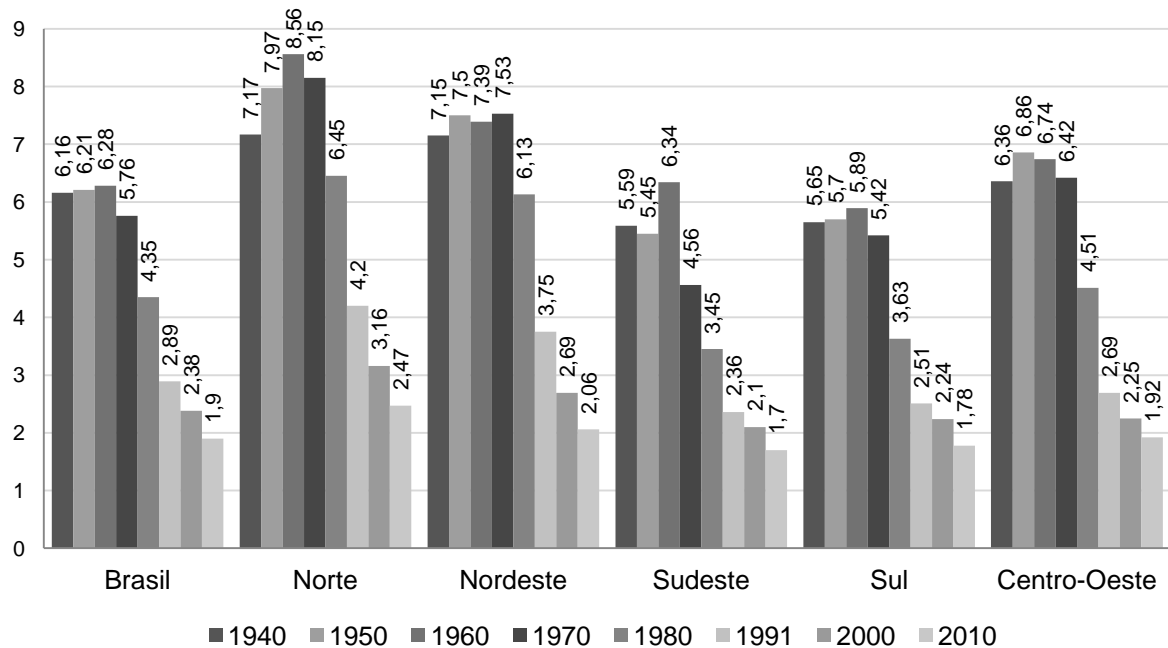
Meus pais trabalhavam de roça. Tenho, nós somos treze irmãos. Nós somos 6 mulheres e o restante é homem. Quando eu trabalhava... Até os 15 anos, a gente trabalha por conta dos pais da gente, né, que quer que a gente trabalhe naquela família. Então, tipo assim, pra ajudar. Nessa época que eu trabalhava lá, eu nem recebia salário. Eles botavam eu pra trabalhar lá, dizendo que iam ajudar meus pais. Que meus pais eram bem pobrezinho. Aí, trabalhavam de roça, né?! Aí eu ia trabalhar e ganhava casa e comida. E dizendo eles que tavam ajudando meus pais. Mas não me pagavam nada.

Ivone retrata a situação da sua família: “Tenho, muitos irmãos, bem uns oito. A gente trabalhava na roça. Todos os filhos ajudavam. Ave Maria, era com uma inchadinha lá, minha filha.”

De acordo com os dados do Censo⁴³, o Brasil está passando por uma mudança na estrutura familiar. Até os anos 1970-1980, era muito comum as famílias grandes, com muitos filhos, mas, agora, as mulheres têm em média 1,9 filhos. Este

número vem se reduzindo em todas as regiões do Brasil desde a década de 1960, como pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Taxa de fecundidade total, segundo as grandes regiões brasileiras, 1940-2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

As estruturas familiares e o significado de ter filhos variam no tempo e espaço. Enquanto que para algumas famílias ter muitos filhos significa ter ajuda para trabalhar, dividir as responsabilidades, ter uma rede de apoio ao longo da vida. Para outros, significa aumento de despesa e pouca qualidade de vida. Essas lógicas apresentam um recorte de classe e estão inseridas em uma pressão das relações trabalhistas que enfrentam as mulheres em cenários urbanos. Em contextos rurais ou populares em centros urbanos, definido aqui esse último como situações de pobreza ou relações de precariedade, ter muitos filhos significa ter uma rede de apoio, significa para a mãe ou pai ter cuidado na velhice⁵². Por outro lado, para uma classe média e alta, ter filhos é algo que acontece após uma estabilização financeira, pois, na velhice, esses pais não pensam em contar com os cuidados dos filhos, mas sim com uma aposentadoria. No caso de famílias do meio rural ou populares em contextos urbanos, ter muitos filhos significa ampliar uma rede de apoio. Por outro lado, a migração dessas jovens para centros urbanos é marcada pela restrição na construção de uma rede de apoio e, ao mesmo tempo, a inserção

em um mercado de trabalho marcado por relações de precariedade está fazendo com que essas jovens mulheres de contexto popular nas cidades optem por não ter muitos filhos. No entanto, conversando com elas os filhos ainda são um valor relacionado ao que viviam em suas famílias⁵³.

Nestes casos, os pais eram trabalhadores rurais que tiravam da terra o sustento da família. Eles trabalhavam, ocasionalmente, em pequenas propriedades rurais que empregavam, muitas das vezes, todo o grupo familiar (esposas e filhos), nas atividades de arado, plantio e colheita de alimentos.

Elas relataram que começaram a trabalhar nas casas em troca de alimento e moradia, pois eram contratadas para residir na casa em que trabalhavam e não recebiam nenhuma ajuda financeira. A lógica familiar do trabalho das filhas que acompanham as mães em tarefas domésticas transitam para este ambiente onde elas passam a ser inseridas em uma relação de trabalho que as violenta, uma replicação de uma situação de escravo. Por outro lado, a relação de compadrio, de “filhas de criação” pretende escamotear o trabalho infantil que acontece.

Sobre os modos de produção em famílias no meio rural, Woortmann⁵⁴ observa que o dono das terras, que é o pai de família, contrata os trabalhadores temporários, para possibilitar ajuda ao trabalho familiar durante o pico do ciclo agrícola e manter a hierarquia familiar, poupando os membros da família da realização de tarefas mais pesadas. Nestas comunidades, que se organizam pelos princípios do parentesco, as necessidades de trabalho são satisfeitas através da reciprocidade. Woortmann⁵⁴ analisou que os donos dos sítios na região nordeste que empregavam trabalhadores rurais diaristas não definiam as atividades destes como trabalho, mas como ajuda. Os sitiante colocam estes trabalhadores em posição semelhante à de filho, subordinado a um pai, referindo-se a eles como “trabalhaorzinho”, pois, nesta região, um pai de família sempre se assalaria em último caso ou desloca um filho para tal atividade. No entanto, um sitiante que assalaria outro pai de família, ou filho deste, também define seu ato como ajuda. Em um momento, uma família é assalariada, em outro é quem assalaria. E geralmente este jovem, é afilhado do dono do sítio, auxiliando a família do seu padrinho em momentos de pico de colheita. As próprias diaristas, também, expressaram essa relação como ajuda ao tratar de suas famílias na roça: “vou ajudar na derrubada da

roça”. Nestes espaços, o trabalho familiar é complementado pelo “ajuri”, assim denominado por eles a troca de dias de trabalho, cujo pagamento sempre é feito com comida e nunca com dinheiro⁵⁴.

Fica exposto pelas narrativas das diaristas que a inserção precoce no trabalho doméstico foi a solução encontrada por seus pais para suprir necessidades básicas, tais como a alimentação e moradia, de suas filhas. E elas foram inseridas em uma rede de compadrio, relações mútuas de ajuda. No entanto, o que muda no cenário urbano é a violência na relação de trabalho, a relação hierárquica desigual que são inseridas. Elas perdem sua autonomia, por exemplo, estudar não é uma escolha delas ou de suas famílias, mas do patrão que analisa a oportunidade de estudar como uma ajuda, nenhuma obrigação. Com relação ao estudo, três delas não chegaram a completar o ensino fundamental:

Eu estudei muito pouco! (Ana); Estudei até a 4ª. (Neuza); Eu nunca saí da 1ª série. Fiz só a primeirinha! Esse tempo no Nordeste era muito ruim, viu. Não tinha escola também. Quando aparecia a escola, a gente chagava lá era só pra dormir, porque tava cansada de tanto trabalhar. (Ivone)

Apenas Bete conseguiu avançar nos estudos, conciliando o trabalho doméstico realizado durante o dia com os estudos realizados no período noturno, concluindo, assim, o ensino médio.

Devido à baixa escolaridade, era difícil para elas conseguirem outro trabalho, permanecendo como trabalhadoras domésticas nessas casas, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas e com uma grande jornada de trabalho. Destarte, pode-se inferir que o binômio baixo grau de escolaridade/ausência de capacitação profissional é fator condicionante para a exclusão das diaristas de outros campos profissionais, uma vez que estas vivem em uma época de crescente especialização das profissões e de maior exigência quanto à formação escolar. De modo geral, para a inserção em grande parte dos espaços sócio-ocupacionais, exige-se, no mínimo, a conclusão do ensino médio³⁵.

Os baixos níveis de rendimento e de proteção social associado à discriminação e exploração que caracterizam o emprego doméstico, tem reduzido a atratividade do trabalho doméstico para as mais jovens. Por outro lado, a elevação

do seu nível de escolarização permite a busca por ocupações mais valorizadas no mercado de trabalho²⁹.

De acordo com o estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e pelo IPEA, apesar de ser ainda baixa, a escolaridade está melhor. Em 2004, a média de estudos das domésticas era de cinco anos e meio, um ano a menos do que em 2014. A pesquisa mostrou que o número de trabalhadoras jovens vem caindo. Em 2004, a maioria das domésticas tinha até 29 anos. Hoje, a maioria tem 45 anos ou mais. Uma das explicações para isso é que as jovens estão indo para a escola, qualificando-se².

Questionadas sobre a satisfação com seu trabalho e a vontade ou possibilidade de mudança de emprego como diaristas, hoje, elas responderam:

Gosto (do meu trabalho)! É o que tem! (rindo) Hoje em dia você tem que agarrar o que tem, né?! Por que tá difícil. Hoje em dia você segura o seu! Sei lá, a gente chega numa certa idade que a gente nem sonha mais, nem dá tempo de sonhar, sonha mais quando a gente é novo, né?! Você quando é nova tem sonho de ter um carrinho, de ter um bom empreguinho e só tem sonho bom, mas a gente chega numa idade assim que você já sonhou tanto que nem sonha mais. (Ivone)

Gosto (do meu trabalho). É o que eu sei fazer, né?! Eu não sei, nunca parei pra pensar (em trabalhar com outra coisa) (Neuza)

Gosto (do meu trabalho). Eu gosto muito de cuidar de casa. Eu gosto! Por enquanto não (não tenho vontade de fazer outra coisa). Por enquanto pra mim tá bom. Eu quero até mais. No caso, os dias que eu tenho livre, eu queria preencher. Que aí eu ia ficar com minha semana completinha. Eu tinha a semana completa, aí com essa crise, né, o povo vai dispensando. Teve duas mesmo que dispensou. Aí uma vez ou outra, quando a casa tá muito suja, aí me liga: “Ah, que dia que cê tem livre? Vem cá limpar aqui que tá precisando!” Aí eu vou, mas aquele compromisso de toda semana não tem mais. Só daqui um mês e meio, dois meses, que a casa tá muita suja aí elas me chamam, aí eu vou. Vou, limpo aquele dia e pronto. Aí é ruim, mas quando você tem a semana inteira é muito bom. Eu gosto de cuidar de casa, a única coisa que eu faço que não gosto é passar roupa! Que tem três casas que passo roupa. Tirando isso...Paga mais (para passar roupa).É, a faxina e a roupa. (Bete)

O estudo de Iriart *et al*⁶, sobre as representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil na cidade de Salvador, Bahia, apontou que para as trabalhadoras, a baixa escolaridade, o medo do desemprego e a falta de opção são trazidos como fatores que impossibilitam a mudança de ocupação e levam à aceitação do trabalho doméstico: “*é só o que eu sei fazer*”, “*é a única coisa que consegui até hoje*”, “*é melhor que estar desempregada*”. Elas afirmaram, ainda, que não gostariam que seus filhos seguissem sua profissão alegando que “*não vale a pena*”, “*é um trabalho muito humilhante*” e enfatizando a necessidade de “*estudar para conseguir coisa melhor*”.

Coutinho *et al*¹ realizou um estudo sobre as trajetórias ocupacionais das diaristas atuantes na região de Santa Catarina, e observou que, embora algumas das diaristas que entrevistou pretendiam permanecer nesta ocupação, outras tinham expectativas de mudança, mas, em geral, as diaristas não apresentaram planos estruturados relativos à sua vida laboral futura. As narrativas destas mulheres revelam algumas contradições, como por exemplo, gostar de atuar como diarista, não significava necessariamente pretender permanecer nessa ocupação por longo prazo¹.

As falas das diaristas mostram como as dificuldades estruturais estão inseridas nas trajetórias dessas trabalhadoras desde sua infância, gerando consequências que perduram por toda a vida, assim como afirma Monticelli⁴, “uma vez inseridas ainda crianças no trabalho doméstico remunerado, as possibilidades de sair dele são bem pequenas, prejudicando seu futuro educacional e limitando suas possibilidades trabalhistas”.

5.3. CRIANDO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO CUIDAR DE SI

Para muitas delas a fase da juventude foi um período difícil, em que tiveram que enfrentar episódios de preconceito e humilhação. Uma delas relatou em sua narrativa episódios racistas vivenciados nas casas onde trabalhou:

Nos primeiros (lugares onde trabalhou), quando eu era adolescente, eu não era bem tratada, não! Aí depois que eu cheguei aqui em Brasília, graças a

Deus, melhorou! Quando eu comecei a trabalhar... Por que eu trabalhava pra uma família que era muito branca, né?! Aí, eles sempre me chamava de negra. Eu tinha uns 10 anos. (Neuza)

A distância social baseada em aspectos raciais ainda continua moldando formas de poder no cotidiano do emprego doméstico, aparecendo de forma sutil, criando conflitos que são encobertos pelo âmbito privado⁵⁵. “Se a condição de trabalho das empregadas domésticas é ruim, a das trabalhadoras domésticas negras é ainda pior: elas são maioria, têm escolaridade menor e ganham menos”². Em 2014, 10% das mulheres brancas eram domésticas, índice que chegava a 17% entre as negras. Entre as trabalhadoras com carteira assinada também existe diferença. O percentual é de 33,5% entre as mulheres brancas e 28,6% entre as negras. Isso reflete diretamente no salário que elas recebem: R\$ 766,6 das brancas contra R\$ 639 das negras, valor inferior ao salário mínimo².

Eu fiquei lá 1 mês e alguma coisa. Eu falei: Sabe de uma coisa? Eu não vou ficar aqui mais não! O pessoal tá me humilhando demais! Por que eu vim pra cuidar de menino, depois tinha que cuidar de casa, arrumar... Eu nem sabia direito ainda, né?! E a irmã do rapaz queria mandar em mim, porque eu não conhecia direito, né?! Aí eu falei: eu não conheço ninguém, eu vou procurar as pessoas que eu conheço. Eu não conhecia nada, menina! Aí eu liguei pro meu pai: Óh meu pai, aqui não tá dando certo, eu quero ir embora de uma vez! Aí ele: Não, tem a casa de uma comadre minha... Aí eu conheci essa mulher que era comadre do meu pai, que morava lá perto de casa, no Maranhão. Aí fiquei na casa dela. Ela morava em Sobradinho. A Lívia (minha irmã) quando veio, foi pra lá também. Por que elas iam vindo por que eu tava aqui. Aí minha irmã veio também e foi trabalhar no Lago Sul, e não gostava de trabalhar no Lago Sul por que a mulher ficava humilhando ela. (Ana)

A humilhação é uma resultante direta das desigualdades que a ocupação faz nascer e reproduzir⁵⁵. Freitas⁵⁵ argumenta que as domésticas se sentem humilhadas sempre que veem a distância social entre si e suas contratantes ser reforçada por meio de atitudes diferenciadoras violentas desencadeadas pelas patroas e o racismo é o pano de fundo dessa estrutura. O autor afirma que a humilhação é quase uma regra do cotidiano do emprego doméstico, pois é proveniente da “desigualdade de poder entre os agentes sociais que se prendem ao emprego doméstico” e “do forte grau de servidão que a ocupação impõe às trabalhadoras”.

Algumas delas também sofreram assédio advindos de seus empregadores, e como elas eram migrantes e quase não tinham mais contato com seus familiares ou com outras pessoas que pudessem lhes apoiar, tiveram que enfrentar essas situações sozinhas.

Nessa casa mesmo onde eu trabalhava (entre seus 10 e 15 anos), o meu patrão, ele vivia me assediando. Ele falava as coisas pra mim, ficava falando... (Constrangida, ela interrompe sua fala). Só que eu, graças a Deus, nunca dei moral pra ele. (Neuza)

A Consolidação das Leis Trabalhistas define o assédio sexual como “um comportamento de caráter sexual que se manifesta por meio de palavras, atos ou gestos, não desejados pela pessoa afetada, que incidem negativamente em sua situação de trabalho e que, por natureza, tende a atingir a dignidade física ou psicológica da pessoa”¹⁵. Devido à questão da subordinação aos patrões, da discriminação no trabalho e das questões de gênero e de racismo, o trabalho em serviços domésticos apresenta as condições propícias para ocorrência do assédio sexual laboral e, embora o reconhecimento legal deste crime tenha contribuído para a não discriminação no trabalho, a Lei do Assédio Sexual não consegue abranger todas as ocupações. A trabalhadora doméstica diarista não apresenta vínculo profissional e, neste caso, não está protegida pela lei 10.224/01⁶.

As violências físicas e sexuais são eventos mais frequentes entre as mulheres e, principalmente com trabalhadoras de baixa qualificação profissional, podendo acarretar diversos problemas de saúde como apontam os estudos epidemiológicos mundiais, que avaliaram os efeitos do assédio sexual sobre a saúde e mostraram que o alcoolismo, transtornos mentais e de apetite, distúrbios do sono e baixa autoestima são consequências frequentes reportadas pelas mulheres vítimas desse crime⁶.

Segundo Monticelli⁴, os episódios de assédio e abusos sexuais sofridos pelas diaristas acabam afetando as percepções de si mesmas, onde elas passam a reproduzir uma imagem de inferioridade, não acreditando que possuem o mesmo valor que o de seus empregadores.

Muitas delas enxergaram no casamento a possibilidade de sair das casas onde trabalhavam e conquistar seu próprio espaço com a ajuda do companheiro.

Enquanto que por um lado o matrimônio lhes permitiu maior liberdade, por outro, lhes acrescentou uma carga trabalhista maior, pois elas passaram a ter obrigações como esposa, mãe e como dona de casa, o que resultou em múltiplas jornadas de trabalho para elas, que não contam com a ajuda masculina nas tarefas domésticas. Além disso, a violência doméstica perpassa a vida dessas mulheres. De acordo com Ivone, ela faz “serviço dobrado” ao aliar o serviço nas casas das patroas com sua casa.

Por sua vez, Bete relata:

Aí aqui (na minha casa), eu faço sozinha. Ninguém me ajuda. Principalmente ele (Marido) que não me ajuda mesmo. Fora que eu ainda chego em casa, vou fazer janta... Só não faço mais é limpar casa de noite, porque aí já não tenho mais pique. Antes eu chegava em casa, fazia janta e ainda limpava a casa todo dia. Hoje eu não faço mais! Hoje eu chego, a única coisa que eu tenho que fazer é janta, só! E aí eu tenho que lavar a louça, porque no outro dia eu tenho que sair cedo, mas casa nem varrer eu não varro, só no sábado. Sábado é o dia da minha faxina. Por isso que eu não... é muito raro eu fazer faxina pra alguém no sábado. Que é o dia d’eu fazer minhas coisas. Aí o dia que eu não tenho serviço, que como eu tenho dois dias livre, né, um dia em cada semana, aí então eu aproveito e faço nesse dia.

Neuza explica rindo que não há ninguém para ajuda-la em casa, ela segue:

Assim, tem o meu marido e meu filho, mas não me ajudam, não. Eu faço o serviço todo aqui e quando eu chego em casa tem que fazer tudo lá. O meu marido trabalha, só que ele agora tá desempregado. Ele trabalha de pedreiro.

Ana retrata o início da sua vida familiar:

Aí arrumei um namorado, que o namorado até hoje não sei notícia. Arranjei um namorado e uma menina, né? A Sônia! Ela é do dia 9 de maio de 84. Ele queria encontrar comigo. Quando eu fui encontrar com ele, ele tava com outra mulher. Aí eu falei: Sabe de uma coisa? Eu não quero que ele procure mais eu! Aí ele me ligava direto. E eu falei: Olha, faz o favor, não ligue mais pra mim. E ela hoje quer procurar ele, minha filha. E eu não consigo. Eu não sei mais o sobrenome dele, eu perdi. É registrada só no meu nome. Só esse dois agora que tem meu nome e o dele (do atual companheiro).

Eu saí de lá (da casa da comadre do meu pai). Saí, que ela não ia ficar comigo lá grávida. Quando eu ganhei neném eu fiquei lá na Asa Norte, na Casa da Mãe Solteira. Que é quando a mulher não tem parente aqui, não tem ninguém, aí fica lá. Eu fiquei lá (Casa da Mãe Solteira), saí do serviço e fui pra lá. Eu ganhei lá e quando eu fui trabalhar eu tava com 19 dias de resguardo. A primeira casa que eu fui trabalhar foi lá no Lago Sul. É por que é assim, se você ganhar neném lá, não pode ficar muito tempo lá. Depois que você aprende a fazer as coisas de casa, ou fazer o que você quiser... lá cada um tem o serviço. Aí você procura o seu serviço. Procura uma casa pra você trabalhar e vai levar o menino. Aí eu fui. Levei ela. Ela era pequena. Só que eu trabalhava com outra menina, outra empregada, que tinha outra menina também. A mulher tinha duas, uma que era de Pernambuco e a outra era eu. Aí trabalhei lá. Dormia lá, com os dois meninos. A outra empregada também era de menor, e ela tinha um menino e eu tinha outro. Eu fiquei lá acho que passei 1 ano. Não era ruim não, o pessoal era do Maranhão também, era legal comigo. Só que era muita gente, vixe!. A mulher criava dois meninos, criada mesmo, adotada né? Que eles pegaram pra criar. Aí era as meninas, era muita gente, não quantas pessoas na casa. E era gente demais. Aí deu uma confusão eu mais a outra, nós não deu certo. Aí eu fui pro Maranhão. Mas não fiquei lá também não, eu fui pra lá e voltei. Eu deixei a Sônia lá no Maranhão. Minha mãe queria ficar com ela. Aí eu falei: Não vou deixar minha menina aqui, não! Prefiro sofrer, mas eu sofro com ela. Aí eu peguei a passagem e mandei minha irmã vir deixar. Aí minha irmã mais velha veio trazer. Aí arrumei outro serviço no Lago Sul.

Para duas delas, as relações conjugais se apresentaram como mais um peso a ser carregado por elas. Elas enfrentam um relacionamento no qual não existe apoio e, frequentemente, vivenciam situações de opressão, traição e violência, além de sofrerem ao ter que criar seus filhos neste contexto. Ana fala de sua experiência:

Depois que eu arrumei esse agora (atual companheiro) ficou até pior. Eu moro de aluguel até hoje. Eu falei: sabe de uma coisa? Aqui no serviço não dá não, não dá pra ficar aqui no serviço, eu vou é arrumar um lugar pra mim alugar, pra mim morar! Aí eu arrumei uma casa lá no Pedregal, por que lá as coisas é mais barata, o aluguel, né? Aí pedi pra esse (referindo-se ao companheiro) que eu moro com ele cuidar que lá tava roubando demais. Arrumei esse agora que eu tô com ele. Tenho um casal com ele. Quando eu engravidei dele, não demorou nadinha eu engravidei da outra. O menino tá com 16 anos e a menina tem 14, vai completar 15 agora dia 21 de

Dezembro. Aí quando eu engravidei dele, não demorou nadinha eu engravidei da outra. E pra mim separar dele agora tá ruim. Nós separamos e agora voltou. Ele só sai de casa pro serviço e fica lá direto. Agora nem pra sair ele não saía. Ele ia pra Bahia e não avisava nada, né?! Mas agora ele não tá saindo mais não. De uma hora pra outra ele sumia, viajava. Minha menina tá dando trabalho por causa dele. Dou conta de mandar embora não, por que agora tá até perigoso a gente mandar embora. O jeito que tá ruim, né, os homens estão perigosos. Ele não querem separação, não. Por que eu me separei dele, né? Quando teve uma confusão eu me separei dele e agora não dá certo não. É perigoso. Eu fico preocupada. Minhas irmãs ficam preocupadas por causa disso. É por causa que ele é ignorante. Pois é, e eu tava tão bem, minha filha. Foi assim, o dia da confusão foi por causa de uma vizinha lá. Eu trabalho de segunda a sexta, né? E chegava no fim de semana eu tinha que lavar o chão, que eu gosto de deixar o chão limpinho. Limpava, tirava tudo, jogava água. E na confusão, minha filha, eu não falei nada com ele, não falei nem que ele era feio, não falei nada. Só vi ele de lá pra cá, metendo a mãozona em mim.

Meus filhos falaram que ele não fizesse nada comigo. Aí ele falou..me mandou embora. Aí eu peguei... no mesmo dia, não tinha o dinheiro da passagem, não tinha o dinheiro do aluguel. Por que nós morava de aluguel. Fazia tempo que eu tava morando lá. Mas quem tava pagando lá era ele. E ele jogava na minha cara direto, né, que ele tava pagando aluguel, e eu também nunca falei nada. Aí, então tá, quando foi a confusão, eu tava lavando o chão, só vi ele batendo na minha cabeça. Aí mandou eu sair de casa: Vai sai daqui! Aí eu sumi, minha filha. Ele pegou meu ventilador, quebrou meu ventilador, quebrou a mesa, que tinha uma mesa velha que nem era minha. Minha mesmo só quebrou o ventilado, o resto ele não quebrou não por que já foi cortando a perna dele. Ele que cortou a perna dele com o ventilador novinho. Aí cortou a perna, cortou o dedo, que o dedo abriu. A pancada foi feia. Aí no mesmo dia, eu não tinha feito comida, nem nada. Aí eu peguei as minhas coisas, arrumei um barraco e fui embora no mesmo instante. Arrumei, a mulher arrumou, minha amiga também, que eu já conhecia ela. Aí fui lá sem ter dinheiro, sem mudança, nem nada. Aí comecei a carregar minhas coisas. Foi num sábado de dia, tava lavando a casa. Todo dia eu lavava o chão, ficava tão branquinho. Era tão bem arrumadinho, eu gostava de ficar lá. Eu tava quietinha. Ele diz que não sabe o que deu nele não. O problema é que as casas tá tão cara, fica tão difícil os aluguel. Minha filha, não adianta nada, se você vê, ele fica dentro de casa, ontem mesmo eu saindo pra trabalhar fui falar com ele e ele na maior ignorância, ele é ignorante demais. Olha, é assim, final de mês vou no

mercado e faço compra grande já. Meio de mês minha menina faz compra no cartão e eu pago. Aí o dinheiro dele, se der pra comprar alguma coisa de casa ele compra.

O dono do lote achou ruim (ele ma bater), que não era pra ele ter me mandado embora, que quem tinha que ir embora era ele que tava dando problema. Mas ele jogou na minha cara que quem tava pagando o aluguel era ele.

Oxente, todo mundo (me deu apoio)! O pessoal que levaram as coisa não precisou pagar nada, cobraram nada, levaram nas costas minhas coisas.

Eu paguei o aluguel de um outro barraco. Eu não tinha um centavo, aí cheguei na minha patroa e falei com ela. Aí quando foi na segunda feira eu paguei ela. Passou um mês, um mês separada dele. Aí ficava no barraquinho. Só que os amigos dele avisou pra ele que eu não ficasse nesse barraco lá que era uma bar, que não prestava, que não sei o quê. Lá não tinha nada não, o pessoal nem mexia com ninguém. Eu não ia pra boteco, que diabo que eu ia fazer?! Aí falaram pra ele que não era muito bom, aí deram conselho pra ele. Todo mundo deram conselho pra ele que falasse comigo que eu voltasse, que eu era uma pessoa muito trabalhadeira. Olha! Falaram pra ele que eu era uma pessoa muito trabalhadora, limpa, as coisa era muito limpa, que era trabalhadora demais. Aí eu voltei. Ele pediu pra voltar, que meus filhos voltasse. Foi pelas filhas minha também, que eu só fui aceitar por elas. Elas falaram: se você quiser voltar você vai, mas qualquer coisa que ele fizer, você pode ficar com certeza que não vai ficar assim não. Aí ele falou: Não sei o que aconteceu! Nem quando ele bebia ele não era assim não, eu aguentei muito quanto ele bebia. Mas nunca foi de bater assim não. E a mulher era vizinha da gente (acho que estava tendo um caso com ela)!

Uns falam que tinha (caso), por que eu só saía 5 horas e ele só ficava lá direto. Nem a comida dos menino ele esquentava. Todo dia eu saia e o pessoal falava: Teu marido não trabalha, não? Eu chegava de noite e ele saia lá pra venda dela. Ele fez um banquinho pra ela. Aqueles banquinho de pé de caju. Quando ela começou, botou à venda, ele não saia de lá, não. Minha filha, era o dia todinho. Eu não falava nada não. Só chegava e saia com os meninos. Só que é aquele negócio, ele viu que eu tava estressada. Eu tava chegando estressada. Quando ele chegava dentro de casa, ele pisava lá, pisava cá. Se tu visse como ficava o chão! Fazia de propósito. Ele sabia que eu era besta, que limpava. Nesse dia eu tava limpando o chão, tava ficando branquinho, e ele lavou tudo o chão de sangue. Eu não sei como ele não morreu na hora, ele não morreu de ruim que ele é. Minha filha, eu sofri demais esse dia. Foi difícil! Até hoje o bicho é nojento, minha

irmãs não vai nem lá. Elas falam: Não sei por que tu tá com um traste daquele!

O medo de viver com um homem violento faz Ana manter seu casamento. A violência doméstica é apontada como fator de risco para a doença mental, depressão, suicídio, entre outras consequências físicas, podendo acarretar transtornos na vida social por abandono material, que pode resultar na desagregação familiar. E, por isso, a violência doméstica é reconhecida como um problema de saúde pública que demanda atenção e intervenção do Estado para seu enfrentamento, sendo a ausência de ações do Estado que garanta a segurança das mulheres um fator agravante, que implica em sérias consequências para a saúde das vítimas⁵⁶.

Nesses casos, elas tiveram que sair de suas casas com os filhos, sem condições financeiras, e procurar ajuda com amigos, vizinhos e patrões, já que não puderam contar as garantias legislativas, pois, apesar de a violência doméstica ser caracterizada como crime no Brasil, elas não obtiveram assistência social ou policial, preferiram construir suas próprias estratégias para enfrentar a situação. Uma das estratégias é procurar apoio entre os amigos, Ana relata:

Meus amigos me ajudavam, que eu Graças a Deus sempre tive muita amizade. Eu tenho amizade em todo o lugar que eu conheço. Onde eu chego, no ônibus, eu: Oi, cê tá sumida! é assim. Os amigos ajudam, ajudam muito. Pois é, não conhecia nada. Amiga minha que apoiou eu ficar na casa dela.

De acordo com Monticelli⁴ as diaristas:

“[...] conseguem sair de situações de opressão em suas trajetórias trabalhistas e pessoais por meio de suas próprias estratégias e elaborações emocionais, pois não encontram no sistema político brasileiro garantias de leis e assistências que lhes assegurariam minimamente as bases para retomar um novo caminho. [...] Sendo assim, os processos de subjetivações em que as diaristas se encontram também se referem a esse descaso estatal, levando em consideração que as conquistas serão ainda mais árduas em função das poucas e más aplicadas leis e políticas públicas do cuidado. Isto também se refere ao quadro de desvalorização trabalhista, pois a disparidade jurídica estabelecida na legislação brasileira, para esta categoria profissional, também faz com que estas trabalhadoras passem por experiências desiguais, experiências que as fazem criar novos caminhos para dissimular esse quadro.”⁴

Essa realidade trouxe consequências sérias para o bem estar destas famílias, tais como o medo, o esgotamento emocional e a depressão. Ana relata os problemas da sua filha do meio, que ela relaciona com a violência do pai em casa:

Nessa semana passada, eu cheguei de noite, aí quando eu procuro... Ela não me avisou que tinha saído pra dormir fora. Quando eu chego em casa: Cadê a Regina? Aí o pai dela já começou a brigar, a encher o saco, mas não xingou assim pra ela ver não. Aí também não falei nada, que ela já saiu de casa um dia desses por causa do pai dela. Ela não gosta do pai dela: "Mãe, por que você quer ficar com meu pai? Não sei por que você voltou de novo! É tudo nas suas costas!" Por que aluguel quem tá pagando é eu. A despesa da casa é eu, a luz é eu. Ele tá pagando só a água e o gás. Essa mais nova, a Regina, eu fico preocupada. Você não pode falar com ela nada que ela fica querendo sair de casa. Esse dia eu tava na Asa Norte. Esse dia deu uma dor de barriga em mim, que eu fico nervosa também, né?! Aí eu mandei a Sônia, minha filha mais velha, me socorrer lá que eu não podia. Na Asa Norte, esse tempo tava de greve os ônibus. A escola ligou pra mim, disse que a Diretora tava lutando pra ela não se cortar. Tava dentro do banheiro com as coisas cortando. E ela disse que tava tendo problema de casa. "Oh minha filha, se o problema é dentro de casa, com seu pai, comigo, não tem problema. Quem tá dando as coisas pra você não é eu? Deixa seu pai de mão, já que ele não quer dar nada!" Aí eu fui, falei: Sônia, pelo amor de Deus, vai lá ver o que tá acontecendo. Aí Sônia disse: Mãe, eu vou mandar minha cunhada ir lá! Sônia não podia ir por causa dos meninos também, né? Aí ela pediu a cunhada dela e ela foi lá no colégio. Quando chegou no colégio, ela tava dentro do colégio segurando ela pra ela não se cortar. Eu corri, eu vim pra parada, não tinha Ônibus... A greve dos ônibus! Eu corri, liguei, fui lá, peguei uma xícara, caiu do chão, quebrou as bandas. Aí quando eu cheguei em casa: uai, o quê que tá acontecendo? Aí Sônia: Mãe, ela tá aqui em casa, ela só vai chegar na sua casa quando você chegar! Aí avisa quando você chegar! E ficou dando conselho pra ela. Olha, não pode falar nada pra ela. Eu não sei o que ela tem, acho que é o do pai dela, por que ela vê o que o pai dela fez com a gente, né? Aí ela fica: Mãe, por que você voltou (com o pai dela)? Hoje mesmo ela tava falando direto. Mas até hoje ela luta: "Mãe me leva no médico pra saber o quê que eu tenho!" Por que o posto de saúde tem, mas não tem médico.

Eu já pensei (em largar esse homem), tô pensando toda hora que eu tô falando. Eu fico com medo! Sei não, menina, eu emagreci por causa disso. Eu só voltei pra ele, não é por causa que eu gosto dele, não. É por que se

eu morasse só, minha menina ia fazer eu chegasse em casa e não achasse mais ela também. Aí é pior, né?!

A ajuda que ele dá é assim: quando falta o gás ele mexe, né? Que se fosse pra mim fazer tudim era muito pesado. Aí falta uma coisa, e ele recebe um dinheiro, vai no mercado e enche o armário de coisa. Ele não é de faltar as coisas, o problema dele é ruindade, né? Dinheiro é que ele não solta pra mim, ele fala que não é pé de dinheiro.

Deus me defenda, não posso largar esse homem. Olha quantos casos tá tendo agora do homem largar a mulher e quando vê a mulher tá morta. Eles não querem separação. Eu tenho medo por causa disso. Por isso que eu tenho que aguentar! Agora, se Deus ajudasse por ele pra fora, pra casa dele, pra Bahia, pro lado dos parentes dele, tudo bem, né?! Que ele saísse por conta dele mesmo, né? Eu tenho medo! É por isso que eu tenho medo! Ele não quer sair. Ele não quer separação, ainda mais que eu ajudo mais.

Essa situação extrema de Ana retrata toda a desigualdade que marca mulheres, pobres, negras ou pardas. A violência do machismo, do Estado que não fornece condições de assistência adequada a essas famílias, a situação laboral que faz com que essas mulheres percorreram grandes distâncias para o trabalho, além de não terem nenhuma garantia em suas relações trabalhistas. Um dia sem trabalhar é um dia sem a diária.

5.4. O DIA A DIA NO TRABALHO DOMÉSTICO COMO DIARISTAS

Devido a uma rotina trabalhista muito diversa com relação ao ambiente, patrão e condições de trabalho assim como a irregularidade de ônibus, a precariedade dos transportes e os diferentes e longos trajetos, as trabalhadoras contaram que, geralmente, o tempo gasto para se chegar ao trabalho é de 1:30 a 2:00 horas, o que torna a locomoção muito cansativa. As diaristas percorrem cerca de 35 a 58 km para chegar aos seus respectivos locais de trabalho que se concentram nos bairros centrais de classe média e alta de Brasília. Sendo que na maioria das vezes elas precisam pegar dois ônibus para chegar ao seu destino. Vale enfatizar que essas mulheres estão em municípios adjacentes ao DF. Elas mencionam a dificuldade em conseguir chegar ao local de trabalho quando os funcionários do transporte público entram em greve. Também demonstram o medo e a insegurança

que sentem ao ter que estar muito cedo nas paradas de ônibus. Neuza retrata sua rotina:

Eu trabalho todo dia, né?! O meu horário de chegada é as 8:00 e saio às 16:00 (horas). Moro em Águas Lindas e acordo às 4:30 para chegar às 8:00. Vou dormir 23:00/ 23:30. Durmo pouquinho!

Dona Ivone explica:

Eu trabalho em três casas. Trabalho dois dias num, dois dias no outro e um dia em outro. Moro em Luziânia. Olha, na verdade a gente fala que mora em Brasília e dorme em Luziânia, né?! É tranquilo, mas a gente viaja muito! Só de ônibus a gente fica o quê... São duas mais duas (Contando nos dedos), são 4 horas de ônibus, rodando, pra ir e pra vim. 2 horas pra vir e 2 horas pra voltar. é, é difícil por causa disso, dos ônibus. Mas, as paradas de ônibus é cheio de ladrão. Às vezes a gente tá vindo no ônibus e as pessoas dizem: acabei de ser assaltada! Perigoso! Eu mesma já fui assaltada duas vezes em parada de ônibus. Na parada, quando eu cheguei pra pegar o ônibus, vinha passando o ladrão e roubaram a bolsinha da gente. E a gente anda assim com medo, né. Na verdade, aonde eu to pegando ônibus agora é na porta de casa, mas até em abrir a porta eu já fico cismada. Mas é perigoso! Hoje em dia é perigoso! Lá onde eu moro, parece que só quem trabalha lá é eu e uma outra que tem lá, só duas pessoa. acordo às 3h30 da manhã. Vou dormir com as galinhas. Vou dormir 20:00 - 21:00 horas, pra poder acordar 3:30 da manhã. Eu acordo 3:30, mas saio de lá 4:40 (De Luziânia). Eu chego aqui 6h e pouco (Na Asa Sul). Eu saio daqui 15:30. 15h/ 15:30 eu vou embora. Pegar o ônibus de volta é, essa é a pior parte! Trabalho de segunda a sexta. Sábado não.

Ana explica sua rotina:

Saio do Pedregal (Bairro do Novo Gama) pra poder chegar aqui na Asa Sul (Bairro de Brasília) durante a semana, agora, eu levanto 4:00 horas da manhã, faço café... Tem vez que eu deixo a comida pronta pra eles (pros filhos). Saio 5:20 da manhã. Deixo a comida pronta! Eu deixo o café pronto, lavo as vasilhas, passo pano no chão se der tempo, aí eu boto o lixo lá fora e saio. 5:20 eu vou pra parada e 5:30 passa o ônibus. Aqui (Asa Sul) eu chego umas 8:00. Na outra semana mesmo, eu cheguei aqui era 9:00 horas. 7h e pouco eu to chegando na Rodoviária, que ainda vai parando nas paradas tudo, né?! Eu saio 5:30 e dez pras sete eu pego o ônibus que vai pro Jardim Botânico ainda. Quase umas 8:00h eu to chegando lá no Jardim Botânico. Que ainda é longe, da pista pra lá ainda é longe! Tem vês que a

mulher vai deixar eu na parada. Eu chego na parada umas 17:00 horas, é longe, é 1km e meio! Eu sigo pra Rodoviária, na Rodoviária pego umas 18:00/19:00 (horas). Chego em casa quase na hora do jornal. Tem vez que eu saio de carro próprio lá do Jardim Botânico, chego lá ainda assisto a novela das 6h, quando vou direto. Eu pego direto lá no Jardim Botânico e desço na metade do Novo Gama, desço lá na parada e pego lotação. Esse carro próprio é lá do pessoal que trabalha no condomínio também, os caseiros que trabalha lá. Aí eu vou com a mulher dele. Paga o mesmo da passagem, é R\$ 4,00.

Bete relata os locais por onde trabalha:

Eu faço faxina no DF. Faço no Gama, na Samambaia e na Asa Norte. Trabalho de segunda a sexta. Não é todos os dias. Assim, numa semana eu tenho... na verdade eu tenho em uma semana quatro dias e na outra também quatro dias, só que muda. Uma semana eu folgo na quarta e na outra semana eu folgo na segunda.

Quer ver, eu trabalho um, dois, três... cinco casas diferentes!

Depende do tamanho da casa, aí varia, eu tenho faxina de 120,00 a 150,00. Meu horário é eu que faço. Só tem uma que eu chego cedo, por que ela fica me esperando pra ela sair pra ir trabalhar. Então não tem com quem ela deixar a chave, né. Então é o único lugar que eu chego por volta de 6:30, 6:45 da manhã. Na Samambaia eu vou de carro. Saio de casa por volta de 5:30, 5:40. A casa que eu trabalho na Asa Norte, eu vou de ônibus pra lá. É umas 1:30, 2:00 horas pra chegar lá. Aí, no caso, na Samambaia, no Gama... Aonde eu faço no Gama é na Ponte Alta, aí eu não tem ônibus. Aí eu teria que pegar ônibus pra Taguatinga, descer na BR e ir andando. Não é muito longe, não. Que dá, dá! Mas eu não faço. Como o valor que boto na faxina dá pra mim pagar a gasolina, então eu vou de carro. Que aí eu saio daqui por volta de 7:30. Então eu faço meu horário. E eu terminei eu venho embora. Eu não tenho que cumprir horário. Ah! ficar até 18h porque eu tenho que trabalhar 8 horas/dia, não! Então eu faço meu serviço e tchau. Se eu terminar 13h eu vou embora 13h, se eu terminar 17h eu vou embora 17h. Eu que faço meu horário. Não preciso chegar muito cedo e também não saio tarde. Depende do meu ritmo. A média do serviço que eu saio é assim 17h, 17:30. Aí tem umas casas que a gente conversa mais com as patroa aí já saio um pouquinho mais tarde, né. Então você demora porque você tá fazendo uma coisa e ela tá conversando, aí te atrapalha. Tem uma mesmo que Nossa Senhora. No dia que ela sai eu acho bom, que daí eu faço tudo rápido e vou-me embora. Agora no dia que ela tá em casa me atrasa. O dia que resolve ficar, que não tem nada pra fazer na rua, que vai ficar em casa

aí me atrasa todinha. Aí você tá no quarto ali limpando e ela tá ali conversando e você tá no banheiro lavando, ela tá ali na porta também conversando. Aí, aih Jesus! Eu gosto muito de ficar sozinha, que aí você faz o seu serviço e rapidinho cê termina. Agora quando tem gente... Agora tem umas casas que o pessoal fica em casa, não sai, mas também não me atrapalha.

As diaristas organizam seu cotidiano laboral por meio de uma agenda de trabalho remunerado, onde comparecem regularmente a algumas residências, uma ou duas vezes na semana, a outras quinzenalmente, e há ainda locais aos quais comparecem esporadicamente, quando são solicitadas, corroborando com a “concepção de Spink (2008), para quem nossa vida cotidiana é formada por microlugares, ou seja, a cada dia novos espaços necessitam ser “construídos”, diante de fluxos e/ou acontecimentos corriqueiros”¹.

Cada diarista possui sua forma particular de organizar e efetuar a limpeza das residências. Enquanto que algumas trabalham em sequência de cômodos, seguindo um padrão, pois “*é a mesma rotina sempre*”, outras limpam cada dia e lugar de forma diferente, pois “*não é sempre a mesma coisa*”. A ordem de execução das tarefas segue critérios diferentes: “*Aí eu abro tudo, (...) começo sempre no mais pesado. Aí vou nos banheiros, vou nas janelas, depois um pozinho, um aspirador, aí eu vou reduzindo a velocidade*”¹. O tempo despendido para execução da faxina também varia e segue o acordado com os contratantes. As particularidades do modo de trabalhar de cada diarista revelam cotidianos heterogêneos, pautados em ações das trabalhadoras, articuladas com necessidades dos contratantes¹. Neuza explica sua rotina de limpeza:

Quando eu chego aqui de manhã, passo a roupa tudinho, faço a comida e dou a comida do Pedro (Criança que ela cuida) e limpo a casa. Assim, umas 1:30/ 2h, que o Pedrinho já foi pra escola, fica mais tranquilo, que ele não deixa eu fazer nada. Aí eu vou passar pano na casa e ainda tenho que lavar lá de fora (Garagem).

Ana explica sua rotina:

Agora eu to fazendo assim, chego lá na casa, limpo a casa todinha. Não mexo em roupa muito mais não. Aí eu chego lá abro as portas da casa toda. Quando eu chego lá, a mulher já sai: Eu to saindo e não tenho hora de

chegar! Só chega lá pra meio dia/ uma hora. Aí vem eu pra cuidar da casa toda, aí vem o banheiro, que são oito banheiro. To falando, as casas do Jardim Botânico é grande! Aí eu vou lá pro banheiro, limpo logo os banheiro. Que eles não usam muito os banheiro, só uns dois que eles usam mesmo, que os outros só quanto tem visita. Aí eu vou pra casa, limpo a casa todinha, venho pra cozinha 11:30 cuidar do almoço. Quando dá meio dia o homem chega: Tá pronto? Que o primeiro que almoça é ele, a mulher não almoça, não. Primeiro que chega é o patrão, pra almoçar. Aí ele mesmo vai nas panelas e tira a comida. A mulher chega lá pras 2 horas, 2 horas que ela vai almoçar. Aí eu arrumo a cozinha, passo pano no chão e vou lá pra roupa, passar roupa, e quando dá dez pras cinco (da tarde) eu guardo a roupa lá pra cima, aí eu me arrumo e saio pra parada.

Para Bete, sua rotina segue dessa maneira:

Quando chego na casa tenho que fazer tudo! Eu lavo o banheiro, tiro a poeira, limpo janela, lavo o chão, algumas eu passo roupa, outras eu lavo roupa e passo. É serviço de casa só não faço comida! Na casa de ninguém eu faço comida.

Eu não tenho lugar de só passar roupa. Eu no caso tenho três casas que eu passo roupa, né. Já é combinado o valor tudo incluso.

Não, só passar roupa não. Aí eu faço o serviço da faxina, de cuidar da casa, e depois eu passo a roupa.

De acordo com Coutinho *et al*¹, a busca por formas rápidas de trabalhar implica intensificar o trabalho: “*eu trabalho por tempo, né, então para mim ter mais tempo eu acabo não comendo, às vezes eu não tomo nem água pra não ter que parar, entendeu?*”. O tempo para fazer render o serviço e seguir na longa jornada para casa é calculado, Ivone explica:

Eu almoço correndo e volto pro meu trabalho pra eu ir logo pra casa. Não tiro uma hora para almoçar não, tiro não! Tem gente que tira, mas é difícil. Tem gente que prefere ir direto logo pra fazer o serviço, pra ir embora logo. É difícil elas quererem assim (Referindo-se a outras diaristas). Elas fazem isso aí! Quase todas que eu conheço são assim.

Para estas mulheres, momentos de lazer e diversão são inexistentes: “Não tenho. Quase não tenho não, não tenho! A única coisa que eu saio assim é só pra igreja mesmo. Final de semana eu vou pra missa e fico em casa também. Descansar!” (Neuza); “Tem igreja, mas eu nem vou. No final de semana você fica

tão cansada que ir pra igreja você fica sem coragem de ir.” (Ivone); “Sábado e domingo eu fico em casa. Sábado, quando tem dentista, eu vou levar menino no dentista. Vou resolver minhas coisas, vou no mercado fazer compra. Aí vou lavar roupa, vou lavar banheiro. É assim final de semana! Não saio, não.” (Ana); “[...] eu procuro não trabalhar no sábado, que no sábado e domingo eu to em casa. [...] mas a gente não sai. É muito raro. [...] é opção minha não fazer faxina no sábado. Faço aqui! Cuido da minha casa no sábado e no domingo descansar.” (Bete).

As diaristas relataram as dificuldades que enfrentam cotidianamente para conciliar o trabalho e a criação dos filhos, Ana explica:

Não, não coloquei em creche não. Eu tava na diária. Trabalhava nas diárias direto. Casei e sai das casas de família, tive dois filhos e eu fui saindo devagarzinho. Eu comecei com as diárias. Era faxina, passar roupa, arrumava a casa, mais era limpeza. O tempo que eu comecei a trabalhar, a minha filha mais velha ficava em casa com os meninos (Os dois filhos mais novos). Ela cuidava. Quando ela saiu de casa, que ela arrumou um namorado também, que tá até hoje com ela, eu fui arrumar uma pessoa pra cuidar deles. Eu botava uma pessoa pra cuidar, botava outra...tinha uma mulher da Bahia que conhecia: Ah vou botar os meninos pra ela cuidar! Mas ele (O pai das crianças) nunca soube pagar um centavo. Nunca pagou ninguém pra ficar. Era o seguinte, eu deixava os meninos com ela, deixava os meninos na casa de um, na casa de outro, que tinha dia que ela não queria. Outros judiavam com os meninos, quando dava fé, de noite os meninos tavam lá numa casa lá embaixo, com frio, com os peito de fora, que não tinham levado blusa. Falei: Não, não aguento! Aí eu despachava a menina que não dava certo. Aí botava outra, não dava certo.

Pagava a pessoa que ficava com os meninos e ainda levava comida. Deixava tudo, os lanches pra eles comer. Aí quem comia era eles, os homens. Botei uma mulher pra cuidar dos meninos, tinha 4 menino pra cuidar, dois menino meu. Cuidava?! Ela fazia era bagunça com minhas coisa! Minha filha, pra mim deixar os meninos sozinho... Tem que deixar os meninos mesmo de mão! Não vou mais arrumar ninguém não! Da derradeira vez que eu deixava, quando eu ia trabalhar no Seu Elias, que eu chegava tarde, eu subia a ladeira tudinho pra deixar na casa que a mãe (adotiva) da Júlia ficava, que ela cuidava e eu pagava ela pra ficar. Que eu deixava lá e quando era de tarde tinha que descer pra pegar. A mãe dela (da Júlia, sua segunda filha), de criação, cuidava dos meus meninos. Mas era cansativo! Tem vez que o dinheiro ia quase tudo. R\$ 80,00/ R\$ 60,00!

Era a metade da diária. Aí eu não aguentava: Vocês vão se virar agora sozinho, que eu não vou mais pagar!

Passei a deixar eles sozinhos em casa. Olha, com uns 7- 8 anos eu comecei a comprar as coisa, micro-ondas... Eu fazia a comida e deixava pra eles esquentarem. Vocês vão ficar sozinhos, vão se virar! O pai deles quase não trabalha mesmo, só ficava mais em casa. Minha filha...(faz sinal de negativo com a cabeça). Os vizinhos não iam olhar, não. Eu botava as coisas e o pessoal ia lá... Cansava de deixar gente. Quando chegava do mesmo jeito que eu deixava a comida, ficava. O bichinho tava sem comer, que eles não sabiam mexer em nada, né? Tudo pagando! Já sofri demais, e o pai deles nunca...

Para a escola, tinha a menina, que é amiga da minha menina,, eu deixava ela só pra deixar os menino no colégio e voltar, que eu tinha medo deles faltar. Eles iam os dois na mesma hora pro colégio. Era na parte da tarde. [...] Eu já fui no colégio, eles me chamam pra ir no colégio, pra ir resolver problema dos meninos. Ele (Marido) não vai não! Ele não vai na reunião. Esses dias agora, eu fui até pegar o boletim e não consegui que tinha passado já. Cheguei atrasado!

Bete retrata sua rotina com os filhos:

Minha filha, o dia que eu tenho que ir mais cedo, o pai dela leva ela pra escola. Que ela fica na escola, o dia todo. No caso ela entra às 7h e fica até 18h, 18h30, que é o horário que eu costumo pegar ela. É tempo integral o colégio! Se ela fica doente, Aí no caso tem que ser eu. Não faço serviço. Aí eu mato serviço. No caso, eu ligo avisando. Nunca precisou, mas se precisar eu posso levar ela (para o trabalho). Não tem problema. No começo, antes dela ir pro colégio, ela ia comigo. Em algumas faxina ela ia comigo. Em outras eu deixava ela com a esposa do meu sobrinho. Aí se ficar doente eu que tenho que cuidar. Ela entrou na escola no ano passado (referindo-se ao ano de 2016). Ela entrou no meio do ano, em agosto, então até julho ela ia comigo pras casa onde eu fazia faxina. Quando eu engravidei eu tava trabalhando, aí depois que ela nasceu, uns 2 anos, aí eu comecei a fazer faxina. Que aí eu coloquei aqui mesmo no condomínio tem uma creche (Casa de uma vizinha que cuida de crianças). Ela ficou aqui mesmo no condomínio, aí eu comecei a fazer a faxina. Com uns 2 anos, que ela já sabia falar, então não tinha perigo dos outros judiar. Que eu tinha essa preocupação, né, deles judiar e ela não saber me contar. Então com dois anos que ela já sabia falar eu comecei a trabalhar, voltei a trabalhar, né, só não de carteira assinada. Porque aí cê ganha muito pouco, que aqui é tudo muito caro pra você pagar.

Uma das diaristas relatou que precisou entregar uma de suas filhas para outra família criá-la, pois a criança necessitava de um maior cuidado que ela não podia oferecer uma vez que precisava trabalhar o dia todo para garantir o sustento do restante da família, Ana relata:

A outra minha filha... A Sônia é a primeira, a segunda é a Júlia. Ela é de março, ela tem 20 anos. O pai da minha menina eu também não sei. Eu não quis saber dele também não, por que não ajudava. Vou ficar com homem que não ajuda? Eu conheci ele, ele tinha 19 anos. Era tudo novo, meus namorados era tudo novo. E os caras tudo não presta. O outro que era pai da Sônia tinha 19 anos também. Eu também não procurei ele não. E aí a mulher falou: Ah, bota a menina na creche! O pai dela não ajudava. [...] Por que foi assim, essa mulher que eu trabalhava, no Lago sul também que eu trabalhava, ela queria que botasse minha menina na creche, na casa do Candango. Ela queria que eu ficasse só com a Sônia porque ela já era grande e já se cuidava, ela estudava no Bandeirante, a Sônia ficava na creche a semana toda, na Casa do Candango, e eu só pegava ela no final de semana. Aí quando eu ia botar a outra também na Casa do Candango, a outra passou mal a noite todinha, dava trabalho demais, minha filha. E caia... Aí eu falei: Não, vou tirar minha filha da creche! Aí eu fui e tirei, tirei da Creche. Aí o que eu fiz: pra não tá a minha filha sofrendo por causa de ninguém eu tenho que dar! Dei pra uma mulher que eu nunca conheci, mas hoje ela trata bem a Júlia e a Júlia ajuda ela. Nós fomos no Juizado que falou que ela (Mulher pra quem entregou a filha) queria que eu não pudesse... Não deixasse ver, né? Aí o Juizado negou. Aí ela pode vir e eu posso ir lá, né? Ela hoje vai lá em casa. Ela ganhou neném agora, minha neta. Tá bonitinha! A menina tem 2 anos, mas fala de tudo! E quando eu passei pra ela, ela tinha 1 ano e 4 meses. Aí falavam assim: Você deu ela?! Eu: É, não maltratei, não joguei fora, nem nada. Aí o pai dela veio procurar, ele foi procurar quando sentiu falta que eu não tava com a menina. Ele pensava que eu tinha feito alguma coisa com a menina, né?! Aí ele falou assim: Cadê a Júlia? Eu falei: A Júlia não tá aqui! Ele: Não tá na creche não? Tá não! Ele: Quê que você fez com ela? Eu falei: Ninguém fez nada! Aí ele falou: Vai buscar ela! Por que o dia que foi pra ajudar a pagar a creche e ele falou que não ia ajudar pagar a creche. Eu falei: Já que você não quer, então pega o seu dinheiro e faz o que você quiser! Aí eu peguei e não quis saber de nada que ele pagasse e tirei q menina da creche. Até hoje, ela tá lutando pra conseguir ver ele. Não consegui ver. Eu não tenho o endereço dele. Olha, eu senti porque a gente cria o filho da gente, passa nove mês com o filho na barriga pra dá pros outros, é o mesmo que jogar

assim... É o mesmo que jogar um cachorro na rua. Aí de lá pra cá eu disse assim: Ah, sabe que o filho não tá maltratado, né? Eu ajudava quando tinha festa... Eu nunca deixei de ajudar.

Andrade²⁹ afirma que o cuidado com os filhos pode ser um obstáculo concreto à participação feminina no mercado de trabalho, sendo o acesso à creche indispensável para que as mulheres possam exercer atividades remuneradas. A autora ressalta que a presença de filhos pequenos é o que mais dificulta a atividade produtiva feminina, pois é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres, cerca de 32 horas do seu tempo semanal, um número muito superior ao da média feminina geral e mais ainda ao das mulheres que não tiveram filhos. Como consequência disto, torna-se mais difícil o acesso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como sua ascensão profissional. No caso de Ana, ainda, que vivencia um tipo de ocupação que não há proteção à maternidade, além da ausência do pai, da situação de ela ser a chefe de família, isso tudo a levou a buscar a adoção como uma estratégia de cuidado dela e de sua filha.

Neste contexto, Andrade²⁹ ressalta a necessidade e a importância das creches públicas para a autonomia econômica das mulheres e diminuição das desigualdades sociais e de gênero no trabalho, apontando os dados da pesquisa por amostragem “Data Popular/SOS Corpo”, realizada em 2012, sobre “Creche como demanda das mulheres por políticas públicas”:

“[...] a falta de vagas em creches é um grave problema vivido em todas as nove regiões metropolitanas pesquisadas, mais o Distrito Federal; 88% das mulheres entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público; 45% das mulheres que trabalham não têm ajuda para cuidar dos filhos; 34% das entrevistadas apontam que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham. [...] quase 78% das mulheres que não tinham qualquer acesso à creche, mais de 57% permaneciam sem ocupação no mercado de trabalho.”²⁹

5.5. RELACIONAMENTO ENTRE PATRÃO/PATROA E DIARISTAS: CRIANDO AS RELAÇÕES TRABALHISTAS A PARTIR DO VIVIDO

“O empregador sempre teve, em sua casa, a preços irrisórios, alguém que, além de trabalhar de forma eficiente, ainda o faz com o maior carinho. E sentimento não tem valor, não tem preço. Os domésticos, em especial as mulheres, foram, por décadas a fio, apanhadas pela questão da afetividade,

e nunca cobraram o fato de estarem sendo exploradas pelo excesso de sentimentalismo”⁵⁷.

A contratação de diaristas está cada vez mais presente nos lares brasileiros, principalmente nos grandes centros urbanos. Estas mulheres realizam diversas tarefas domésticas, semelhante às empregadas domésticas, no entanto realizam o trabalho em algumas horas de um único dia da semana ou quinzenalmente, para as famílias que contratam seus serviços⁵⁸.

A contratação de uma mulher por apenas um dia não envolve as mesmas relações configuradas entre empregadores e trabalhadoras domésticas remuneradas sob contrato mensal, o trabalho realizado pelas diaristas criam relações mais rápidas tanto em seu ofício propriamente dito, quanto no relacionamento com as pessoas residentes na casa, sendo necessária agilidade na limpeza, já que esta deverá ser realizada em apenas um dia⁴.

As diaristas não limpam as mesmas casas todos os dias e, portanto, não convivem com os seus patrões todos os dias. Já as mensalistas trabalham todos os dias ou na maior parte da semana para a mesma família, na mesma residência, mas isso não as impossibilita de trabalharem como diaristas nos finais de semana ou depois do expediente⁴.

Em um contexto de trabalho que se estabelece em outra lógica de tempo-espço e de relacionamento, no que se refere aos empregadores e ao investimento socioafetivo exigido para quem o executa, as diaristas constroem vínculos afetivos que são moldados a partir de suas trajetórias pessoais e trabalhistas. Suas experiências, enfatizadas por suas emoções e sentimentos como a raiva, o medo, a desvalorização pessoal, as tarefas demasiadamente cansativas, as humilhações, as angústias, a solidão, a ilusão, as promessas não cumpridas de seus empregadores, entre outros, são elementos fundamentais para que as diaristas busquem caminhos diferentes dos já vividos⁵⁸. Pode-se afirmar que há um saber-fazer construído na experiência do trabalho que acabam se configurando em tecnologias do cuidar, um cuidar de si encontrado por essas mulheres nas interações, encontros e desencontros, conflitos e violências que vivenciam.

Diante das narrativas das diaristas é possível perceber que as experiências sofridas ao longo de suas vidas, como a inserção no trabalho doméstico remunerado

ainda na infância, os abusos sexuais e trabalhistas, a violência doméstica, as intensas cargas de trabalho e o pouco salário, influenciam suas escolhas profissionais. Todas as trabalhadoras entrevistadas passaram pela experiência de morar no local do emprego e algumas delas, em algum momento, transitaram entre o trabalho como mensalista e como diarista. Estas trabalhadoras evidenciam que por meio do trabalho em diárias conseguiam impor limites as tarefas a serem realizadas em uma determinada residência e as ordens que lhes eram impostas.

Monticelli⁴ afirma que as diaristas possuem uma maior autonomia quando comparadas às mensalistas, pois conseguem impor seus próprios limites e, em função da sua posição trabalhista, admite um distanciamento na relação com seus empregadores. Estas mulheres não se submetem mais a todo e qualquer tipo de ordens de seus empregadores, não realizam as tarefas que consideram abusivas e nem permanecem trabalhando em uma determinada casa quando se sentem completamente desvalorizadas. Os diversos “nãos” impostos por elas estão associados às escolhas que lhes fazem se sentir bem, não mais se submetendo a episódios que lhes causam um esgotamento emocional. Nesse sentido, as escolhas e seleções são pautadas em seu bem estar, concretizando um novo caminho em suas trajetórias⁵⁸.

Assim, é possível afirmar que as diaristas encontram-se em um contexto de trabalho que lhes permite escolhas e seleções afetivas, concretizando possibilidades de autonomia. Nesse sentido, negar trabalho, quebrar uma relação de trabalho que foi formalizada pela oralidade, permite-lhes terem maiores estratégias do cuidar de si, em um contexto onde há abusos que adentram em uma rotina íntima, difícil de ser externalizada pelas trabalhadoras, como as mensalistas.

O conceito de *elaboração das emoções*, descrito por Arlie Hochschild, se refere ao ato de tentar fazer uma mudança “*qualitativa*” em uma emoção ou em um sentimento, é o mesmo que “*manuseá-la*” frente às circunstâncias vividas⁵⁸. Nesse sentido, a *elaboração das emoções* faz referência ao esforço do indivíduo em adequar-se emocionalmente nas diferentes posições sociais nas quais se pode interagir, considerando a direção da vontade e da consciência. Assim, esse conceito privilegia a capacidade dos sujeitos de “*elaborar*” seus sentimentos de acordo com as regras sociais, ressaltando a posição ativa do sujeito frente aos seus

sentimentos⁵⁸. Essa possibilidade de “elaborar” está encapsulado, também, no ato de criar estratégias de enfrentamento de adversidades, especialmente em contextos de desigualdade. São práticas do cuidar de si acionadas, especialmente, em situações quando as pessoas estão submersas em relações de poder que as violentam.

Essas estratégias são criadas também em outros ambientes, quando as diaristas compartilham conhecimento entre si, isso acontece na vizinhança, no ponto de ônibus, na viagem de ônibus e, assim, as diárias de faxina seguem uma tabela de preço que é construída na circulação entre esses locais e que acompanha o aumento das passagens de ônibus. Também, circulam nesses locais trocas de experiências na rotina do trabalho sobre como fazer uma faxina, o produto melhor de ser usado como lidar com algumas situações.

Monticelli e Tamanini⁵⁸, também, analisaram o conceito de *agenciamento*, onde os sujeitos encontram-se em uma posição ativa frente às regras sociais e as suas próprias emoções, construindo estratégias, seleções e escolhas que lhes possibilitem novos caminhos e oportunidades. Contudo, este processo de agenciamento construído pelas diaristas está alocado em relações de poder e, portanto, são produzidos e concretizados por meio das diversas desigualdades nas quais vivenciam e vivem em suas trajetórias.

Neste sentido, as diaristas promovem um cálculo social e afetivo a partir de suas trajetórias, das experiências vividas que permite a elas realizarem interpretações sobre a realidade social em cada casa. Dessa forma, elas vão elaborando sentimentos e afetos que lhes dão aparatos e possibilidades de mudar sua vida e seus esgotamentos emocionais. Portanto, o trabalho realizado em diárias é o resultado das escolhas, influenciadas pelas experiências vividas, condições e relações sociais em que as diaristas estão inseridas, encontrado por elas para concretizar um bom contexto de trabalho e de satisfação pessoal. Mas, não é possível ignorar o contexto de desigualdade e ausência proposital do Estado, que cria as suas margens, conforme discussão de Venna Das⁵⁹, com o intuito de legitimar seu poder. Neste caso, as ausências de atuação do Estado são propositalmente criadas para ampliar sofrimentos.

Os afetos não são mantidos pelos cuidados e contatos cotidianos, mas são cultivados com o bom relacionamento com seus empregadores, quando se sentem respeitadas e valorizadas dentro de um espaço doméstico, com um pagamento que consideravam justo pelo seu dia de trabalho, quando podem limpar uma casa sem as ordens estabelecidas ou sem regras extremamente rígidas, e mesmo quando essas mulheres não se encontravam com seus empregadores, elas mantinham um imaginário afetivo através dos móveis, fotografias e eletrodomésticos das casas em que trabalham⁵⁸. No caso das diaristas, elas relacionam os anos de trabalho em um casa com essa afetividade, isso impedia Ana, por exemplo, de solicitar o aumento da diária em determinadas casas, o que a fazia receber diária extremamente desvalorizada, quase a metade do que recebia em outras casas. Outra situação que cria essa relação de troca-afeto, por parte das diaristas, se dá quando essas pedem adiantado de alguma diária ou pequenos empréstimos. Isso também as intimida de solicitar aumento. Os afetos nessa situação íntima, inserida na vida doméstica, se remetem a padrões de compadrio e troca de favores, assim, as diaristas aceitam fazer trabalhos que não realizam em outras situações, modificam suas rotinas e horários. No entanto, essa troca se dá em contextos de desigualdade e relações de poder hierarquizadas, que acabam por reproduzir situações de exploração.

De acordo com o conceito de *economia da gratidão*, formulado por Arlie Hochschild, de que as pessoas avaliam, conscientemente ou não, as coisas que ganham e recebem quando estão inseridas nas relações íntimas, compreendemos que há outros símbolos inseridos nas relações entre diaristas e seus empregadores, que as fazem escolher e selecionar alguns trabalhos. Mas, na verdade, algumas relações abusivas não são consideradas com os mesmos pesos quando estão em uma casa na qual estabelecem um convívio “harmonioso”, em que podem contar com ajudas e compreensões. Em troca destes “*benefícios*”, realizam tarefas e serviços que não aceitariam em outro contexto empregatício. Portanto, nessa economia de gratidão estão agregados outras práticas simbólicas para além do dinheiro, que acabam por se tornarem as bases de um bom relacionamento para elas, o que garante permanecerem trabalhando nestas casas, ou não. Como não existem parâmetros de melhorias para essas trabalhadoras na legislação brasileira, elas, individualmente, criam limites e características que lhes possibilitam uma trajetória de trabalho na qual se sintam valorizadas⁵⁸.

A relação com o patrão é um aspecto importante na atuação das diaristas e pode levar a valorizar ou não o trabalho¹. Algumas entrevistadas destacam a valorização e a relação de confiança estabelecida com os esses: “[...] esses patrão que eu tenho agora são tudo gente boa, deixa a gente à vontade. Também são emprego de 30, 35 anos, que eu luto com família assim. É, amizade! Parece irmão!” (Ivone).

Dantas⁶⁰ realizou um estudo etnográfico sobre o trabalho doméstico na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A autora percebeu, a partir do relato das trabalhadoras domésticas, que, inseridas em diferentes arranjos familiares, estas mulheres se sentem parte da família. Ainda que esse trabalho seja remunerado, as mulheres que o desempenham não se reconhecem como empregadas domésticas e preferem não incluírem-se na categoria juridicamente e, principalmente, socialmente. Isso porque elas não vivenciam relações impessoais, típicas do trabalhador urbano.

Dantas⁶⁰ ressalta que é muito difícil acordar “práticas tradicionais”, que vigoram desde de um período colonial escravagista, envoltas à esfera afetiva e privada do lar, com normas jurídicas, quando na maioria dos casos essas mulheres interpretam o trabalho doméstico desempenhado nas casas das “madrinhas” e/ou “irmãs de criação” como uma “ajuda”, e quando moram na casa, como se fosse nas suas casas. Dessa maneira uma diarista, por exemplo, diz sentir-se como fazendo parte da família da patroa e outra se diz “irmã de criação”.

De acordo com Zelizer (2009), “ainda que na contemporaneidade sejam discutidas possibilidades de remuneração à “economia dos cuidados”, no Brasil práticas monetárias ainda são percebidas enquanto “contaminando” relações afetivas, o que faz com que muitas mulheres não formalizem o vínculo contratual com seus patrões, colocando a *confiança recíproca* como o princípio de suas relações”⁶⁰.

No entanto, Freitas⁵⁵, afirma que existe uma ironia que nasce do contrato social entre patroas e domésticas, no qual são por vezes os tratamentos com “ar de igualdade”, sob o rótulo do jargão “como se fosse da família”, os grandes responsáveis pelas situações de conflito nas residências que contratam a trabalhadora doméstica, pois, segundo o autor, mais cedo ou mais tarde surgirão atitudes para estabelecer “o lugar das domésticas”, de delimitar espaços e, conseqüentemente, manter o poder.

No desenvolvimento dos serviços domésticos é esperado da trabalhadora o cumprimento das tarefas de limpeza, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos animais de forma discreta e afetiva, para que com isso, os patrões possam se dedicar a atividades remuneradas fora do lar e conduzir um projeto familiar típico da classe média. Por outro lado, dessa colaboração, no entanto, existe um distanciamento social que os separa⁶¹. São mulheres negras, pobres que estão nesta tarefa e mulheres brancas e ricas que estão do outro lado. Essa situação de desigualdade entre mulheres levou mulheres do feminismo negro a denunciarem feministas brancas de racistas por ignorarem na luta feminista, questões como raça e classe social³².

Ao contratar um serviço doméstico, o empregador está estendendo a sua intimidade e os seus afetos para outras pessoas, através de uma relação monetária, escolhidas a partir de atributos como honestidade, cuidado e eficiência⁴. E que, também, é uma relação de racismo e violência.

Jurema Brites⁶¹ realizou um estudo etnográfico com trabalhadoras domésticas na cidade de Vitória, no Espírito Santo, e verificou que nas casa dos patrões investigadas, as crianças, quando não estavam na escola, permaneciam grande parte do tempo com as trabalhadoras domésticas, sem a presença dos pais, que trabalhavam fora e deixavam essas crianças sob responsabilidade das domésticas. A intensidade do contato entre as crianças e as domésticas faz com que elas criem um vínculo que vai além da relação profissional, para essas trabalhadoras, essas crianças tornam-se quase como parte da família⁶¹.

Brites⁶¹ afirma que é muito comum as domésticas continuarem a acompanhar a vida das crianças de quem tomaram conta, mesmo após o contrato de trabalho ter sido suspenso; elas telefonam eventualmente para as antigas casas onde trabalharam, consulta uma colega que esteja trabalhando na rede de sociabilidade da ex-patroa, ou simplesmente calcula suas idades, de longe, lembrando da data de seus aniversários ou mantendo fotos das crianças nos seus álbuns de recordação. A autora ressalta que, muitas vezes, uma empregada não desiste de um serviço mal pago devido à dificuldade em se separar das crianças das quais toma conta, e que uma mudança de emprego pode significar uma enorme perda afetiva: “*Edilene, por*

exemplo, caiu em depressão depois que seus ex-patrões se mudaram para uma cidade distante”⁶¹.

Enquanto os adultos resistem ao universo cultural das domésticas, as crianças dialogam, se envolvem, perguntam, se interessam, escutam e compartilham com as empregadas, ouvem suas histórias e as observam enquanto executam seu serviço doméstico⁶¹. Nesse relacionamento cotidiano, as trabalhadoras domésticas transmitem seu conhecimento:

“Contando sobre seus namoros, sobre suas brigas com vizinhos, as empregadas, muitas vezes, apresentam para as crianças de seus patrões um mundo menos dividido entre vida adulta e vida infantil. Algumas meninas que conheci eram instruídas sobre a vida sexual pelas empregadas. [...] Nessa convivência fluida entre adultos e crianças, percebi um trânsito de saberes, onde temas tabus entre as famílias de classe média eram atualizados na relação entre empregadas domésticas e as crianças dos patrões. [...] muitas vezes, justamente para pagar boas escolas particulares, pais e mães aceitam se afastar durante longas horas de suas famílias, tentando ganhar dinheiro suficiente para sustentar este padrão. Porém, esses pais da classe média [...] quase nunca pensavam na empregada como uma fonte de aprendizado para os seus filhos. Raramente alguém empregava uma babá com responsabilidades especializadas, voltadas para os filhos (cuidar das crianças estava incluído entre outras tarefas, como cuidar da roupa, da casa e cozinhar)”⁶¹.

Em meio a esta relação de afeto, as crianças aprendem muito, especialmente, sobre temas tabus, essas trabalhadoras acabam por serem educadoras e estão presente nas situações de angústia e alegria das crianças. Por outro lado, é construída uma distância social entre elas e as trabalhadoras domésticas através de informações subliminares, por exemplo, nos dizeres dos pais e na disposição de espaço, como “quarto de empregada”, “banheiro de empregada” e “dependência de empregada”. Estes são espaços de segregação, que podem estar cheios de entulhos, servindo de depósito para objetos que não são utilizados ou que devem permanecer escondido para não perturbar a beleza e a ordem da casa⁶¹. Mas, são espaços que, pela presença, dessas mulheres, carregam afeto e conforto para as crianças.

Goldstein⁶², em seu estudo etnográfico realizado no Rio de Janeiro, analisou a dependência de empregada e afirmou que:

“Essa peça, antes destinada a ser moradia, agora serve apenas para uso durante o dia. Trata-se de uma peça situada inevitavelmente atrás da cozinha e a lavanderia, onde, em geral, não cabe mais do que uma pequena cama de solteiro. O banheiro revela o verdadeiro status da empregada nesta casa. Essa área exígua mal tem lugar para um chuveiro e

um vaso sanitário. Naqueles que vi, é comum encontrar a toilette sem assento, mas quando este existe, a arquitetura do espaço faz com que, quando se liga o chuveiro, a peça inteira inunda, inclusive o assento. É difícil, se não impossível, dar a esses espaços uma aparência limpa e organizada”⁶².

As famílias vão reproduzindo a posição subalterna das pessoas que trabalham em suas casas. A forma como os patrões se relacionam com suas empregadas servem de maneira paradigmática para socializar as crianças na lógica de uma sociedade hierárquica e estratificada. As crianças aprendem, desde cedo, a neutralizar a desigualdade, conciliando as relações de afeto com a distância social⁶¹. Esta situação foi observada por Brites⁶¹ numa entrevista com uma patroa em Praia Velha, onde ela falava do quanto é necessário “*tratar bem*” as empregadas, sem deixar que elas “*confundam as coisas*”:

“Outro dia, eu cheguei em casa e encontrei Alcina esparramada no sofá, assistindo TV. Os pés em cima da mesa, aqueles braços abertos sobre o encosto do sofá. Vê se pode? No mesmo lugar que depois eu e as minhas filhas vamos descansar! E ela lá, com aquela “inháca” no meu sofá!! Ah, não tive dúvida. Chamei ela num canto e conversei, com jeito, que é para não ofender, entende? Porque também não se pode ter um inimigo em casa, melhor é usar do bom entendimento, percebe?
- Olha aqui, Alcina, não fica bem você ficar aí sentada na sala de visitas. Não que eu me importe, mas pode chegar alguém. E se Ernesto [namorado da patroa] aparece para jantar? Não fica bem, entende? Se você quiser assistir TV, veja no quarto das meninas.
Pauline [4 anos]: Sabe, a Inês falou que a mãe dela disse que a gente não pode usar o banheiro da empregada.
Jurema: Por quê?
Pauline [5 anos]: Porque empregada tem doença na bunda.
Inês: É, a minha mãe explicou que se a gente senta no vaso onde a empregada senta, a gente pega doença, porque elas têm doença na bunda.”⁶¹

As narrativas das diaristas entrevistadas neste estudo não diferem de outras pesquisas relacionadas ao tema, apontando como as noções de serventia e a reprodução deste quadro se mantêm há muitos anos na sociedade brasileira.

Todas as situações vivenciadas e as experiências adquiridas nas casas onde estas mulheres trabalharam moldaram suas escolhas individuais por migrar entre o trabalho realizado como diarista e como mensalista. Monticelli⁴ afirma que “[...] as desilusões, as privações, a violência, as angustias, os medos não estão apenas contidos como alegorias em uma narrativa, mas são instrumentos de transformações pessoais e sociais para cada uma dessas mulheres”. Desse modo, as escolhas são pautadas pela maior renda, pelas tarefas que precisam executar, pelo cansaço, pela

autonomia e pelas relações harmoniosas e afetivas que são construídas com os empregadores.

Ivone explica suas escolhas:

Eu sempre trabalhei em casa de família mesmo, fazendo de tudo. Recebia por mês, É, aí depois eu arranjei de diária. Mas, eu passo mais roupa. Faço faxina também, mas passo mais é roupa. Nunca trabalhei com carteira assinada, não. Prefiro trabalhar por mês, tipo pra uma firma, é bom por que você tem direito a carteira assinada, o INSS tudo pago, o plano de saúde. Qualquer coisa que acontecer você encosta, a empresa cobre, sei lá, né. E você trabalhando por diária, é por sua conta. Eu trabalho por diária. É por minha conta. Eu pago meu INSS. Se acontecer alguma coisa comigo, eu vou levar prejuízo por que eu to trabalhando por minha conta. Eu só trabalho 1 dia ou 2, aí não tenho direito a nada. Eu pago o meu INSS. Minha carteira tá limpinha! Nunca tive carteira assinada. Nem quero ter nesse trabalho, prefiro trabalhar como diarista ganho mais (Rindo). Você trabalhando assim você ganha mais, por que você passa o mês todinho pra ganhar um salário, né, R\$ 800,00, R\$ 900,00. E você trabalhando por diária você ganha mais. Você ganha o dobro, por exemplo. Mas tudo tem seu preço, né?! Mas eu sempre encontrei assim de diária. Eu nunca encontrei de carteira assinada, não! Assim, um trabalho que eu gosto de fazer... se não eu fichava!

Sobre a rotina de seu trabalho, Ivone relata:

Ah sinto cansaço no meu trabalho, todo mundo sente! Peso, nem tanto. Cansado é mais por causa das viagem que a gente faz nesses ônibus, né?! A gente vai e vem, pois o cansaço é mais nesses ônibus, pra ir pra vim. Pra vim nem tanto que a gente dorme, e já tinha dormido a noite toda, mas pra ir... aí a gente chega em casa já tão cansada, que você olha pra suas coisas e não dá nem vontade de fazer, mas você não vai ficar no desmantelo, aí vai e faz. Depois toma um banho e aí relaxa mais um pouco. Tem dia que nem janta eu faço de tão cansada. É porque quando a gente vai dar faxina a gente tem que fazer de tudo, né?! Então você termina você fica com suas costas doendo. Muito dolorida às vezes, né?! Na faxina, eu almoço correndo e volto pro meu trabalho pra eu ir logo pra casa.

Sobre sua relação com os patrões, o tempo de experiência, as vivências acumuladas são importantes, para Ivone:

Assim, antigamente os empregos eram assim meio duro, né. Eu não sei por que nos meus empregos a última palavra é a minha, eu não baixo a cabeça pra ninguém. Eu já trabalhei... fui passar roupa numa casa, a mulher queria ser melhor do que eu. Eu chegava muito cedo, então quando eu chegava muito cedo eu queria sair no meu horário certinho. Aí ela queria que eu saísse mais tarde, ela disse assim: queria que você chegasse mais cedo e saísse mais tarde! Eu digo: Já terminou? Ela disse: já. Eu digo: então arranje outra que eu não venho mais não. Mas isso aí foi só um quebra galho que eu arranjei, também não falei mais nada não, por que ela é daquelas pessoas nariz... sabe?! É, na primeira arrogância dela... E ela pediu uma coisa impossível: eu passava a roupa do marido dela bem passadinho e ela pediu pra passar mal um pouquinho pra poder passar mais, e eu preferi não. Eu preferi pedir conta. E eu tinha ido indicado por outra pessoa, pra ajudar, que não tinha empregada. Mas nessa casa a mulher era muito assim... tipo assim... eu já trabalhei em casa que os patrões eram bem assim carrasco, tipo: empregada tem seu canto; empregada não vai na mesa, só pra trabalhar; empregada não se senta perto do patrão. Você sabe que tem isso ,né?! Mas, eu já trabalhei em canto assim. Mas eu assim que chego já vejo que não é meu negocio “empregada tem seu lugarzinho e patrão tem o dele”. Só que esses patrão que eu tenho agora são tudo gente boa, deixa a gente a vontade, também são emprego de 30, 35 anos, que eu luto com família assim. É, amizade. Parece irmão! Todos eles eu gosto. Agora, esses agora é bom. Se você tiver precisando, eles estão ali pra te ajudar. Outra coisa, se eu não puder ir trabalhar, qualquer probleminha, doente, eles preocupam muito comigo, são umas pessoas muito boas. Tenho nada pra falar deles não. Só o ouro!

Ana trata de suas relações no trabalho e as escolhas:

Nunca tinha trabalhado fixado, só na diária. É complicado pra pessoa, né? Porque o pior é que não tem jeito de encostar, né? Não tem jeito de aposentar, né, na diária. Se não pagar do seu lado, não tem jeito! Hoje é difícil trabalhar na diária. Se não pagar o seu INSS... Se pagando já complica, né, imagina não pagando!

R\$ 150,00 tudo, com a passagem. No jardim Botânico é R\$150,00. Ai, se você recebe que dá pra pagar a passagem, aí já conta pra aquilo. Já dá o valor que é pra pagar, se você cobra R\$ 150,00 a diária.

A mulher que trabalhava comigo na diária, que tem uma senhora que saiu do serviço, fixada no aeroporto, ela tava até perguntando se eu sabia de alguma diária. Eu não sei porque ela largou o emprego, que ela falou que a diária era melhor pra ela. Hoje mesmo eu vi ela no ônibus, que hoje ela ta

trabalhando no Setor Gráfico, tem dia que ela tá no... Ela tá tendo duas diárias. Hoje não tá tendo diária assim como tinha, mais não. Eu trabalhei com ela. Ela trabalhou comigo 1 ano e 5 meses nas diárias comigo. Trabalhava assim... que eu arrumei pra ela trabalhar lá onde eu trabalhava, né? Assim que eu trabalhei lá, arrumei o serviço... Ela trabalhava na Asa Norte, da Asa Norte pro no Jardim Botânico, ela começou lá, aí com 1 ano e 5 meses ela saiu de lá. A mulher dispensou porque disse que a diária tava muito cara. Mas até hoje tá trabalhando comigo, nas diárias também. Porque na diária, de um dia pro outro a pessoa fala: Ah não quero mais! É! Diária a gente perde, né? É, por isso que eu to falando... Eu trabalhava, chegava no final de ano, cadê? Ôh! Eu achei maravilhoso, agora, ter a carteira assinada. Vou completar 3 anos já, né?! Recebo décimo terceiro, férias e agora esse FGTS, né?! É, esse ano já peguei 20 dias de férias. Ano passado eu peguei 15. Vendi, vendi o resto das férias. Então ficou melhor. Lá não tem menino que me incomoda, só tem eu, ela e o marido dela.

Neuza fala sobre a escolha em ser diarista ou mensalista (carteira assinada):

De positivo (do trabalho), por que a gente trabalha porque tem que trabalhar e gosta de fazer, né, e tem alguma coisa pra fazer todo dia, né, pra fazer aquilo.

Menina, a diária hoje tá uns R\$ 120,00 – 150,00, depende, né, do lugar.

É, eu prefiro carteira assinada. Porque diarista é muito cansativo. A gente vai ficando mais velha, não aguenta mais, não. É melhor, porque assim, você recebe por mês. Tem como contar, né. E diarista não. Se você não for trabalhar você não ganha. Se você adoecer, não tem com o que contar. Por isso eu gosto mais assim. É mais seguro, né?!

Bete explica os motivos que a faz preferir ser diarista:

É, porque eu ganho muito mais como diarista do que eu for trabalhar de doméstica mesmo, porque ter um salário X é bem menos do que eu tiro como diarista, eu tenho faxina de R\$ 120,00 a 150,00.

A única vantagem de carteira assinada é que você tem férias, décimo terceiro, se você ficar doente você tem aquele respaldo, mas fora isso, o salário é bem menor. Você ganha bem menos! Cê vê, o carro, esse Peugeot que tá aí fora, a gente comprou. Quem paga sou eu. Então, assim, se eu tivesse trabalhando de carteira assinada não dava, porque tem o colégio dela que é particular, não é do governo, porque aqui não tem tempo integral, só tem meio período. Então se eu tivesse trabalhando de carteira

assinada, ou fazia uma coisa ou eu fazia outra. Porque pagar colégio pra ela e comprar o carro não dá.

Não (pago INSS)! Se acontecer alguma coisa eu to no sal, né?! (Rindo).

O exercício laboral das diaristas é eventual, desobrigado de continuidade, e muito instável, devido à inexistência de vínculo empregatício, o que implica remuneração irregular e ausência de benefícios sociais^{1,35}. Estas trabalhadoras possuem certo controle e autonomia em suas escolhas, uma delas é a escolha dos clientes, onde permanecer como diarista em uma residência depende das relações com o contratante, o que também é apontado como uma vantagem da atuação como diarista, pois *“tem esse lado de você, se você não gosta, você não é obrigado a ir”*¹. Embora mencionem a possibilidade de escolha dos contratantes, as diaristas também enfrentam dificuldades em suas relações, como no exemplo de uma das entrevistadas, que se sente desvalorizada quando: *“do lado financeiro também, acham que tu cobra demais”*; Algumas optam por trabalhar apenas em apartamentos, evitando casas, pois *“casa é mais complicado, é muito grande e depois tem um monte de calçada”*¹.

Coutinho *et al*¹, em sua pesquisa sobre as trajetórias ocupacionais das diaristas atuantes na região de Santa Catarina, observou que atuar como diarista corresponde à opção por uma ocupação, mas não propriamente a uma escolha profissional, sendo que tanto a inserção quanto a permanência nessa ocupação não foi propriamente uma escolha, mas uma opção por uma atividade tradicionalmente associada ao feminino, em condições de precariedade e subalternidade características de mulheres de camadas pobres.

Prisco, Carvalho e Gomes³⁵ realizaram um estudo sobre as representações sociais do trabalho das diaristas no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e observaram, a partir do relato das diaristas entrevistadas, a precariedade em muitas das relações de trabalho, devido à inexistência de direitos trabalhistas e previdenciários. As diaristas entrevistadas pelos autores explicam que trabalhar informalmente: *“[...] é trabalhar sem carteira assinada e não ter benefício nenhum. Não ter horários para poder trabalhar e você fazer o seu horário e você receber na hora que você trabalha. Pra mim, trabalhar informalmente é não ter carteira assinada. Como eu te disse: é não ter que cumprir horários”*; *“É um trabalho sem carteira assinada, um trabalho de minha responsabilidade, trabalho por conta própria*

mesmo”; “[...] é um trabalho que você não tem muita segurança, um trabalho que hoje você está trabalhando, amanhã não sabe se vai estar. Mas é um meio de se tirar um salário melhor, de ganhar um pouco mais do que se você estivesse trabalhando de carteira assinada nessa área que eu trabalho, que é diarista”³⁵.

Trabalhar na informalidade, também, pode ser pensado de forma aproximativa à suposta autonomia defendida pelas mulheres que decidem trabalhar como diaristas ao invés de mensalistas, pois a dinamização da atividade são percebidas por essas mulheres como uma maior flexibilização do trabalho⁶¹.

Iriart *et al*⁶ verificou que as trabalhadoras em serviços domésticos em Salvador, enfatizaram o direito à aposentadoria e ao FGTS: “Depois que a pessoa sai do trabalho ganha, né, e a outra não. [...] Ah, ganha assim os tempo dela: sete meses, oito meses ali. Tá com a carteira assinada. E a outra pessoa não ganha né”,.

A falta de informação sobre os direitos trabalhistas, sobretudo nos primeiros anos de suas vidas profissionais, foi trazida pelas diaristas como o principal fator responsável para que os direitos trabalhistas asseguradas pelo trabalho formal fossem negligenciados. Expressões como “eu não sabia direito” e “eu era de menor ainda” foram comuns nos discursos dos trabalhadoras.

Enquanto que a juventude parece ser o tempo de despreocupação com a velhice e a necessária aposentadoria, com o passar do tempo, no entanto, o período de trabalho sem a cobertura por benefícios de proteção social passa a ser visto como uma “perda de tempo”, assim, o trabalho sem contrato é pensado como um tempo vazio, que não conta, que não existe para a vida cidadã⁵. Ana relatou a história de uma senhora que ela conhecia e que passou a vida inteira trabalhando como diarista, agora, estava muito doente no hospital e sem dinheiro algum, dependia da ajuda de parentes.

Segundo Iriart *et al*⁶, as trabalhadoras mais jovens consideram o emprego doméstico como uma atividade temporária e, por isso, não fazem questão do registro na carteira de trabalho. Mas, ao analisar as trajetórias ocupacionais dessas mulheres, o autor percebeu que a ocupação que era vista como temporária tendia a se consolidar sem a correspondente legalização do vínculo empregatício.

A falta de poder de negociação das empregadas em serviços domésticos frente à pressão dos patrões, que, associada à falta de opção e ao medo do desemprego, leva à aceitação do trabalho não legalizado:

“Uma diz não pode, a outra diz que não pode e assim sucessivamente. E aí, a gente vai trabalhando, deixando tudo para trás. Isso aí é ruim pra caramba. [...] Porque às vezes a gente não acha outra coisa para fazer. Aí, a patroa pede: “Oi, moça, eu não posso assinar a carteira”. Você, muitas vezes, tá sabendo que tem precisão daquele dinheiro, você não vai dizer: “Ah, eu não venho porque a senhora não assinou a carteira”. A gente vai assim mesmo. Tem que ir”⁵.

Coutinho *et al*¹ levanta algumas vantagens, elencadas pelas diaristas, do seu trabalho como a remuneração, evidenciado nas falas delas: *“pra mim, a faxina dá mais do que eu voltar pra uma loja, alguma coisa, sabe, eu vou ganhar bem menos, né”, “se a gente trabalha em outro lugar, daí precisa de roupa, calçado, comida, aí não compensa. Daí eu vi que assim é mais pesado, mas você ganha mais”*. Nota-se que mesmo que sendo considerado “um serviço pesado” e desvalorizado socialmente, o trabalho doméstico é considerado vantajoso para elas, seja pela remuneração mais alta, seja pela diminuição dos gastos requeridos para atuar em outras ocupações, nesse sentido, os ganhos compensam o desgaste associado ao trabalho de faxina e justificam a opção por atuar na informalidade. Outra vantagem é a rotina flexível, expressa pela possibilidade de conciliarem exigências laborais com as do âmbito doméstico e familiar, como a escolha por trabalhar apenas três vezes na semana para “ficar perto” dos filhos ou poder trabalhar em outro emprego para completar a renda familiar. Desse modo, elas podem conciliar o trabalho de diaristas com sua condição de mulheres, com suas responsabilidades domésticas e familiares¹.

Na pesquisa realizada por Prisco, Carvalho e Gomes³⁵, as diaristas apontaram as vantagens do trabalho informal: a jornada de trabalho; a remuneração; a não-subordinação; e, com menor ênfase, a eventualidade, como pode ser observado nas falas: *“A vantagem é que você ganha mais e não tem que tolerar as patroas todo dia direto; um dia você tá num lugar, outro dia você tá em outro. E não bate cartão”* e *“[...] a vantagem é que eu faço meu salário e também faço meu horário, eu não tenho um compromisso, [...], não tenho aquela coisa certa que eu preciso chegar tal horário”*³⁵.

Da mesma forma, as diaristas do estado de Minas Gerais listaram como desvantagens a ausência de direitos trabalhistas. Uma delas expôs que *“a desvantagem é que se você adoecer e não paga INSS, aí é por sua conta. Você vai perder o seu dia tranquilo. Não tem direito a receber nada. E quando você sai também não tem direito nenhum.”* Outra complementou: *“você não tem fundo de garantia. Não tem carteira assinada, não tem seguro-desemprego. Se você machucar é por conta própria, você vai por conta própria. Se você quiser ter algum futuro você tem que pagar o seu INSS sozinha.”* Esse é o grupo mais vulnerável e sem cobertura da previdência social, sem recursos para se preparar para a aposentadoria, que, certamente, constituirá o público da assistência social, quando precisar utilizar a proteção social do Estado³⁵.

Na pesquisa de Coutinho *et al*¹, alguns aspectos negativos associados ao trabalho doméstico foram revelados, como a desvalorização e a ausência de benefícios sociais, e entre eles se destacam o cansaço e o ritmo intenso do trabalho, mesmo quando valorizam a ocupação: *“é um serviço bom de trabalhar, mas é um serviço que te cansa”*. A desvalorização mencionada pelas entrevistadas faz parte do significado social das atividades de limpeza, historicamente subalternas e pouco valorizadas¹.

Prisco, Carvalho e Gomes³⁵, também analisaram a condição financeira das diaristas, após ingressarem no mercado de trabalho informal: Uma das entrevistadas respondeu: *“Boa, melhor que formal, pelo fato de ganhar mais.”* Outra informou que *“num ponto foi melhor pra mim; num ponto foi, consegui mais coisas trabalhando de diarista de quando eu trabalhei de empregada doméstica.”* Apesar de acreditar na melhoria das condições de vida, algumas entrevistadas apresentaram mais desvantagens do que vantagens no trabalho informal. Isso pode ser percebido no comentário: *“em certos pontos melhorou sim. Porque aquilo que eu faço, eu recebo. Mas, por outro lado, eu não tenho os outros benefícios que eu poderia ter”*³⁵.

Os argumentos do porquê de trabalhar como diarista estão relacionados a maiores rendimentos e à menor jornada de trabalho, o que possibilita a conciliação das tarefas domésticas e do cuidado da família. Apesar de as diaristas exercerem suas atividades com maior liberdade em relação ao tempo, é notável que assim o fazem para conciliar o trabalho e o cuidado da própria família: *“Porque ganha mais.*

Por causa do horário, você não tem que ficar batendo cartão. Na hora que você termina vai embora, melhor”; “eu tenho a minha filha. É mais tranquilo, eu posso trabalhar dois, três dias na semana e não ter compromisso nos outros dias, e ficar por conta dela”. Algumas delas reconhecem que, no mundo laboral, só goza de reconhecimento social aquele que trabalha com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social: “trabalharia sem problema nenhum. Porque só dá valor às pessoas que tem carteira assinada, as que não têm, pra eles não é trabalho.” A partir desses argumentos, fica evidente que, por um lado, deseja-se trabalhar de forma regulamentada para gozar de reconhecimento social, mas, por outro, evita-se a normatização, uma vez que trabalhar formalmente implica em permanecer mais horas no serviço, com constante supervisão dos patrões, além de ter descontos no salário, referentes a tributos sociais, o que acarreta, conseqüentemente, a redução do mesmo³⁵.

5.6. PERCEPÇÕES SOBRE A SAÚDE DAS DIARISTAS

O fato de o trabalho doméstico ser exercido na casa dos patrões cria situações que, para elas, podem ser vantajosas, como é o caso da ajuda dos patrões na obtenção de vestuário, alimentação e medicamentos, entre outras coisas. Por outro lado, as casas dos patrões podem apresentar riscos ergonômicos, físicos, químicos, biológicos e até os estressores ocupacionais, como as múltiplas responsabilidades, as longas jornadas, e, por ser este um espaço que escapa da fiscalização, acaba permitindo formas de violência, coerção e isolamento, que, associados ao tempo controlado e dirigido incessantemente para o trabalho, as colocam em situação de risco para outros transtornos, como o alcoolismo⁶.

Amorim⁶ realizou um estudo sobre associação entre o emprego em serviços domésticos e alguns efeitos à saúde dessas trabalhadoras, onde observou que o assédio sexual é comum nesta ocupação, verificou também que sintomas de depressão e ansiedade estão associados com o emprego doméstico, com uma maior prevalência de sintomas como tristeza, cansaço, pouca concentração, crises de irritabilidade e dor de cabeça e, ainda, que as empregadas domésticas relatam duas vezes mais comumente acidentes de trabalho quando comparadas a outras ocupações. Não obstante, Pinho e Araújo⁶³, em seu estudo sobre a associação

entre a sobrecarga doméstica e os transtornos mentais comuns (TMC) em mulheres, verificaram que os TMC acometem mais frequentemente as mulheres e que a baixa gratificação e a falta de visibilidade na realização do trabalho doméstico constituem quadro determinante para esse adoecimento, sendo que as mulheres com alta sobrecarga doméstica apresentam prevalência de TMC mais elevada do que as mulheres com baixa sobrecarga, 45,6% contra 36,2%⁶³.

Ludermi⁶⁴ ressalta que fatores como a discriminação, o salário baixo, a ausência de apoio social e de proteção da legislação trabalhista são os principais responsáveis pelo desenvolvimento de transtornos mentais entre mulheres trabalhadoras informais.

“Existem estratégias de defesa para sobrecarregar as tensões do trabalho, observadas pela via motora, através de crises de raiva e agressividade, e pela via psicossomática, onde o trabalhador internaliza as tensões do ambiente laboral, evidenciando que o trabalho pode atuar como agravante ou desencadeante de diversos distúrbios psíquicos”⁶.

Uma situação saudável de trabalho seria aquela em que é permitido ao indivíduo o desenvolvimento das atividades exigidas em alternância com períodos de descanso, mas, na realidade do serviço doméstico, esta situação é incomum. No caso das diaristas, a inexistência de uma jornada de trabalho definida pela legislação que regulamenta esta categoria ocupacional, acaba ampliando este tempo de desenvolvimento das atividades domésticas para uma situação quase servil, o que amplia a chance de desenvolvimento de problemas de saúde⁶. E essas trabalhadoras se sobrecarregam nas negociações cotidianas de suas relações trabalhistas, fazendo com que avaliem uma situação de desigualdade e violência a depender do patrão, do tempo de trabalho. Esse peso em ter que criar ao longo do tempo essas relações e, ao mesmo tempo, se ver intimidada em pedir aumento e outras questões, repercute em uma vivência sobre o que é saúde.

Iriart *et al*⁶⁵ verificou, em seu estudo sobre as representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil na cidade de Salvador, na Bahia, que as trabalhadoras domésticas não estabelecem uma relação entre trabalho informal e maior risco de acidentes ou adoecimento no trabalho, mas enfatizam a manutenção da renda após a ocorrência do acidente ou adoecimento, possibilitada pelos benefícios previdenciários assegurados pelo contrato formal de trabalho.

A atividade doméstica expõe as trabalhadoras a diversos agentes físicos, químicos e biológicos, como os microrganismos presentes nas instalações sanitárias e lixo, produtos de limpeza, umidade e calor, enfim agentes que podem prejudicar a sua saúde⁵⁷. Segundo o Artigo 13 da convenção 189, apresentado pela Organização Internacional do Trabalho:

“Todo trabalhador doméstico tem direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável. Todo Membro, em conformidade com a legislação e a prática nacionais, deverá adotar medidas eficazes, com devida atenção às características específicas do trabalho doméstico, a fim de assegurar a segurança e saúde no trabalho dos trabalhadores domésticos”⁵⁷.

Mesmo assim, as diaristas não são amparadas pelas normas de segurança e saúde do trabalhador, muito menos tem o direito à insalubridade.

De acordo com o estudo de Tamanini⁶⁵, é difícil para as trabalhadoras perceberem o seu trabalho como possível causa de adoecimento. Para essa autora, o trabalho doméstico remunerado se insere em uma dinâmica de sofrimento baseada, sobretudo, na dor moral, circunscrita na vida social dessas mulheres, e que reflete a forma como a sociedade (des)valoriza e concebe esta ocupação.

Para as diaristas entrevistada, as atividades desempenhadas no ambiente de trabalho não apresentam riscos de acidente, isto porque, segundo Iriart *et al*⁶, muitas trabalhadoras domésticas não percebem os risco do trabalho devido a similaridade com as atividades desenvolvidas em suas próprias casas.

No entanto, elas reportam alguns acidentes, como escorregões e quedas decorrentes do piso úmido e ensaboado, cortes nas mãos ao lavar a louça ou cozinhar e pequenas queimaduras feitas com o ferro de passar roupas: “Escorregar a gente escorrega, de vez em quando a gente queima, mas é coisa de leve. Isso aí acontece muito, você cai, levanta, fica com dor no corpo.” (Ivone). Mas, apesar da dor e dos ferimentos, elas consideram que estes tenham sido de baixíssima gravidade, não as impedindo de continuar a realização de suas tarefas, sem receber nenhum tipo de atendimento ou ajuda: “É, cortezinho de dedo às vezes, mas nada que me impedisse de trabalhar” (Neuza); “Já caí. Mas não foi coisa de não ter que ir trabalhar no dia seguinte porque eu me machuquei. Só o roxo mesmo, né, mas de não ter que ir, não! Só os tombinho básico!” (Bete).

Este fato também foi observado entre as diaristas da cidade de Salvador, onde, apesar de reconhecerem os acidentes sofridos como acidentes de trabalho, pelo fato de terem ocorrido no ambiente de trabalho, as trabalhadoras tendem a vê-los como “normais”, no sentido de que poderiam ter acontecido em suas próprias casas⁵.

De acordo com Iriart *et al*⁶, os acidentes de trabalho no serviço doméstico são vistos como um fatalismo ou, ainda, como uma decorrência da desatenção da trabalhadora que se autoculpabiliza pelo ocorrido, o que desresponsabiliza os empregadores pelos acidentes.

Ao serem questionadas sobre o uso de equipamentos de proteção, tais como avental, botas impermeáveis, luvas, máscara e óculos de proteção, elas reportaram não usar por considerar que estes equipamentos lhes atrapalham na execução de suas atividades: “[...] que eu não uso luva. Eu não gosto de fazer nada com luva.” (Bete); “É difícil usar assim, eu não uso não. Às vezes a gente usa por que o sabão tá comendo as mãos. Eu vejo as empregadas dizendo que tá usando luva por que o sabão tá comendo as mãos, aí usa, mas é difícil. [...] eu nem gosto. Eu prefiro ficar com os calos nas mão.” (Ivone). Notou-se também que elas não percebem o uso desses objetos como algo que poderia evitar muitos dos pequenos acidentes sofridos.

Estas trabalhadoras, no entanto, apontaram a sobrecarga de trabalho como causa de adoecimento: “[...] é serviço pesado, né!” (Bete); “É porque quando a gente vai dar faxina a gente tem que fazer de tudo, né, então você termina você fica com suas costas doendo. Muito dolorida as vezes.” (Ivone). Segundo Ramos⁶⁶, um dos motivos mais frequentes de procura médica por parte das trabalhadoras domésticas é a dorsalgia, uma patologia que promove a queda da qualidade de vida e absenteísmo ao trabalho.

A dupla jornada de trabalho, que leva a trabalhadora doméstica a repetir, na sua casa, as mesmas atividades realizadas na casa dos patrões, também deve ser levada em consideração com um fator de risco⁵. Associado a estas questões, está o tempo para executar uma grande quantidade de tarefas e a consequente ausência de um momento para descanso ou para as refeições: “eu almoço correndo e volto pro meu trabalho pra eu ir logo pra casa.” (Ivone).

As entrevistadas mencionaram dores de coluna, crises de asma e alergia a produtos de limpeza como problemas de saúde associados ao trabalho doméstico:

Eu to tendo muito problema de alergia. Os produtos de limpeza tá me deixando muito... a poeira também. Aí eu to tendo muita crise de alergia, frequente. (Neuza)

Eu tenho problema de saúde, tenho problema de asma. Já tem uns 10 anos ou mais. Mas é assim, eu vivo controlada por remédio. Trabalho, às vezes dá o cansaço, teve uns tempos que eu quase não dava conta de trabalhar por causa dos problema de saúde meu. Mas aí eu fiz um tratamento, e to tomando um remedinho que agora controlou mais. (Ivone)

Às vezes produto que você usa... Eu não sinto nada hoje, não sei daqui mais pra frente, no futuro, devido você sentir aquele cheiro dos produto, de utilizar os produto... que eu não uso luva. Eu não gosto de fazer nada com luva. Pode ser que mais na frente pode me dar uma alergia. (Bete)

Os relatos das diaristas revelam as dificuldades de acesso aos serviços de saúde próximos as suas residências nas cidades do entorno do Distrito Federal, preferindo, quando possível, deslocar-se até os centros de saúde e hospitais de Brasília. Diante da falta ou da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela inexistência de unidades ou de profissionais de saúde próximos a suas moradias, ou pela impossibilidade de conciliar os horários de trabalho com o do atendimento nos centros de saúde, estas trabalhadoras acabam utilizando chás e medicamentos por conta própria para resolver ou aliviar seus problemas de saúde. Neuza explica:

Não, eu não trabalhava quando meus filhos eram pequenos. Eu vim trabalhar eles já tavam grandes, 9 - 10 anos. Eles ficavam na escola e eu trabalhava, só que aí eu não trabalhava todo dia, eu trabalhava um dia sim, um dia não. As vezes dois dias na semana. Aí já era como diarista. Eu trabalhava dois dias, os outros dias eu ficava por conta deles. Aí quando eles ficavam doentes, eu que levava no médico. Não em Águas Lindas, mas eu vinha pra Ceilândia.

Não tinha posto perto de casa, nessa época não tinha. Agora já tem, mas na época não tinha. Agora tem. Tem um postinho lá de saúde e tem um hospital também. Mas, eu consulto mais aqui mesmo no Guará.

Porque eu praticamente eu moro aqui, né!? Fico muito tempo aqui. Lá praticamente eu só durmo. Aí eu consulto aqui. É mais fácil.

E não sou saudável. Eu tenho problema de hipertensão. E ultimamente é isso, né, hipertensão e obesidade também, né, que eu engordei muito. Eu to tendo acompanhamento com a nutricionista e tem a médica que toma conta de mim mesmo, aqui no posto do Guará. E tomo remédio pra hipertensão. Eu tomo um chazinho às vezes de cidreira, canela, esses chazinhos assim mesmo. Para meus filhos também.

Ana explica como são os serviços de saúde no posto do Pedregal:

Quando os filhos ficam doente, tem um posto de saúde, tem, mas até hoje é uma luta. Porque o posto de saúde tem, mas não tem médico.

Começa a funcionar 6h30 a abrir a porta. Tinha um senhor lá que era porteiro, faleceu esse dias agora, ele abria a porta era 6h30.

Os médicos m umas 9/10 horas, não tem hora pra chegar, não!

É, fecha cedo, umas 5 horas, por aí.

Para ir lá, tinha que faltar o serviço. Na diária tinha jeito, o dia que eu não ia.

Agora não tem jeito, eu não posso matar um serviço!

Quando eu ficava em casa, levava no médico do 24 horas... Era só tomar injeção. É um posto no Novo Gama. Só vai na injeção lá, você pode não saber o que tá sentindo... O menino não pode passar mais de 39 graus de febre que ele passa mal, né?! Aí eu fico preocupada. Quando ele tá com febre eu fico preocupada, eu prefiro matar o serviço.

É, tem que levar no médico que se não...

Eu faço chá em casa. Eu faço chá de alho misturado. Eu faço chá e dou pra eles.

Eu cuido em casa, por que médico... Eu dou Dipirona! Essa semana, eu cheguei aqui: "Mãe, eu to com dor na garganta! Eu to com febre!" Que ela foi no cinema, né, quando eu chego em casa já não tava. Aí já tomou ontem de novo. "Menina, você foi pra cinema?!" Que lá é frio, e vai pra quentura, né?! Aí ficou a noite toda tossindo, tossindo. Aí eu falei: sabe de uma coisa... Eu cheguei do serviço, aí: Vou ver se a Farmácia tá aberta! Aí eu fui lá. Aí eu comprei Apracur, fui lá comprar. Comprei os remédios já, que ela tava tossindo, uma tosse véia seca. Os chazinhos também. Eu não tenho quintal de coisa, não. Eu compro mesmo é chá pronto. Aí eu fui lá, comprei a pastilha. Só a pastilha foi 19,00 reais. Aí eu comprei Apracur, né, e comprei um chazinho. Aí quando cheguei lá só dei a pastilha, aí melhorou num instante. Pois é, eu falei: Minha filha, se você morrer, morre na porta do hospital também, então vamo cuidar em casa!

Ivone relata como percebe a sua saúde:

Tem, eu tenho problema de saúde, tenho problema de asma. Já tem uns 10 anos ou mais. Mas é assim, eu vivo controlada por remédio. Trabalho, às vezes dá o cansaço, teve uns tempos que eu quase não dava conta de trabalhar por causa dos problema de saúde meu. Mas aí eu fiz um tratamento, e to tomando um remedinho que agora controlou mais.

Eu fiz tratamento no HUB (Hospital Universitário de Brasília). Eu já tinha ido no HUB, já tinha ido em Goiânia.. na verdade eu fiquei em Luziânia, em Luziânia não tinha recurso, aí eu fui pra Goiânia, em Goiânia também eu achei muito longe, aí de Goiânia eu fui aqui pro HUB, aí eu fiz meu tratamento aí.

Ah, minha filha, isso aí é difícil (quando precisa de saúde), por que ninguém nunca sabe onde é que tem médico! É aqui em Brasília. Em Luziânia tem, mas quando eu ia, raramente, era assim de madrugada, a meia noite, eu ia e era atendida, mas de dia mesmo, você pode passar o dia todinho que às vezes não é atendida. Que a saúde é péssima aqui em Brasília, você sabe disso, né! Eu já tomo meu remédio pra não ir nem no hospital. Eu tomo Alenia.

Lá tem postinho de saúde onde moro, eu fui lá uma vez. Eu me tratava de asma lá também, só que não tinha recurso, eu vim achar recurso aqui em Brasília. Eles passavam um remedinho lá que não... Só o remédio de pressão... Eles passavam um remedinho lá que parecia que não passava nada, era água. Aí eu vim pra Brasília fazer o tratamento, mas tem muita gente que consulta lá no postinho de saúde.

É, mas é difícil também no HUB, é difícil conseguir uma consulta. Eu passei, pra conseguir consultar aí, passei 1 ano pelejando, ai consegui. Consulta, eu consigo fazer o médico me examinar praticamente de 6 em 6 meses ou quase que de ano em ano por que não tem vaga.

Eu tomando o remédio que controla minha doença, eu não me preocupo de passar por um médico. Ai eu fico pelejando, toda vez que eu vou lá trocar a receita pra pegar o remédio, eu fico vendo se tem uma vaguinha, até que eu tenho sorte que às vezes tem.

Eu aproveito tipo a hora de almoço do trabalho, aproveito tipo 1 hora de almoço que eu nunca tiro, aproveito e vou lá. Aí não consigo. Aí às vezes quando eu termino, a tarde, quando eu termino mais cedo, eu passo lá e fico lá mesmo pra consultar, que as vezes é a tarde.. já direto. Eu nunca tiro um dia pra consultar, já aproveito o horário do serviço. De tanto horário do almoço que eu não tiro, você tem direito! (Rindo)

Eu já passei mal em casa e já passei mal no trabalho também. No trabalho a patroa pegou eu rapidinho, botou dentro do carro e levou pro hospital.

Muito boa ela! Em casa, era à noite. É meio engraçado por que não tinha transporte, aí meu irmão me levou de moto. Só que essa doença da gente é assim, você tá pra morrer mesmo, quando você dá uma carreira na moto você fica boa. Aí eu fui perguntar pro médico por que, ele disse assim que era o oxigênio. Eu fiquei assim... Gente, eu tava pra morrer, chega eu não aguentava nem falar mais, meu irmão me botou na moto e deu uma carreira. Menina, eu chega sufoquei.

Bete relata sobre sua saúde e os serviços de saúde:

Eu costumo levar ela (filha) no hospital. Aqui, as vezes que ela ficou doente, a gente levou no hospital aqui (referindo-se ao Hospital Municipal de Valparaíso), mas não tinha médico, aí a gente foi pra Asa Sul, ali no HMIB (Hospital Materno-Infantil de Brasília). Ou no Gama, que também não tem médico, aí eu vou pro HMIB.

Até que ela não é de ficar muito doente, mas se precisar aqui é difícil. Porque nunca tem médico, ou quando tem é clinico geral, não é pediatra. Já levei aqui, que ela tava doente, precisei, levei aqui mesmo e resolveu o problema porque não era nada grave, mas se for uma coisa mais grave aqui não resolve. Aí tem que ir Brasília. É lá também! Tem que ir pra Brasília fazer, que aqui nunca nem fui, até as vacinas delas eu prefiro levar no DF que ela vacinar aqui no Goiás. Eu levo ela na Santa Maria pra vacinar.

Não, eu fiz (pré-natal) lá (referindo-se a Brasília). Que na época eu trabalhava lá perto, aí eu aproveitei e fiz o pré-natal perto de onde eu trabalhava na época. E as consultas dela também era lá. Aqui mesmo só de ultima hora, só se precisar mesmo e não tiver como levar ela em Brasília.

A precariedade dos serviços na região do entorno é relatada por essas mulheres, isso explica o deslocamento até Brasília. O horário de funcionamento dos postos de saúde, também, é um problema, elas devem deixar de trabalhar e receber diárias para conseguir estar no horário de atendimento do posto. Diante deste cenário, essas mulheres se voltam para os hospitais, em situações de emergência ou até mesmo mais simples. No adoecimento, essas mulheres iniciam o cuidar delas e de seus familiares em casa e acessando as farmácias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESIGUALDADE SOCIAL NA SAÚDE

Em tempos modernos, os Estados passaram a investir na melhoria da saúde e no combate às doenças, por meio da criação de serviços de saúde além de profissionais de saúde e pesquisas. Desde o século XIX, com as grandes descobertas científicas e tecnológicas, tem se observado a melhoria das condições de vida e de saúde. Porém, essa melhoria nas condições de saúde, não atingem a todos da mesma maneira, a todos os Estados, revelando os efeitos das desigualdades sociais no cenário internacional⁶⁷.

As grandes transformações socioeconômicas ocorridas no século XX, embora tenham proporcionado melhorias para as condições de vida, não contribuíram para diminuir as disparidades perante a saúde, ainda que o estado sanitário das populações ocidentais tenha melhorado bastante. As desigualdades sociais têm-se acentuado ao longo dos anos, o que constitui um verdadeiro atentado contra os direitos humanos⁶⁷.

As sociedades modernas e democráticas preconizam a igualdade de direitos, das liberdades ou ainda das oportunidades e das capacidades. Contudo, esta igualdade de direito nem sempre se traduz em igualdade de fato, devido às consequências das estruturas sociais desiguais⁶⁷.

Cabe ressaltar aqui a questão da “pertença social” a determinadas categorias amplia sofrimento e adoecimentos. Assim, questões de gênero, cor da pele, orientação sexual, classe, ocupação, local de moradia, são marcadores desse pertencimento social, os quais são hierarquizados e fazem com que serviços e tecnologias de saúde não cheguem para todas as pessoas da mesma maneira. Tudo dependerá do seu gênero, cor da pele, profissão, ocupação, local de moradia etc.

Diante disso, é necessário discutir como as desigualdades produzidas socialmente, como a insegurança, precariedade do emprego, vulnerabilidade, conflitos sociais, aumento das doenças, da pobreza e da exclusão, se exprimem no corpo, ou seja, com o modo como o social se inscreve no biológico⁶⁷.

Apesar do direito à saúde ser um direito fundamental para todos os cidadãos, independentemente da sua pertença social, no caso do Brasil, está na Constituição

que todos têm acesso aos serviços de saúde públicos, na prática, o que se observa em muitas situações é a ausência desses serviços, os quais estão estrategicamente dispostos para alguns segmentos da sociedade brasileira.

O conceito de equidade em saúde sugere a avaliação das diferentes chances de extratos populacionais distintos adquirirem morbidade ou mortalidade, enquanto que o conceito de equidade no consumo ou uso dos serviços de saúde analisa as diferentes condições de acesso aos serviços de saúde⁶⁸. Na Constituição de 1988 a questão de equidade foi tomada como igualdade no acesso aos serviços de saúde, uma vez que garantiu a universalidade da cobertura e do atendimento, com o propósito de fornecer igual oportunidade de acesso aos serviços de saúde para indivíduos com as mesmas necessidades²³. De acordo com o princípio de equidade vertical, os serviços de saúde deveriam ser distribuídos conforme a necessidade de cuidados com a saúde, independente das características socioeconômicas individuais⁶⁸.

Embora a Constituição de 1988 tenha adotado o princípio da equidade, uma série de estudos conduzidos no Brasil demonstra que o tratamento de determinados segmentos da população é discriminatório⁶⁸. Estes estudos têm sugerido que a utilização dos serviços de saúde é bastante desigual entre classes socioeconômicas, favorecendo as camadas mais privilegiadas da população. Os autores observaram que características como ser branco, ter um elevado nível de escolaridade, ser empregador ou assalariado com carteira aumentam a probabilidade de ter acesso aos serviços de saúde⁶⁸.

Este trabalho mostrou que, essas mulheres trabalhadoras, pobres, tendem a procurar mais os serviços de saúde por problemas de doença, e não por motivo de prevenção ou exames de rotina, como observado no contingente de maior poder aquisitivo, como observa Neri e Soares⁶⁸. Essas mulheres, quando acessam os serviços de saúde, o arsenal de especialidades médicas disponíveis, não são acessíveis a elas, elas consomem pouco os serviços de saúde. Também, tendo em vista o tempo gasto com o deslocamento para o trabalho, além da precária oferta encontrada nos locais onde vivem, elas acessam pouco os serviços.

As pessoas mais pobres têm pior acesso a seguro de saúde, aos serviços públicos de saúde, e, ao mesmo, tempo, necessitam de maiores cuidados com a

saúde, diante da condição de uma classe trabalhadora que se expõe a vários tipos de adoecimentos e apresentam condições precárias de vida. Esse segmento consome menos os serviços, o que acaba por aprofundar o quadro de desigualdade social, e é nesse sentido que políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade, são de extrema importância para a promoção da saúde pública⁶⁶. Ao mesmo tempo, este trabalho tentou mostrar como essas mulheres criam estratégias de cuidar de si e de seus familiares, buscando controlar o ambiente de trabalho e o que isso poderia afetar em seu adoecimento. Nesse sentido, essas mulheres subvertem um poder estatal que as marginaliza.

Não obstante, a ausência de políticas públicas, programas e ações que promovam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar impactam diretamente na condição de vida e saúde das trabalhadoras domésticas em diversos aspectos, desde a sua experiência de ter sido trabalhadora infantil doméstica, as suas possibilidades de progresso educacional e de acesso à formação profissional, até o tempo dedicado ao lazer e aos cuidados de si e de sua família⁶⁹.

Questionadas sobre os benefícios que o Estado proporciona as famílias de baixa renda, as diaristas deste estudo reconhecem o auxílio fornecido através do “Programa Minha Casa Minha Vida” e pelo “Programa Bolsa Família”, que atualmente nenhuma delas recebe mais:

Eu recebia o Bolsa Família. O ano passado. Aí eles cortaram. Eles disse que eu to trabalhando, que a renda é alta, e não pode receber. (Neuza)

Eu já recebi. Antigamente, tinha tipo uma... começou com uma cesta básica, aí depois a gente recebia um cartãozinho pra fazer umas compras no mercado, tipo Bolsa família mesmo. Aí quando eu arranjei uns trabalhos, aí cortaram! (Recebia) Do Governo. [...] nesse tempo a gente recebia uma cesta básica, a gente recebia essa cesta na associação lá onde a gente morava. Aí depois da cesta eles passaram a dar um cartão pra gente, mas tudo que você comprava no cartão tinha que botar numa notinha, que não podia incluir bebida, né, aí você levava a notinha fiscal pra entregar. Era uma ajudinha todo mês. Aí depois que comecei a arranjar trabalho 2 dias, 3 dias.. aí eles começaram dizendo que ia fazer pesquisa na casa dos outros, então eles iam dar pra aquelas pessoas que não tinham mesmo nada, que precisasse mais, aí eu nem fui mais lá. Nossa, isso tem muitos

anos, meus menino tinha 6 anos/7 anos, hoje ele já tá com vinte e tantos anos. Faz muito tempo! (Ivone)

Eu já recebi, mas não sei o que foi que aconteceu que eles cortaram. Os meninos já tavam grande também, né, e eles viram que o salário tinha sido melhor pra mim, aí eles foi e cortaram. Servia pra mim comprar as coisa, né?! Como os meninos não tinham terminado ainda nem os estudos direito... Só foi assinar minha carteira, aí cortou num instante! Foi de 2000 até... eu tenho os papel amarelinho lá tudinho, mas foi rápido. Agora o que eu tava querendo... To lutando pra comprar um lugar pra morar, uma casa, mas tá difícil minha filha. Lá tem um loteamento novo, agora. Eu levei os papel pra eles olhar pra mim lá, mas é muito caro. Dá entrada de R\$ 2.000,00 e vai pagando até 20 anos. Mas 20 anos passa rápido, né, que é seu. Agora o aluguel você nunca sai. Eu to lutando pra ver se eu consigo. Eu falei pra ele (companheiro) me ajudar pra nós comprar o lote, aí ele: Não sabe onde é que tá esse dinheiro! Pode dar 500,00 de entrada, mas ele falou que não tem dinheiro pra me ajudar. (Ana)

Não, recebi Bolsa Família! No caso, a casa, né. Que a casa é do Minha Casa Minha Vida. É do governo, né?! Assim, pela facilidade que é pra comprar. Porque se não fosse assim você não compra! Que a gente não tem dinheiro, a gente não junta dinheiro. Pra comprar casa é muito difícil. Então teve essa ajuda do Minha Casa Minha Vida. Não, se eu pudesse morar em outro lugar eu queria. Eu queria voltar pra Planaltina, que eu morava lá, no DF. Se eu tivesse condições de comprar lá eu morava lá. Moro, gosto, mas se tivesse como comprar em outro lugar eu comprava. Não tinha comprado aqui. (Bete)

Ao deparar com a realidade social em que vivem as mulheres diaristas, com poucos anos de estudo, pobres, migrantes, que começaram a trabalhar ainda crianças e que percorrem grandes distâncias para chegar ao local de trabalho, verificou-se que o trabalho doméstico remunerado ainda é realizado pela população periférica brasileira, como consequência da desigualdade social promovidas desde o período escravocrata. A presença destas mulheres nas residências de classe média e alta reproduz um sistema hierárquico de relações de poder evidentemente desiguais que caracterizam o relacionamento entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas de sobrevivência no Brasil⁶¹.

“A lógica do capital considera as desigualdades sociais como inerentes ao desenvolvimento do capital. A pobreza é encarada como um problema individual e de responsabilidade privada. Ocorre a naturalização da "questão social" e a culpabilização do indivíduo pela sua situação de miséria, o que provoca a perda da dimensão coletiva e desresponsabiliza a sociedade de classes pela produção das desigualdades sociais”³⁵.

A análise das trajetórias das diaristas revelou o quanto sua origem em camadas populares, a história familiar e o fato de serem mulheres contribuíram para as opções ou escolhas possíveis no decorrer da vida. Assim, o baixo nível de escolaridade, bem como à necessidade de conciliar o trabalho doméstico remunerado e a criação dos filhos, se constitui como fatores determinantes da opção pelo trabalho como diarista, ou uma escolha imposta pelo contexto social onde se encontram e suas histórias de vida.

As narrativas obtidas nesta pesquisa, assim como em outros estudos sobre o trabalho doméstico, evidenciam o reconhecimento da desvalorização do trabalho informal e das trabalhadoras nessa situação, e a consciência da sua invisibilidade social, política, e moral, uma vez que se reflete na própria consideração do seu valor pessoal. Uma invisibilidade que é imposta, proposital, na replicação de uma estrutura escravocrata.

Os casos de assédio no trabalho e de violência doméstica sofrida pelas mulheres é um dos principais motivos para seu adoecimento, colocando-as numa situação de insegurança para sua vida e de seus filhos, aumentando o sentimento de angústia e impotência diante da realidade vivenciada, pois além de sofrerem pela violação dos direitos humanos, ainda sofrem por não alcançarem a cidadania plena ao acionarem os serviços públicos de saúde e demais órgãos.

Os resultados do estudo demonstram a necessidade da construção de políticas públicas que contemplem a segurança e a saúde das trabalhadoras domésticas, de forma a garantir o acesso aos serviços de saúde e aos mecanismos de atendimento especializado às mulheres que se encontram nessa situação e que produzam uma melhor qualidade de vida para elas.

Também é necessário elaborar estratégias que conduzam à valorização social deste trabalho e que sejam desenvolvidas formas de minorar as desigualdades sociais, visando reduzir a discriminação e o caráter coercitivo presente na inserção desta ocupação.

Deve ser discutida a possibilidade de ampliação dos direitos trabalhistas para a categoria das diaristas, com o devido reconhecimento legal da profissão, respeitando os direitos trabalhistas já garantidos pela lei para a categoria das empregadas doméstica, visando garantir a todas as trabalhadoras os mesmos direitos, independente do número de domicílios que as contratarem e da jornada exercida em cada um deles.

REFERÊNCIAS

1. Coutinho, MC et al. Todo dia uma casa diferente: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. *Universitas Psychologica*. 2013; 12(4): 1127-1140.
2. Pinheiro, LS; et al (Org.). *Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014*. (Nota Técnica nº. 24). Brasília: IPEA, 2016.
3. Yoshikai, LMO. *Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo/ Instituto de Psicologia, São Paulo, 2009.
4. Monticelli, TA. *Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2013.
5. Iriart, JAB; et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciências & Saúde Coletiva*. 2008; 13(1): 165-174.
6. Amorim, AM. *Emprego em serviços domésticos e efeitos sobre a saúde*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia/ Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2008.
7. Brites, JG. Trabalho doméstico questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*. 2013; 43(149): 422-451.
8. Brasil. *Decreto nº. 7.469, de 4 de maio de 2011*. Regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Brasília, DF, 2011.
9. Cristo, MM. O trabalho doméstico no Brasil trajetória,(i) legalidade e o difícil reconhecimento social. *Percurso Acadêmico*. 2015; 5(9): 150-168.
10. Evaristo, C. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.
11. Jesus, CM. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP, 2014.
12. Brasil. *Lei nº. 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF, 1916.
13. Brasil. *Decreto nº. 16.107, de 30 de julho de 1923*. Aprova o regulamento de locação dos serviços domésticos. Brasília, DF, 1923.
14. Brasil. *Decreto Lei nº. 3.078, de 27 de fevereiro de 1941*. Dispõe sobre a locação dos empregados em serviço doméstico. Brasília, DF, 1941.

15. Brasil. *Decreto Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 1943.
16. Pinheiro, L; Gonzalez, R; Fontoura, N (Org.). *Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. (Nota Técnica n.10). Brasília: IPEA, 2012.
17. Brasil. *Lei nº. 3.807, de 26 de agosto de 1960*. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Brasília, DF, 1960.
18. Brasil. *Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972*. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF, 1972.
19. Brasil. *Decreto nº. 71.885, de 26 de fevereiro de 1973*. Aprova o Regulamento da Lei número 5.859, de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências. Brasília, DF, 1973.
20. Azoubel, LSR. *A regulamentação do trabalho doméstico à luz da Emenda Constitucional Nº 72/2013 e da Lei Complementar Nº 150/2015*. Dissertação. Centro Universitário de Brasília/ Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito do Trabalho e Previdenciário, Brasília, 2016.
21. Brasil. *Lei nº. 7.195, de 12 de junho de 1984*. Dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos. Brasília, DF, 1984.
22. Brasil. *Decreto nº. 95.247, de 17 de novembro de 1987*. Regulamenta a Lei número 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei número 7.619, de 30 de setembro de 1987. Brasília, DF, 1987.
23. Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
24. Brasil. *Decreto nº. 3.361, de 10 de fevereiro de 2000*. Regulamenta dispositivos da Lei número 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso do empregado doméstico ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao Programa do Seguro-Desemprego. Brasília, DF, 2000.
25. Brasil. *Lei nº. 11.324, de 19 julho de 2006*. Altera dispositivos das Leis números 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei número 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília, DF, 2006.
26. Brasil. *Emenda Constitucional nº. 72, de 2 de abril de 2013*. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF, 2013.
27. Costa, JSM; Barbosa, ALNH; Hirata, G. Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre as condições de trabalho das empregadas domésticas. *Política em Foco*. 2016 (60): 56-62.

28. Brasil. *Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015*. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília, DF, 2015.
29. Andrade, T. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?* (Estudo Técnico). Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. 2016. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29160>> Acesso em: Março de 2017.
30. Melo, HP; Considera, CM; Di Sabbato, A. Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*. 2007; 16(3): 435-454.
31. Marcondes, MM. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.
32. hooks, B. Intelectuais negras. *Revista Estudo Feministas*. 1995; 3(2): 464-478.
33. Boris, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social*. 2014; 26(1):101-121.
34. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios contínuo - PNAD contínuo: 1º trimestre de 2017*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201701_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_Grandes_Regioes_e_Unidades_da_Federacao.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2017.
35. Prisco, T; Carvalho, CS; Gomes, MM. Diaristas: “Novas Domésticas” em Tempos de Trabalho Precário?. *Serviço Social em Revista*. 2013; 15(2): 28-50.
36. DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Emprego Doméstico no Distrito Federal: PED DF - Abril 2016*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisepedempregoDomestico.html>> Acesso em: Agosto de 2016.
37. Minayo, MCS. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
38. Sánchez, CA. Biografía etnográfica. In: *Etnografía: metodología cualitativa en la investigación sociocultural*. Marcombo, 1995. p. 209-220.
39. Murillo, AL. O uso das biografias nas pesquisas antropológicas. *Revista Perspectivas Sociais*. 2013; 2(1): 2-10.

40. Manica, D. *Autobiografia, trajetória e etnografia: notas para uma Antropologia da Ciência*. Revista Espaço Acadêmico. 2010; 9(105): 69-77.
41. Bourdieu, P. Por uma ciência das obras. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
42. Moreira, WW; Simões, R; Porto, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. *Revista Brasil Ciência e Movimento*. 2005; 13(4): 107-114.
43. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 02 de Março de 2017.
44. Observatório, ET. Dados e Indicadores Econômicos, Sociais e Educacionais da Microrregião do Entorno de Brasília para Subsidiar a Atuação das Instituições Públicas de Ensino. *Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás*. 2012; 1(1): 114-144.
45. Queiroz, EP. A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. *Anais*. 2016; 1-17.
46. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativa Populacional 2016*. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>> Acesso em: 02 de Março de 2017.
47. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Luziânia (GO)*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521250&search=goias|luziania|infograficos:-historico>>. Acesso em: 03 de março de 2017.
48. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Novo Gama (GO)*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521523&search=goias|novo-gama>>. Acesso em: 03 de março de 2017.
49. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Águas Lindas de Goiás (GO)*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=520025&search=goias|guas-lindas-de-goias|infograficos:-historico>>. Acesso em: 03 de março de 2017.
50. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Valparaíso de Goiás (GO)*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=522185&search=goias|valparaiso-de-goias>>. Acesso em: 03 de março de 2017.

51. Dias, JC; Araújo, GS (Org.). *O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2008-2011)*. Brasília: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2013.
52. Woortmann, K. Um único filho não é filho. *Humanidades*. 1986 : 51-59.
53. Almeida, DEV. *Narrativas femininas sobre o aborto: estratégias do cuidar de si em contexto popular*. Monografia. Universidade de Brasília/ Faculdade de Ceilândia, Brasília, 2015.
54. Woortmann, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico*. 1990; (87): 11-73.
55. Freitas, JB. *Desigualdades em distâncias-gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
56. Albuquerque, AS; Freire, MFS; Passos, RG. Violência doméstica e saúde das mulheres: uma análise da experiência do município de São Gonçalo. *O Social em Questão*. 2014; 18(31) 117-136.
57. Silva, DF. *O empregado doméstico e os direitos relacionados à segurança e a saúde do trabalhador*. 2013. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=10179 > Acesso em: Março de 2017.
58. Monticelli, TA; Tamanini, M. O poder do “não” e a contradição do “sim”: as ambivalências afetivas, monetárias e de gratidão nas relações de trabalho das diaristas. *Clínica & Cultura*. 2015; 4(1): 79-88.
59. Venna, D. Poole, D. El estado y SUS margens. *Etnografías comparadas. Cuadernos de antropología social*. 2008; (27): 19-52.
60. Dantas, LMS. Destino ou escolha? Narrativas e memórias acerca do trabalho a partir das experiências intergeracionais de domésticas em Porto Alegre/RS. *Illuminuras*. 2013; 14(33): 306-326.
61. Brites, J. Friendship and Inequality gender, generation and class between domestic workers and their employers. *Cadernos Pagu*. 2007; (29): 91-109.
62. Goldstein, D. The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: *Laughter out of place: race, class and sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley: University of California Press, 2003. p.58-101.
63. Pinho, OS; Araújo, TM. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2012; 15(3): 560-572.
64. Ludermi, AB. Inserção produtiva, gênero e saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*. 2000; 18(6): 1571-1575

65. Tamanini, M; et al. *Saúde-doença na interação entre gênero e trabalho um estudo das representações das empregadas domésticas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1997.
66. Ramos, FHA. *Dor nas costas e o trabalho doméstico*. Dissertação (Especialização). Universidade Federal do Paraná/ Departamento de Saúde Comunitária/ Curso de Especialização em Saúde do Trabalho, Curitiba, 2003.
67. Leandro, ME. Teias da Saúde: desigualdades de saúde, saúde das desigualdades. In: *Saúde e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Editora MS. 2011; 7(7): 17-32.
68. Neri, M; Soares, W. Social Inequality and Health in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2002; 18(Suplemento): 77-87.
69. Mori, N; et al. *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. 1ª Ed. Brasília, CFEMEA, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E
PESQUISA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Terapeutas populares e tecnologias em saúde no DF
e região do entorno

Pesquisador: Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34150214.9.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 783.155

Data da Relatoria: 29/08/2014

Apresentação do Projeto:

Nas cidades do Distrito Federal e seu entorno encontram-se em plena atividade parteiras, rezadeiras, benzedeiros, raizeiros, farmacêuticos populares, fitoterapeutas, massoterapeutas, entre outros, atuando com um universo de pessoas que não se satisfazem com a exclusividade dos modos de operação da biomedicina. A proposta deste projeto é mapear as tecnologias terapêuticas para promoção, prevenção e cura em processos de saúde-doença desenvolvidos por terapeutas populares que atuam nas cidades em tela. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, que pretende realizar uma descrição densa da realidade social em estudo. Serão utilizadas como técnicas de pesquisa,

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 783.155

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é uma continuidade do projeto desenvolvido com apoio do Edital Universal 14/2011 do CNPq.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

apresentou todos os termos

Recomendações:

não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não há pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

aprovado

BRASILIA, 08 de Setembro de 2014

Assinado por:
Livia Barbosa
(Coordenador)

ANEXO B - ARTIGO SUBMETIDO À REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICA & TRABALHO

Vivências e Narrativas de Trabalhadoras Domésticas Diaristas

Experience and Narratives of Domestic Day Laborers

Resumo

No contexto atual do mercado de trabalho, persiste a informalidade, condição em que se encontram as diaristas, trabalhadoras domésticas sem vínculo formal, foco deste estudo que tem como objetivo a análise das representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de trabalhadoras domésticas diaristas. Este trabalho está baseado nas histórias de vida de quatro trabalhadoras, residentes nas cidades do entorno do Distrito Federal, em municípios localizados no estado de Goiás, Brasil, que atuam como diaristas, realizando trabalhos domésticos em Brasília, Distrito Federal. As narrativas dessas mulheres apresentaram temas relativos às “trajetórias ocupacionais”, “práticas cotidianas na faxina” e “percepções de saúde”. Essas histórias de vida revelam contextos de exclusão social, marcados pela violência de gênero, racismo e violência nas relações trabalhistas ao mesmo tempo em que apresentam estratégias de subversão dessas práticas por essas mulheres.

Palavras-chave: Serviço de limpeza; Trabalho feminino; Relações trabalhistas; Riscos Ocupacionais.

Abstract

In the current Job market context persist the informality, that the day laborers have reached. They are female workers who work in informality in paid domestic work, targeted of this research. The objective of this research is to analyse the representations and perceptions about the informality of the work contract and the health risks of domestic day laborers. This research is based on life story of four women workers, residents of the cities surrounding the Federal District, in the state of Goiás, Brazil, acting as day laborers, doing domestic work in Brasília, Federal District. The narratives of these women have presented themes relating to “occupational trajectories”, “daily housecleaning practice” and “perceptions of health”. Their life stories reveal settings of social exclusion, marked by gender violence, racism and violence in labour relationship at the same time as presenting strategies of subversion of such practices by these women.

Keywords: Housekeeping; Working women; Labour relations; Occupational risks.

1. Introdução

Exercido, na maioria das vezes, por mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade, o trabalho doméstico é marcado pela precariedade das relações de trabalho e, apesar de sua importância para a sociedade e para o bom funcionamento da economia, é desvalorizado por compreender um processo de qualificação que ocorre fora das instituições de formais de ensino e se relaciona com corpos de sujeitos marcados pelo preconceito, racismo e processos de colonização. Essas mulheres recebem baixa remuneração e vivenciam situações de desigualdade de gênero, raça e classe (FREITAS, 2010; COUTINHO ET AL, 2013).

No Brasil, 92 % dos empregos domésticos são ocupados por mulheres, e esta é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras, o equivalente a 14% do total das vagas ocupadas por este segmento populacional (PINHEIRO ET AL, 2016). No âmbito das ocupações, as mulheres encontram-se em situações precárias. Isso tem sido explicada pela sua exclusão do mundo do mercado de trabalho por razões de violências culturais que as subordinam ao patriarcado, em que a dicotomia entre o papel feminino assentado na reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização de afazeres domésticos, e o papel masculino no exercício do poder econômico na esfera pública, foi traçada ao longo de todo o processo histórico no Brasil (MELO, CONSIDERA & DI SABBATO, 2007). Soma-se a esta desigualdade de gênero, questões raciais e de classe social, ou seja, no caso, da mulher negra, parda ou indígena e pobre, ampliam-se os contextos de violência e subordinação (HOOKS, 1995).

Concebido como um trabalho desqualificado, que qualquer pessoa pode realizar, tornando-se estigmatizado por envolver sujeira, corpos e intimidade e por esses postos remunerados serem ocupados por pessoas de *status* mais baixo, há quem defenda que limpar, cozinhar, lavar, cuidar das crianças e dos doentes são habilidades naturais das mulheres e, devido a isto, o trabalho doméstico constitui o tipo mais comum de trabalho não pago (MELO, CONSIDERA & DI SABBATO, 2007; BORIS, 2014)). Isso se configura na violência de gênero no âmbito das ocupações que, ainda hoje, no Brasil, escraviza muitas mulheres, jovens e crianças.

O trabalho informal é caracterizado pelas precárias condições de trabalho, pela falta de registros oficiais na carteira de trabalho, e, assim sendo, os trabalhadores informais são privados dos benefícios de seguridade social e não se encontram cobertos por medidas de proteção à saúde (IRIART ET AL, 2008; COUTINHO, 2013). Enquanto que o trabalho das empregadas domésticas encontra-se regulamentado em diversos dispositivos legais, em contrapartida, o trabalho das diaristas permanece sem respaldo legal (PRISCO, CARVALHO & GOMES, 2013). A média de estudo delas é de seis anos e meio, o salário é de aproximadamente R\$ 700, e, até 2014, mais de 70% não tinha carteira assinada (PINHEIRO ET AL, 2016).

As trabalhadoras em serviços domésticos são as que apresentam maiores sintomas de depressão e ansiedade, como tristeza e desânimo, dificuldade de concentração, palpitações e agressividade, além da alta incidência de acidentes ocupacionais não fatais nessa ocupação, estimada em 7,3%, comparado a mulheres que exercem outras ocupações (4,5%) (IRIART ET AL, 2008). Esse quadro torna-se ainda mais complexo, pois existe uma série de outros fatores, para além do trabalho doméstico, que influenciam negativamente a saúde destas trabalhadoras, como a falta de lazer, a violência, o racismo, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e o desamparo pela ação do Estado.

Embora existam estudos quantitativos sobre a organização social do trabalho doméstico, estudos qualitativos que buscam qualificar e identificar as percepções destas trabalhadoras sobre seu próprio universo laboral, sua história de vida, seus problemas de saúde, suas demandas e aspirações, são escassos (MORI, 2011). Estudos sobre como pensam, percebem e se posicionam as trabalhadoras em relação a este tipo de inserção no mercado de trabalho, e sobre como esse tipo de vinculação afeta a sua saúde e segurança, impondo-lhes riscos, são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias inovadoras, que contemplem políticas de promoção da saúde e de prevenção e controle dos riscos ocupacionais (IRIART ET AL, 2008). Além disso, pesquisadores têm chamado atenção para a dimensão social e cultural do risco, apontando a importância de se compreender o ponto de vista de trabalhadores expostos a riscos ocupacionais, para que esse conhecimento possa subsidiar processos decisórios e de regulação desses riscos (IRIART ET AL, 2008; AMORIM, 2008; YOSHIKAI, 2009).

Portanto, investigar o trabalho doméstico, significa apreender o universo de milhões de trabalhadoras brasileiras que ainda se encontram à margem da produção acadêmica e, no caso da saúde pública, permitir que haja uma reflexão acerca da representação social do trabalho doméstico e da percepção sobre os riscos à saúde destas trabalhadoras, verificando dimensões de segregação e marginalização marcadas pela pobreza, raça, etnia e gênero.

De modo a preencher essa lacuna do conhecimento, realizou-se este estudo, que tem como objetivo principal: analisar as representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de trabalhadoras domésticas diaristas; e como objetivos específicos: conhecer e descrever a história de vida das diaristas, contextualizar as condições de vida, trabalho e saúde que estão inseridas as trabalhadoras domésticas na sociedade, identificar as práticas/estratégias de cuidado de trabalhadoras domésticas no enfrentamento de seus problemas cotidianos relacionados à vida e saúde.

2. Localizando e trilhando o campo

Para compreender a relação entre o trabalho doméstico, as formas de cuidado e as percepções de saúde que cercam a vida das diaristas, optou-se por realizar um estudo que permita a produção uma teoria do social a partir do encontro entre pesquisador e sujeitos. Peirano (1991) afirma que o encontro etnográfico permite a construção de uma teoria etnográfica que não se refere somente ao grupo ou pessoas nem somente ao pesquisador, mas resulta da interação entre esses dois sujeitos. Segundo Minayo (2010) esse tipo de abordagem em uma pesquisa é a mais adequada ao aprofundamento da complexidade de fatos e processos particulares e específicos para indivíduos e

grupos e que apresenta como resultado um trabalho coletivo resultante da interação entre pesquisador e pesquisado.

Foi realizado um estudo biográfico, que segundo Sánchez (1995) é o mesmo que buscar narrativas sobre a história de vida. Através da narrativa da história de vida de uma pessoa é possível entender o processo pelo qual um sujeito traça sua trajetória, como ele o faz relacionado à sua sociedade e cultura e como os indivíduos se definem ou se reconhecem em relação ao grupo social ao qual pertence (MURILLO, 2013). A partir das narrativas biográficas, não se conhece apenas um itinerário ou uma trajetória, mas também relações e interações entre pessoas, instituições e políticas que são muito reveladoras do contexto contemporâneo, o que permite o trânsito entre macro e micro, na interface das políticas que marcam corpos e pessoas em seu cotidiano (MANICA, 2010). É importante ressaltar que o relato biográfico é um texto e não uma vida e, portanto, uma história de vida não pode ser escrita em toda sua totalidade em poucos capítulos (MURILLO, 2013).

Pierre Bourdieu (1996) defende que as trajetórias de vida são estabelecidas pela série de acontecimentos experimentados pelo indivíduo dentro de um campo no qual ele age, no qual ele exerce e sofre influência. No caso do presente estudo, o campo é representado pelo trabalho em serviços domésticos, onde não será apresentada a vida das diaristas em sua totalidade, mas os acontecimentos relatados por elas que pretendem explicar e complementar as suas experiências no serviço doméstico.

Segundo Sánchez (1995), neste tipo de estudo deve-se evitar as entrevistas estruturadas, pois qualquer pergunta pode prejudicar a obtenção de uma história de vida de acordo com a própria percepção do entrevistado, sendo aconselhável dar aos entrevistados liberdade suficiente para narrar suas histórias sem imposições. Diante disso, nesta pesquisa, foram estabelecidos diálogos que se baseou nas histórias de vida e nas estratégias de enfrentamento frente aos problemas encontrados em seus cotidianos, a fim de obter, através da narrativa das diaristas, seus pontos de vistas, percepções e significados que orientam e influenciam suas escolhas e relações de trabalho.

As participantes deste estudo foram identificadas por meio da técnica do *snowball*, que é uma técnica de identificação de participantes a partir de uma rede de conhecidos próximos. Elas foram selecionadas com base nos seguintes critérios: ser mulheres; exercer o trabalho doméstico remunerado na categoria profissional de diarista, ou seja, sem vínculo empregatício; ser moradora da região do Entorno do Distrito Federal, com o intuito de analisar como ocorrem os deslocamentos de trabalhadoras em sua lida diária entre centros urbanos.

Nas entrevistas foram abordados temas sobre a trajetória de vida das diaristas, tais como sua origem e criação, família, educação, casamento e filhos, sobre suas experiências de trabalho, de como iniciou na profissão, seu relacionamento com os patrões, trajeto para o trabalho, as atividades

que executa durante a faxina, a jornada de trabalho, remuneração, carteira de trabalho, Previdência Social, sobrecarga e acidentes no trabalho; e sobre suas percepções de saúde, estratégias de cuidado, meios e lugares mais acessados por elas em caso de doença e o cuidado com os filhos. Também foram abordados temas sobre discriminação racial, assédio sexual e violência doméstica, e sobre auxílios/benefícios proporcionados pelo Estado.

As entrevistas ocorreram durante os meses de agosto de 2016 a janeiro de 2017, foram transcritas, sendo modificados apenas os nomes das diaristas, de seus familiares e de seus empregadores, quando estes eram relatados, mantendo a postura ética e confidencial acordada com as informantes.

Quanto à análise dos dados, as informações obtidas nas entrevistas foram analisadas conforme a técnica de elaboração e análise de unidades de significados, em que foram selecionadas aquelas unidades que se mostraram mais significativas nos discursos produzidos pelas informantes e, em seguida, interpretadas buscando entender os dados em sua essência.

3. Localizando as trabalhadoras em questão

No total, foram entrevistadas quatro mulheres que exercem ou exerciam o trabalho doméstico remunerado durante a maior parte de suas vidas na categoria profissional de diarista. Elas residem em cidades localizadas no Entorno do Distrito Federal, e precisam percorrer, diariamente, grandes distâncias para chegar até seus locais de trabalho, que se encontram nos bairros de classe média e alta do Distrito Federal.

A região do Entorno do Distrito Federal é uma microrregião do estado brasileiro de Goiás, compreende vinte municípios (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício) e uma população de 1.015.010 habitantes, onde 50,12% são mulheres (IIBGE, 2010; OBSERVATÓRIO, 2012). Essa região é estigmatizada como áreas violentas, sem estrutura e políticas públicas adequadas. Há um trânsito intenso de trabalhadores desses municípios para Brasília, além de pessoas em busca de serviços de saúde (QUEIROZ, 2016).

Dos vinte municípios que integram a região do Entorno, quatro abrigam as diaristas participantes desta pesquisa. Ivone reside no município de Luziânia, situada a uma distância de 58 km de Brasília. É o município mais populoso da região do entorno de Brasília, com uma população estimada de 196.864 habitantes (IBGE, 2016). Ana é moradora do Pedregal, bairro do município de Novo Gama, localizado a 54 km da capital federal. Possui uma população estimada de 108.410

habitantes (IBGE, 2016). Neuza reside no município de Águas Lindas de Goiás, localizado a 70 km de Brasília, com uma população estimada de 191.499 habitantes (IBGE, 2016). Bete mora em Valparaíso de Goiás, situada a 35 km de distância de Brasília, e com uma população estimada de 156.419 habitantes (IBGE, 2016).

O perfil sociodemográfico das trabalhadoras participantes deste estudo é apresentado no quadro 1, e vai ao encontro do que é referido na literatura sobre o trabalho informal, que se caracteriza pela baixa escolaridade, predominância de pessoa da cor negra ou parda, história de migração do interior do estado para a capital, inseridas no mundo do trabalho antes da maioridade e todas com vínculo informal (IRIART ET AL, 2008; BRITES 2013; COUTINHO ET AL, 2013).

Quadro 1 – Perfil das trabalhadoras domésticas entrevistadas

Nome	Ivone	Ana	Neuza	Bete
Idade	50	54	42	40
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo
Cor/Etnia	Branca	Parda	Negra	Parda
Cidade/Estado de Origem	Salgadinho – Paraíba	Araioses – Maranhão	São Francisco - Piauí	Planaltina – Goiás
Idade que Começou a Trabalhar	11 anos	14 anos	7 anos	14 anos
Tipo de Vínculo Empregatício	Diarista	Diarista/ Mensalista	Diarista	Diarista
Situação Conjugal	Divorciada	Casada sem registro civil	Casada com registro civil	Casada sem registro civil
Filhos	1	4	3	1
Local Onde Reside	Luziânia	Novo Gama	Águas Lindas de Goiás	Valparaíso de Goiás
Característica da Moradia	Casa própria	Casa alugada	Casa própria	Casa própria

Fonte: Produzido pela autora.

4. Desvendando narrativas, contextos e sujeitos

4.1. Trajetórias Ocupacionais

Essas mulheres vieram para a região do DF ainda crianças ou adolescentes, suas trajetórias são marcadas pela relação de compadrio do meio rural onde os filhos circulam em momentos de necessidade, mas, quando estão em Brasília, adentram em outra lógica, a da exploração do trabalho infantil, ranços de uma colonização dos corpos de meninas pardas e negras que se replicam no Brasil ao longo do tempo e do espaço. Assim, dentre as quatro mulheres que conversamos, três são imigrantes da região nordeste do país, chegaram à Brasília ainda jovens em busca de melhores

condições de trabalho e de vida. Este fato foi narrado por elas como tendo ingressado no trabalho doméstico quando, ainda, eram crianças sob as ordens dos próprios pais, que viam no emprego de seus filhos como alternativa para a subsistência da família. Todas as entrevistadas começaram a trabalhar entre 7 e 14 anos de idade em “casas de família”, varrendo chão, lavando a louça, cozinhando, lavando e passando roupas e “olhando crianças”.

“(Comecei a trabalhar) Quando nasci. (Rindo) Brincadeira! Com 11 anos de idade eu já vim pra cá trabalhar, né? Eu vim com meu pai pra cá (Brasília). A diferença é que eu trabalhava de graça, só por uma comida e uma roupinha, com 11 anos, né?! Aí com 12 anos eu fui embora pra lá de novo (Para sua cidade natal, Salgadinho/PB). Aí comecei lá, não tinha emprego, aí eu botava água na rua pros outros, pra aquelas casas, botava água na rua. Aí depois eu arranjei emprego assim por perto, em Patos (Patos/PB), Campina (Campina Grande/PB). Larguei a cidade e fui trabalhar lá, em casa de família mesmo. É fazendo faxina. Limpar a casa, passar roupa, fazer comida.” (Ivone)

“Eu sou do Maranhão. Aí eu saí do Maranhão com 14 anos. Eu sou de Araisos. Aí eu vim com 14 anos. Fiquei aqui (Brasília). Não conhecia ninguém. Aí fiquei na casa de uma amiga da gente que é comadre do meu pai. Aí de lá pra cá (desde de minha vinda para Brasília), eu fiquei com ela e fui mudando. (No primeiro emprego) Eu morava no serviço, direto. Passei 12 anos morando no serviço. Foi assim, eu ia pro Rio de Janeiro, mas aí não fui. Eu não fui pro Rio de Janeiro porque eu chorei com medo de deixar meu pai e minha mãe. Aí veio uma vizinha da gente, que mora de frente com a minha mãe, lá na casa de meu pai, lá no Maranhão. Bem pertinho mesmo. Então ela disse: “É moço, tu deixa a Ana ir pra Ceilândia (Bairro do DF) pra cuidar de dois meninos?” Aí, eu vim pra cá em 80. Aí eu vim. Quando eu chego na Ceilândia, não era pra cuidar de dois meninos, era pra cuidar da casa, com tudo, e ainda lavar roupa na mão. Eles não pagavam muito não, sabe por quê? Porque eu era de menor ainda. Ela descontou, porque quando eu cheguei aqui, eles compraram as roupas pra mim. Eu não trouxe nada. Eles compraram roupa pra mim. Aí eles descontaram tudo, eu não recebi foi nada.” (Ana)

“Ixi, minha filha, eu tinha 7 anos. (Comecei a trabalhar) Em casa de família mesmo. (Sempre) É, nas casas de família. Lá eu trabalhava assim todo dia, né?! Eu praticamente morava na casa. Aí, eu trabalhei até os 15 anos, depois fui pra outra cidade de lá mesmo eu fiquei trabalhando. Então comecei a trabalhar no Piauí e depois foi pra Goiânia, sempre trabalhando nas casas de família.” (Neuza)

“Sou daqui mesmo, do Goiás. Nasci em Planaltina. Eu comecei a trabalhar com uns 14 pra 15 anos, quando eu fui estudar, fazer meu segundo grau, à noite, aí comecei a trabalhar como doméstica. Depois eu trabalhei em loja. Quando eu fiquei grávida eu parei de trabalhar porque não tinha com quem deixar ela (filha de 4 anos). Aí depois que ela ficou maiorzinha eu voltei a trabalhar, mas aí fazendo faxina. Não era de doméstica não (não tinha carteira assinada). Trabalhei de vendedora com carteira assinada, mas de doméstica mesmo não. Completei o segundo grau. Só, tenho essa filha de 4 anos. E já tá bom demais. Quero mais não.” (Bete)

O início precoce no mercado de trabalho se mostrou necessário para essas mulheres e naturalizado na lógica do meio rural, pois eram membros de famílias de classe popular que viviam em situação de precariedade com dificuldades materiais, com muitos irmãos e grandes dificuldades financeiras. As diaristas relatam seu contexto familiar:

“Tenho muitos irmãos, bem uns oito. A gente trabalhava na roça. Todos os filhos ajudavam, Ave Maria, era com uma inchadinha lá, minha filha.” (Ivone)

“Meus pais trabalhavam de roça. Tenho, nós somos treze irmãos. Nós somos 6 mulheres e o restante é homem. Quando eu trabalhava... Até os 15 anos, a gente trabalha por conta dos pais da gente, né, que quer que a gente trabalha naquela família. Então, tipo assim, pra ajudar. Nessa época que eu trabalhava lá, eu nem recebia salário. Eles botavam eu pra trabalhar lá, dizendo que iam ajudar meus pais. Que meus pais eram bem pobrezinho. Aí, trabalhavam de roça, né?! Aí eu ia trabalhar e ganhava casa e comida. E dizendo eles que tavam ajudando meus pais. Mas não me pagavam nada.” (Neuza)

Comumente, o trabalho em serviços domésticos começa a ser exercido desde cedo, por crianças que vêm do interior para trabalhar em “casas de família” como uma estratégia para sua própria sobrevivência. Essa migração de crianças ocasiona grandes perdas no sentido educacional e de cidadania. Além disso, as crianças submetidas ao trabalho doméstico ficam expostas desde cedo à discriminação, à humilhação, ao isolamento e à violência física e sexual (AMORIM, 2008). O trânsito dos contextos rurais para o urbano mesclam espaços e temporalidades e revelam processos que não são estanques ou duais, mas demonstram contextos processuais onde corpos, sentidos, afetos, práticas violentas se entrecruzam e se formam.

De acordo com o Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008, o trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e está entre as piores formas de ocupação a que se pode submeter crianças e adolescentes. São atividades que mesmo realizadas no âmbito do lar, violam direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer e ainda, acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral (DIAS & ARAUJO, 2013). Ao lado de seus pais e mães, em contextos populares, a formação das crianças passa por vivenciar atividades que as formam como sujeitos em suas localidades e famílias, aprendem um ofício e a lida familiar, no entanto, quando transitam para outros contextos, essas meninas pardas e negras são recebidas muitas vezes pelo racismo e preconceito, assim, o trabalho não é mais uma atividade formativa, mas de exploração e violência.

Com relação ao estudo, três delas não chegaram a completar o ensino fundamental: “*Eu estudei muito pouco!*” (Ana); “*Estudei até a 4ª.*” (Neuza); “*Eu nunca saí da 1ª série. Fiz só a primeirinha! Esse tempo no Nordeste era muito ruim, viu. Não tinha escola também. Quando aparecia a escola, a gente chagava lá era só pra dormir, porque tava cansada de tanto trabalhar.*” (Ivone).

Inseridas em “casas de família” que as reconheciam como trabalhadoras, o trabalho era algo distinto do lazer, das brincadeiras e das escolas. E não havia escolha para estar nas brincadeiras ou escola, mas estavam restritas ao trabalho, que em algumas situações era o “trabalho escravo”, pois a remuneração se restringia ao local para dormir, à comida e às roupas. Desse modo, essas meninas estão nas estatísticas de um segmento com baixa escolaridade, o que significa dificuldade para elas

consequirem outro trabalho, permanecendo como trabalhadoras domésticas nessas casas, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas e com uma grande jornada de trabalho. Destarte, pode-se inferir que o binômio baixo grau de escolaridade/ausência de capacitação profissional é fator condicionante para a exclusão das diaristas de outros campos profissionais, uma vez que estas vivem em uma época de crescente especialização das profissões e de maior exigência quanto à formação escolar, sendo que para a inserção em grande parte dos espaços sócio-ocupacionais, exige-se, no mínimo, a conclusão do ensino médio (PRISCO, CARVALHO & GOMES, 2013). Suas histórias de vida explicam porque suas vidas se restringem a essa ocupação, a esse grau de escolarização.

Questionadas sobre a satisfação com seu trabalho e a vontade ou possibilidade de mudança de emprego como diaristas, hoje, elas responderam:

“Gosto (do meu trabalho)! É o que tem! (rindo) Hoje em dia você tem que agarrar o que tem, né?! Por que tá difícil. Hoje em dia você segura o seu! Sei lá, a gente chega numa certa idade que a gente nem sonha mais, nem dá tempo de sonhar, sonha mais quando a gente é novo, né?! Você quando é nova tem sonho de ter um carrinho, de ter um bom empreguinho e só tem sonho bom, mas a gente chega numa idade assim que você já sonhou tanto que nem sonha mais.” (Ivone)

“Gosto (do meu trabalho). É o que eu sei fazer, né?! Eu não sei, nunca parei pra pensar (em trabalhar com outra coisa)”. (Neuza)

“Gosto (do meu trabalho). Eu gosto muito de cuidar de casa. Eu gosto! Por enquanto não (não tenho vontade de fazer outra coisa). Por enquanto pra mim tá bom. Eu quero até mais. No caso, os dias que eu tenho livre, eu queria preencher.” (Bete)

O espaço da identidade, pertencimento social é criado e passa a ser valorado positivamente, mais adiante, veremos como uma rede de apoio se forma entre essas mulheres permitindo subverter o contexto de exclusão que se encontram. Um estudo sobre as representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil na cidade de Salvador, Bahia, apontou que para as trabalhadoras, a baixa escolaridade, o medo do desemprego e a falta de opção são fatores que impossibilitam a mudança de ocupação e levam à aceitação do trabalho doméstico (IRIART ET AL, 2008). Em outro estudo sobre as trajetórias ocupacionais das diaristas atuantes na região de Santa Catarina, foi verificado que, em geral, as diaristas que entrevistou não apresentavam planos estruturados relativos à sua vida laboral futura e que, embora elas terem relatado gostar de atuar como diarista, não significava necessariamente pretender permanecer nessa ocupação por longo prazo (COUTINHO ET AL, 2013).

As falas das diaristas mostram como as dificuldades estruturais estão inseridas nas trajetórias dessas trabalhadoras desde sua infância, gerando consequências que perduram por toda a vida, assim como afirma Monticelli (2013), “uma vez inseridas ainda crianças no trabalho

doméstico remunerado, as possibilidades de sair dele são bem pequenas, prejudicando seu futuro educacional e limitando suas possibilidades trabalhistas”.

Para muitas delas a fase da juventude foi um período difícil, em que tiveram que enfrentar episódios de preconceito e humilhação. Uma delas relatou em sua narrativa episódios racistas vivenciados nas casas onde trabalhou: *“Quando eu comecei a trabalhar... Por que eu trabalhava pra uma família que era muito branca, né?! Aí, eles sempre me chamava de negra. Eu tinha uns 10 anos”* (Neuza).

A distância social baseada em aspectos raciais ainda continua moldando formas de poder no cotidiano do emprego doméstico, aparecendo de forma sutil, criando conflitos que são encobertos pelo âmbito privado (FREITAS, 2010). Em 2014, 17% das mulheres negras eram domésticas e apenas 28,6% delas trabalhavam com carteira assinada (PINHEIRO ET AL, 2016). Racismo, machismo e desigualdade de classe marcam essa situação, não ter carteira assinada ou seus direitos respeitados estão embasados em argumentos que veem o trabalho doméstico como naturalizado no feminino, então, não deve ser remunerado. Além disso, essas mulheres vivenciam o racismo replicado do período da escravização e sujeição dos corpos negros e pardos, quando as mulheres negras estavam ali para servir.

Ana, sobre sua experiência na primeira casa onde trabalhou: *“Eu fiquei lá 1 mês e alguma coisa. Eu falei: Sabe de uma coisa? Eu não vou ficar aqui mais não! O pessoal tá me humilhando demais!”*. Ivone também relata: *“Eu já trabalhei em casa que os patrões eram bem assim carrasco, tipo: empregada tem seu canto; empregada não vai na mesa, só pra trabalhar; empregada não se senta perto do patrão.”* As domésticas se sentem humilhadas sempre que veem a distância social entre si e suas contratantes ser reforçada por meio de atitudes diferenciadoras violentas desencadeadas pelas patroas e o racismo é o pano de fundo dessa estrutura (FREITAS, 2010). A humilhação é quase uma regra do cotidiano do emprego doméstico, pois é proveniente da “desigualdade de poder entre os agentes sociais que se prendem ao emprego doméstico” e “do forte grau de servidão que a ocupação impõe às trabalhadoras” (FREITAS, 2010).

Algumas delas também sofreram assédios advindos de seus empregadores, e como elas eram migrantes e quase não tinham mais contato com seus familiares ou com outras pessoas que pudessem lhes apoiar, tiveram que enfrentar essas situações sozinhas. Neuza relata: *“Nessa casa mesmo onde eu trabalhava (entre seus 10 - 15 anos), o meu patrão, ele vivia me assediando. Ele falava as coisas pra mim, ficava falando...(Constrangida). Só que eu, graças a Deus, nunca dei moral pra ele”*.

As violências físicas e sexuais são eventos mais frequentes entre as mulheres e, principalmente com trabalhadoras de baixa qualificação profissional, podendo acarretar diversos problemas de saúde como apontam os estudos epidemiológicos mundiais, que avaliaram os efeitos

do assédio sexual sobre a saúde e mostraram que o alcoolismo, transtornos mentais e de apetite, distúrbios do sono e baixa autoestima são consequências frequentes reportadas pelas mulheres vítimas desse crime (AMORIM, 2008).

Devido à questão da subordinação aos patrões, da discriminação no trabalho e das questões de gênero e de racismo, o trabalho em serviços domésticos apresenta as condições propícias para ocorrência do assédio sexual laboral e, embora o reconhecimento legal deste crime tenha contribuído para a não discriminação no trabalho, a Lei do Assédio Sexual (Lei 10.224/01) não consegue abranger todas as ocupações, permanecendo desprotegida a trabalhadora doméstica diarista, por não possuir vínculo profissional (AMORIM, 2008).

Muitas delas enxergaram no casamento a possibilidade de sair das casas onde trabalhavam e conquistar seu próprio espaço com a ajuda do companheiro. Enquanto que por um lado o matrimônio lhes permitiu maior liberdade, por outro, lhes acrescentou uma carga trabalhista maior, pois elas passaram a ter obrigações como esposa, mãe e como dona de casa, o que resultou em múltiplas jornadas de trabalho para elas, que não contam com a ajuda masculina nas tarefas domésticas. De acordo com Ivone, ela faz *“serviço dobrado”* ao aliar o serviço nas casas das patroas com sua casa. Neuza explica que não há ninguém para ajudá-la em casa: *“Assim, tem o meu marido e meu filho, mas não me ajudam, não. Eu faço o serviço todo aqui e quando eu chego em casa tem que fazer tudo lá”*. Por sua vez, Bete relata: *“Aí aqui (na minha casa), eu faço sozinha. Ninguém me ajuda. Principalmente ele (Marido) que não me ajuda mesmo”*.

A violência doméstica também perpassa a vida dessas mulheres. Elas enfrentam um relacionamento no qual não existe apoio e, frequentemente, vivenciam situações de opressão, traição e violência, além de sofrerem ao ter que criar seus filhos neste contexto. Ana fala de sua experiência:

“Depois que eu arrumei esse agora (atual companheiro) ficou até pior. Tenho um casal (de filhos) com ele. De uma hora pra outra ele sumiu, viajava. Minha menina tá dando trabalho por causa dele. Dou conta de mandar embora não, por que agora tá até perigoso a gente mandar embora. O jeito que tá ruim, né, os homens estão perigosos. Ele não quer separação, não. Por que eu me separei dele, né? Quando teve uma confusão eu me separei dele e agora não dá certo não. É perigoso. Eu fico preocupada. E na confusão, minha filha, eu não falei nada com ele, não falei nem que ele era feio, não falei nada. Só vi ele de lá pra cá, metendo a mãozina em mim. Eu tava lavando o chão, só vi ele batendo na minha cabeça. Aí mandou eu sair de casa: “Vai sai daqui!”” (Ana)

Nesses casos, elas tiveram que sair de suas casas com os filhos, sem condições financeiras, e procurar ajuda com amigos, vizinhos e patrões, já que não puderam contar as garantias legislativas, pois, apesar de a violência doméstica ser caracterizada como crime no Brasil, elas não obtiveram assistência social ou policial, preferiram construir suas próprias estratégias para enfrentar a situação. Essa realidade trouxe consequências sérias para o bem estar destas famílias, tais como o medo, o

esgotamento emocional e a depressão. A filha de Ana sofre de um problema psiquiátrico grave que ela acredita ser resultado dessa situação com marido. Ana foi chamada pela escola para ver a filha que estava se cortando no banheiro da escola, Ana estava fazendo diária, longe do local onde vive e sua filha estuda. Ana pediu sua filha mais velha para ir à escola, mas essa estava trabalhando, sua filha conseguiu que sua cunhada fosse ver o que estava acontecendo. Ela levou a filha de Ana para sua casa, aguardar o retorno da mãe. Essas mulheres contam com essa rede de apoio para cuidarem de si e de seus filhos quando estão no trabalho ou em outras situações.

A violência doméstica é apontada como fator de risco para a doença mental, depressão, suicídio, entre outras consequências físicas, podendo acarretar transtornos na vida social por abandono material, que pode resultar na desagregação familiar. E, por isso, é reconhecida como um problema de saúde pública que demanda atenção e intervenção do Estado para seu enfrentamento, sendo a ausência de ações do Estado que garanta a segurança das mulheres um fator agravante, que implica em sérias consequências para a saúde das vítimas (ALBUQUERQUE, 2014). No caso de Ana, quando se viu expulsa de casa pelo marido, ela acessou essa rede de apoio, familiar, de vizinhança e amigas para se reestruturar, isto é, alugar um barraco, ter os móveis em casa e apoio para cuidar dos filhos. No entanto, Ana retornou a vida com o companheiro apesar dos protestos de sua filha, Ana tem medo que o marido a mate.

Sobre essa rede de apoio e cuidado, vale enfatizar o caráter da dádiva que ela representa em contextos populares, nos termos de Mauss (2009). Essa rede é acessada em uma lógica do dar, receber e retribuir, por essa rede circulam pessoas, cuidados, informações, objetos, os quais se constituem em práticas que permitem a essas mulheres subverterem contextos de opressão. Especialmente, nos casos relatos aqui, essas mulheres são acolhidas e acolhem. Uma rede feminina em contexto popular se apresenta acima dos estigmas, violência e imposições, reforçando o controle sobre a vida. E essa troca é coletiva, não se restringe aos indivíduos, mas aos arranjos familiares que elas constituem.

4.2. Práticas Cotidianas na Faxina

As trabalhadoras contaram que, geralmente, o tempo gasto para se chegar ao trabalho é de 1h30 a 2hs, o que torna a locomoção muito cansativa. Na maioria das vezes, elas precisam pegar dois ônibus para chegar ao seu destino. Elas mencionam a dificuldade em conseguir chegar ao local de trabalho quando os funcionários do transporte público entram em greve. Também demonstram o medo e a insegurança que sentem ao ter que estar muito cedo nas paradas de ônibus. Elas relatam:

“Eu trabalho todo dia, né?! O meu horário de chegada é as 8:00 e saio às 16:00 (horas). Moro em Águas Lindas e acordo às 4:30 para chegar às 8:00. Vou dormir 23:00 - 23:30. Durmo pouquinho!” (Neuza)

“Eu trabalho em três casas. Trabalho dois dias num, dois dias no outro e um dia em outro. Moro em Luziânia. Olha, na verdade a gente fala que mora em Brasília e dorme em Luziânia, né?! É tranquilo, mas a gente viaja muito! Só de ônibus a gente fica o quê... São duas mais duas (Contando nos dedos), são 4 horas de ônibus, rodando, pra ir e pra vim. 2 horas pra vir e 2 horas pra voltar. É, é difícil por causa disso, dos ônibus. Mas, as paradas de ônibus é cheio de ladrão. Às vezes a gente tá vindo no ônibus e as pessoas dizem: acabei de ser assaltada! Perigoso! Eu mesma já fui assaltada duas vezes em parada de ônibus. acordo às 3h30 da manhã. Vou dormir com as galinhas. Vou dormir 20:00 - 21:00 horas, pra poder acordar 3:30 da manhã. Eu acordo 3:30, mas saio de lá 4:40 (De Luziânia). Eu chego aqui 6h e pouco (Na Asa Sul). Eu saio daqui 15:30. 15h/15:30 eu vou embora. Pegar o ônibus de volta. É, essa é a pior parte! Trabalho de segunda a sexta. Sábado não.” (Ivone)

“Saio do Pedregal (Bairro do Novo Gama) pra poder chegar aqui na Asa Sul (Bairro de Brasília) durante a semana, agora, eu levanto 4:00 horas da manhã, faço café... Tem vez que eu deixo a comida pronta pra eles (pros filhos). Saio 5:20 da manhã. Deixo a comida pronta! Eu deixo o café pronto, lavo as vasilhas, passo pano no chão se der tempo, aí eu boto o lixo lá fora e saio. 5:20 eu vou pra parada e 5:30 passa o ônibus. Aqui (Asa Sul) eu chego umas 8:00. (Após encerrar a faxina) Eu chego na parada umas 17:00 horas, é longe, é 1km e meio! Eu sigo pra Rodoviária, na Rodoviária pego umas 18:00/19:00 (horas). Chego em casa quase na hora do jornal.” (Ana)

“Eu faço faxina no DF. Faço no Gama, na Samambaia e na Asa Norte. Trabalho de segunda a sexta. Não é todos os dias. Assim, numa semana eu tenho... na verdade eu tenho em uma semana quatro dias e na outra também quatro dias, só que muda. Uma semana eu folgo na quarta e na outra semana eu folgo na segunda. Quer ver, eu trabalho um, dois, três... cinco casas diferentes! Depende do tamanho da casa, aí varia, eu tenho faxina de R\$ 120,00 a 150,00. Meu horário é eu que faço. Só tem uma que eu chego cedo, por que ela fica me esperando pra ela sair pra ir trabalhar. Então é o único lugar que eu chego por volta de 6:30, 6:45 da manhã. Na Samambaia eu vou de carro. Saio de casa por volta de 5:30, 5:40. A casa que eu trabalho na Asa Norte, eu vou de ônibus pra lá. É umas 1:30, 2:00 horas pra chegar lá. Aí, no caso, na Samambaia, no Gama... Aonde eu faço no Gama é na Ponte Alta, aí eu não tem ônibus. Aí eu teria que pegar ônibus pra Taguatinga, descer na BR e ir andando. Não é muito longe, não. Que dá, dá! Mas eu não faço. Como o valor que boto na faxina dá pra mim pagar a gasolina, então eu vou de carro. Que aí eu saio daqui por volta de 7:30. Então eu faço meu horário. E eu terminei eu venho embora. Eu não tenho que cumprir horário. Ah! ficar até 18h porque eu tenho que trabalhar 8 horas/dia, não! Então eu faço meu serviço e tchau. Se eu terminar 13h eu vou embora 13h, se eu terminar 17h eu vou embora 17h. Eu que faço meu horário. Não preciso chegar muito cedo e também não saio tarde. Depende do meu ritmo. A média do serviço que eu saio é assim 17h - 17:30.” (Bete)

Cada diarista possui sua forma particular de organizar e efetuar a limpeza das residências. O tempo despendido para execução da faxina também varia e segue o acordado com os contratantes. Elas explicam sua rotina de limpeza:

“Quando eu chego aqui de manhã, passo a roupa tudinho, faço a comida e dou a comida do Pedro (Criança que ela cuida) e limpo a casa. Assim, umas 1:30/ 2h, que o Pedrinho já foi pra escola, fica mais tranquilo, que ele não deixa eu fazer nada. Aí eu vou passar pano na casa e ainda tenho que lavar lá de fora (Garagem).” (Neuza)

“Agora eu to fazendo assim, chego lá na casa, limpo a casa todinha. Não mexo em roupa muito mais não. Aí eu chego lá abro as portas da casa toda. Quando eu chego lá, a mulher já sai: Eu to saindo e não tenho hora de chegar! Só chega lá pra meio dia/ uma hora. Aí vem eu pra cuidar da casa toda, aí vem o banheiro, que são oito banheiro. To falando, as casas do Jardim Botânico é grande! Aí eu vou lá pro banheiro, limpo logo os banheiro. Que eles não usam muito os banheiro, só uns dois que eles usam mesmo, que os outros só quanto tem visita. Aí eu vou pra casa, limpo a casa todinha, venho pra cozinha 11:30 cuidar do almoço. Quando dá meio dia o homem chega: Tá pronto? Que o primeiro que almoça é ele, a mulher não almoça, não. Primeiro que chega é o patrão, pra almoçar. Aí ele mesmo vai nas panelas e tira a comida. A mulher chega lá pras 2 horas, 2 horas que ela vai almoçar. Aí eu arrumo a cozinha, passo pano no chão e vou lá pra roupa, passar roupa, e quando dá dez pras cinco (da tarde) eu guardo a roupa lá pra cima, aí eu me arrumo e saio pra parada.” (Ana)

“Quando chego na casa tenho que fazer tudo! Eu lavo o banheiro, tiro a poeira, limpo janela, lavo o chão, algumas eu passo roupa, outras eu lavo roupa e passo. É serviço de casa só não faço comida! Na casa de ninguém eu faço comida. Eu não tenho lugar de só passar roupa. Eu no caso tenho três casas que eu passo roupa, né. Já é combinado o valor tudo incluso. Não, só passar roupa não. Aí eu faço o serviço da faxina, de cuidar da casa, e depois eu passo a roupa.” (Bete)

O tempo para chegar às casas, fazer render o serviço e seguir na longa jornada de retorno para casa é calculado, Ivone explica: *“Eu almoço correndo e volto pro meu trabalho pra eu ir logo pra casa. Não tiro uma hora para almoçar não, tiro não! Tem gente que tira, mas é difícil. Tem gente que prefere ir direto logo pra fazer o serviço, pra ir embora logo”.*

Para estas mulheres, momentos de lazer e diversão são inexistentes: *“Não tenho. Quase não tenho não, não tenho! A única coisa que eu saio assim é só pra igreja mesmo. Final de semana eu vou pra missa e fico em casa também. Descansar!” (Neuza); “Tem igreja, mas eu nem vou. No final de semana você fica tão cansada que ir pra igreja você fica sem coragem de ir.” (Ivone); “Sábado e domingo eu fico em casa. Vou resolver minhas coisas, vou no mercado fazer compra. Aí vou lavar roupa, vou lavar banheiro. É assim final de semana! Não saio, não.” (Ana); “Eu procuro não trabalhar no sábado, que no sábado e domingo eu to em casa. Mas a gente não sai. É muito raro! É opção minha não fazer faxina no sábado. Faço aqui (na própria casa)!” (Bete).*

A vida nas cidades que essas mulheres vivem também é marcada pela falta de opções de espaços de encontros, esses se dão, para as mulheres, entre vizinhanças, conversas nos portões, nas casas e igrejas. Os homens se encontram nos bares conforme relataram. Essas mulheres trataram das dificuldades que enfrentam cotidianamente para conciliar o trabalho e a criação dos filhos:

“Eu botava uma pessoa pra cuidar. Pagava a pessoa que ficava com os meninos e ainda levava comida pra eles comer. Tem vez que o dinheiro ia quase tudo. R\$ 80,00/ R\$ 60,00! Era a metade da diária. Cansava de deixar gente. Quando chegava do mesmo jeito que eu deixava a comida, ficava. O bichinho tava sem comer, que eles não sabiam mexer em nada, né?! Outros judiavam com os meninos, quando dava fé, de noite os meninos tavam lá numa casa lá embaixo, com frio, com os peito de fora, que não tinham levado blusa. Falei: Não, não aguento! Aí eu despachava a menina que não dava certo. Aí botava outra, não dava certo. Aí eu não aguentava: Vocês vão se virar agora sozinho, que eu não vou mais pagar! Passei a deixar eles sozinhos em casa.” (Ana)

“Que ela (filha de 4 anos) fica na escola, o dia todo. No caso ela entra às 7h e fica até 18h, 18h30, que é o horário que eu costumo pegar ela. É tempo integral o colégio! Se ela fica doente, aí no caso tem que ser eu. Não faço serviço. Aí eu mato serviço. No caso, eu ligo avisando. No começo, antes dela ir pro colégio, ela ia comigo. Em algumas faxina ela ia comigo. Em outras eu deixava ela com a esposa do meu sobrinho.” (Bete)

Uma das diaristas relatou que precisou entregar uma de suas filhas para outra família criá-la, pois a criança necessitava de um maior cuidado que ela não podia oferecer uma vez que precisava trabalhar o dia todo para garantir o sustento do restante da família: *“Aí o que eu fiz: pra não tá a minha filha sofrendo por causa de ninguém eu tenho que dar! Dei pra uma mulher que eu nunca conheci, mas hoje ela trata bem a Júlia e a Júlia ajuda ela”* (Ana). Acionando sua rede de apoio, Ana ficou sabendo que essa mulher queria ter filhos e entregou sua filha. Ela convive com essa filha que, hoje, está adulta.

Andrade (2016) afirma que o cuidado com os filhos pode ser um obstáculo concreto à participação feminina no mercado de trabalho, sendo o acesso à creche indispensável para que as mulheres possam exercer atividades remuneradas. No entanto, no caso das mulheres que participaram deste trabalho, essas instituições não existiam, elas deveriam dar conta sozinhas das famílias e do trabalho fora de casa.

A relação com o patrão é um aspecto importante na atuação das diaristas e pode levar a valorizar ou não o trabalho (COUTINHO ET AL, 2013). Algumas entrevistadas destacam a valorização e a relação de confiança estabelecida com os esses: *“[...] esses patrão que eu tenho agora são tudo gente boa, deixa a gente à vontade. Também são emprego de 30, 35 anos, que eu luto com família assim. É, amizade! Parece irmão!”* (Ivone).

Todas as situações vivenciadas e as experiências adquiridas nas casas onde estas mulheres trabalharam moldaram suas escolhas individuais por migrar entre o trabalho realizado como diarista e como mensalista. Monticelli (2013) afirma que “as desilusões, as privações, a violência, as angústias, os medos não estão apenas contidos como alegorias em uma narrativa, mas são instrumentos de transformações pessoais e sociais para cada uma dessas mulheres”. Desse modo, as escolhas são pautadas pela maior renda, pelas tarefas que precisam executar, pelo cansaço, pela autonomia e pelas relações harmoniosas e afetivas que são construídas com os empregadores. Isso revela estratégias interessantes de terem controle sobre suas ocupações de diaristas, que são marcadas pela precariedade e não reconhecimento trabalhista. Assim, essas mulheres, ao longo do tempo, vão encontraram meios de controlar suas relações trabalhistas, na ausência de proteção estatal.

Ivone explica suas escolhas:

“Eu sempre trabalhei em casa de família mesmo, fazendo de tudo. Mas, eu passo mais roupa. Faço faxina também, mas passo mais é roupa. Nunca trabalhei com carteira assinada, não. Eu trabalho por diária. É por minha conta. Eu pago meu INSS. Se acontecer alguma coisa comigo, eu vou levar prejuízo por que eu to trabalhando por

minha conta. Eu só trabalho 1 dia ou 2, aí não tenho direito a nada. Minha carteira tá limpinha! Nunca tive carteira assinada. Nem quero ter nesse trabalho, prefiro trabalhar como diarista ganho mais (Rindo). Você trabalhando assim você ganha mais, por que você passa o mês todinho pra ganhar um salário, né, R\$ 800,00 - R\$ 900,00. E você trabalhando por diária você ganha mais. Você ganha o dobro, por exemplo. Mas tudo tem seu preço, né?!” (Ivone)

Sobre a rotina de seu trabalho, Ivone relata:

“Ah sinto cansaço no meu trabalho, todo mundo sente! Peso, nem tanto. Cansado é mais por causa das viagem que a gente faz nesses ônibus, né?! Aí a gente chega em casa já tão cansada, que você olha pra suas coisas e não dá nem vontade de fazer, mas você não vai ficar no desmantelo, aí vai e faz. Tem dia que nem janta eu faço de tão cansada. É porque quando a gente vai dar faxina a gente tem que fazer de tudo, né?! Então você termina você fica com suas costas doendo. Muito dolorida às vezes, né?!” (Ivone)

Ana trata de suas relações no trabalho e as escolhas:

“Nunca tinha trabalhado fixado, só na diária. É complicado pra pessoa, né?! Porque o pior é que não tem jeito de encostar, né?! Não tem jeito de aposentar, né, na diária. Se não pagar do seu lado, não tem jeito! Hoje é difícil trabalhar na diária. Se não pagar o seu INSS... Se pagando já complica, né, imagina não pagando! Porque na diária, de um dia pro outro a pessoa fala: Ah não quero mais! É! Diária a gente perde, né?! É, por isso que eu to falando... Eu trabalhava, chegava no final de ano, cadê? Ôh! Eu achei maravilhoso, agora, ter a carteira assinada. Vou completar 3 anos já, né?! Recebo décimo terceiro, férias... Esse ano já peguei 20 dias de férias. Ano passado eu peguei 15. Vendí, vendí o resto das férias. Então ficou melhor. Lá não tem menino que me incomoda, só tem eu, ela e o marido dela.” (Ana)

Neuza fala sobre a escolha em ser diarista ou mensalista (carteira assinada):

“De positivo (do trabalho), por que a gente trabalha porque tem que trabalhar e gosta de fazer, né?! E tem alguma coisa pra fazer todo dia, né, pra fazer aquilo. É, eu prefiro carteira assinada. Porque diarista é muito cansativo. A gente vai ficando mais velha, não aguenta mais, não. É melhor, porque assim, você recebe por mês. Tem como contar, né?! E diarista não. Se você não for trabalhar você não ganha. Se você adoecer, não tem com o que contar.” (Neuza)

Bete explica os motivos que a faz preferir ser diarista:

“É, porque eu ganho muito mais como diarista do que eu for trabalhar de doméstica mesmo, porque ter um salário X é bem menos do que eu tiro como diarista, eu tenho faxina de R\$ 120,00 a 150,00. A única vantagem de carteira assinada é que você tem férias, décimo terceiro. Se você ficar doente você tem aquele respaldo, mas fora isso, o salário é bem menor. Você ganha bem menos! Não (pago INSS)! Se acontecer alguma coisa u to no sal, né?!” (Bete)

A partir desses argumentos, fica evidente que, por um lado, deseja-se trabalhar de forma regulamentada, pela segurança na velhice com a aposentadoria, por receber todo final de mês, além de férias, 13º salário, mas, por outro, os perdas estão em permanecer mais horas no serviço, com

constante supervisão dos patrões, além de ter descontados no salário os tributos sociais, ocasionando a redução do mesmo.

4.3. Percepções de Saúde

O ambiente de trabalho das trabalhadoras domésticas podem apresentar riscos ergonômicos, físicos, químicos, biológicos e até os estressores ocupacionais, como as múltiplas responsabilidades, as longas jornadas, e, por ser este um espaço que escapa da fiscalização, acaba permitindo formas de violência, coerção e isolamento, que as colocam em situação de risco para outros transtornos (AMORIM, 2008). Além dos acidentes de trabalho, sintomas de depressão, ansiedade e outros transtornos mentais comuns estão associados ao emprego doméstico (LUDERMI, 2010; PINHO & ARAUJO, 2012).

É difícil para as trabalhadoras domésticas perceberem o seu trabalho como possível causa de adoecimento, devido à similaridade com as atividades desenvolvidas em suas próprias casas, e por este tipo de trabalho estar inserido em uma dinâmica de sofrimento baseada, sobretudo, na dor moral, circunscrita na vida social dessas mulheres, e que reflete a forma como a sociedade (des)valoriza e concebe esta ocupação (TAMANINI, 1997; IRIART ET AL, 2008). No entanto, elas reportam alguns acidentes, como escorregões e quedas decorrentes do piso úmido e ensaboado, cortes nas mãos ao lavar a louça ou cozinhar e pequenas queimaduras ao passar roupas: *“Escorregar a gente escorrega, de vez em quando a gente queima, mas é coisa de leve. Isso aí acontece muito, você cai, levanta, fica com dor no corpo.”* (Ivone). Mas, apesar da dor e dos ferimentos, elas consideram que estes tenham sido de baixíssima gravidade, não as impedindo de continuar a realização de suas tarefas, sem receber nenhum tipo de atendimento ou ajuda: *“É, cortezinho de dedo às vezes, mas nada que me impedisse de trabalhar”* (Neuza); *“Já caí. Mas não foi coisa de não ter que ir trabalhar no dia seguinte porque eu me machuquei. Só o roxo mesmo, né, mas de não ter que ir, não!”* (Bete).

Ao serem questionadas sobre o uso de equipamentos de proteção, elas reportaram não usar por considerar que estes equipamentos lhes atrapalham na execução de suas atividades: *“[...] que eu não uso luva. Eu não gosto de fazer nada com luva.”* (Bete); *“É difícil usar assim, eu não uso não. Às vezes a gente usa por que o sabão tá comendo as mãos. Eu vejo as empregadas dizendo que tá usando luva por que o sabão tá comendo as mãos, aí usa, mas é difícil. [...] eu nem gosto. Eu prefiro ficar com os calos nas mão.”* (Ivone). Notou-se também que elas não percebem o uso desses objetos como algo que poderia evitar muitos dos pequenos acidentes sofridos.

Estas trabalhadoras, no entanto, apontaram a sobrecarga de trabalho como causa de adoecimento: *“[...] é serviço pesado, né?!”* (Bete); *“É porque quando a gente vai dar faxina a gente tem que fazer de tudo, né, então você termina você fica com suas costas doendo. Muito dolorida as vezes.”*

(Ivone). Um dos motivos mais frequentes de procura médica por parte das trabalhadoras domésticas é a dorsalgia, uma patologia que promove a queda da qualidade de vida e absenteísmo ao trabalho (RAMOS, 2003).

A dupla jornada de trabalho, que leva a trabalhadora doméstica a repetir, na sua casa, as mesmas atividades realizadas na casa dos patrões, também deve ser levada em consideração com um fator de risco (IRIART ET AL, 2008). Associado a estas questões, está o tempo para executar uma grande quantidade de tarefas e a conseqüente ausência de um momento para descanso ou para as refeições: *“eu almoço correndo e volto pro meu trabalho pra eu ir logo pra casa.”* (Ivone).

As entrevistadas mencionaram dores de coluna, crises de asma e alergia a produtos de limpeza como problemas de saúde associados ao trabalho doméstico: *“Eu to tendo muito problema de alergia. Os produtos de limpeza tá me deixando muito... a poeira também. Aí eu to tendo muita crise de alergia, frequente.”* (Neuza); *“Eu tenho problema de asma. Já tem uns 10 anos ou mais. Mas é assim, eu vivo controlada por remédio. Trabalho, às vezes dá o cansaço, teve uns tempos que eu quase não dava conta de trabalhar por causa dos problema de saúde meu.”* (Ivone).

As diaristas também revelam as dificuldades que encontram para acessar os serviços de saúde próximos as suas residências nas cidades do entorno do Distrito Federal, preferindo, quando possível, deslocar-se até os centros de saúde e hospitais de Brasília:

“Eu me tratava de asma lá (posto de saúde em Luziânia), só que não tinha recurso, eu vim achar recurso aqui em Brasília. [...] é difícil conseguir uma consulta, passei 1 ano pelejando[...] Aí eu vim pra Brasília fazer o tratamento[...]” (Ivone)

“Aqui, as vezes que ela (filha) ficou doente, a gente levou no hospital aqui (referindo-se ao Hospital Municipal de Valparaíso), mas não tinha médico, aí a gente foi pra Asa Sul, ali no HMIB (Hospital Materno-Infantil de Brasília). Ou no Gama, que também não tem médico, aí eu vou pro HMIB. Até que ela não é de ficar muito doente, mas se precisar aqui é difícil. Porque nunca tem médico, ou quando tem é clínico geral, não é pediatra. Já levei aqui, que ela tava doente, precisei, levei aqui mesmo e resolveu o problema porque não era nada grave, mas se for uma coisa mais grave aqui não resolve.” (Bete)

Diante da falta ou da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela inexistência de unidades ou de profissionais de saúde próximos a suas moradias, ou pela impossibilidade de conciliar os horários de trabalho com o do atendimento nos centros de saúde, estas trabalhadoras acabam utilizando chás e medicamentos por conta própria para resolver ou aliviar seus problemas de saúde.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa não permite estabelecer generalizações, mas deve ser compreendida como uma investigação em profundidade com quatro diaristas no Distrito Federal, o que permitiu um

olhar mais aguçado sobre a informalidade que marca o trabalho doméstico e o crescimento do modelo de diaristas, trazendo uma reflexão central para o campo das políticas.

Assim como em outros estudos sobre o trabalho doméstico, as narrativas obtidas nesta pesquisa evidenciam o reconhecimento da desvalorização do trabalho informal e das trabalhadoras nessa situação, e a consciência da sua invisibilidade social, política, e moral, uma vez que se reflete na própria consideração do seu valor pessoal. Para além da expansão dos direitos atualmente reconhecidos, são necessárias estratégias de expansão da formalização, sob pena de que os avanços alcançados no campo legal não alcancem uma parcela significativa de trabalhadoras, as diaristas. Também é necessário elaborar estratégias que conduzam à valorização social deste trabalho e que sejam desenvolvidas formas de minorar as desigualdades sociais.

Não obstante, a ausência de políticas públicas, programas e ações que promovam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar impacta diretamente na condição de vida e saúde das trabalhadoras domésticas em diversos aspectos, desde a sua experiência de ter sido trabalhadora infantil doméstica, as suas possibilidades de formação educacional e de acesso à formação profissional, até o tempo dedicado ao lazer e aos cuidados de si e de sua família. Nas margens do Estado e de seus direitos como cidadãs e vivendo sob o jugo do racismo, machismo e desigualdade de classe, essas mulheres criam estratégias de cuidado, em uma rede de apoio marcada pelo feminino subvertendo a subalternização de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, AS; FREIRE, MFS; PASSOS, RG. Violência doméstica e saúde das mulheres: uma análise da experiência do município de São Gonçalo. **O Social em Questão**. 2014; 18(31) 117-136.
- AMORIM, AM. **Emprego em serviços domésticos e efeitos sobre a saúde**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia/ Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2008.
- ANDRADE, T. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?** [Estudo Técnico]. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. 2016. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29160>> Acesso em: Março de 2017.
- BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**. 2014; 26(1):101-121.
- BOURDIEU, P. Por uma ciência das obras. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
- Brites, JG. Trabalho doméstico questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**. 2013; 43(149): 422-451.

COUTINHO, MC; et al. Todo dia uma casa diferente: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica**. 2013; 12(4): 1127-1140.

DIAS, JC; ARAÚJO, GS. (Orgs.). **O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil**: avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2008-2011). Brasília: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2013.

FREITAS, JB. **Desigualdades em distâncias-gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Revista Estudo Feministas**. 1995; 3(2): 464-478.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 02 de Março de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional 2016**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>> Acesso em: 02 de Março de 2017.

IRIART, JAB; et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciências & Saúde Coletiva**. 2008; 13(1): 165-174.

LUDERMI, AB. Inserção produtiva, gênero e saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**. 2000; 18(6): 1571-1575.

MANICA, D. **Autobiografia, trajetória e etnografia**: notas para uma Antropologia da Ciência. *Revista Espaço Acadêmico*. 2010; 9(105): 69-77.

MAUSS, M. Ensaio de sociologia. In: **Ensaio de sociologia**. Perspectiva, 2009.

MELO, HP; CONSIDERA, CM; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**. 2007; 16(3): 435-454.

MINAYO, MCS. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTICELLI, TA. **Diaristas, afeto e escolhas**: ressignificações no trabalho doméstico remunerado. [Dissertação]. Universidade Federal do Paraná/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2013.

MORI, N; et al. **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. 1ª Ed. Brasília, CFEMEA, 2011.

MURILLO, AL. O uso das biografias nas pesquisas antropológicas. **Revista Perspectivas Sociais**. 2013; 2(1): 2-10.

OBSERVATÓRIO, ET. Dados e Indicadores Econômicos, Sociais e Educacionais da Microrregião do Entorno de Brasília para Subsidiar a Atuação das Instituições Públicas de Ensino. **Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás**. 2012; 1(1): 114-144.

- PEIRANO, M. O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico. In: **Uma Antropologia no Plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: UnB, 1991. p. 131-146.
- PINHEIRO, LS; et al (Org.). **Mulheres e Trabalho**: breve análise do período 2004-2014. (Nota Técnica nº. 24). Brasília: IPEA, 2016.
- PINHO, OS; ARAÚJO, TM. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2012; 15(3): 560-572.
- PRISCO, T; CARVALHO, CS; GOMES, MM. Diaristas: “Novas Domésticas” em Tempos de Trabalho Precário?. **Serviço Social em Revista**. 2013; 15(2): 28-50.
- QUEIROZ, EP. A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. *Anais* (2016): 1-17.
- RAMOS, FHA. **Dor nas costas e o trabalho doméstico**. [Dissertação]. Universidade Federal do Paraná/ Departamento de Saúde Comunitária/ Curso de Especialização em Saúde do Trabalho, Curitiba, 2003.
- SÁNCHEZ, CA. Biografía etnográfica. In: **Etnografía**: metodología cualitativa en la investigación sociocultural. Marcombo, 1995. p. 209-220.
- TAMANINI, M; et al. **Saúde-doença na interação entre gênero e trabalho um estudo das representações das empregadas domésticas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1997.
- YOSHIKAI, LMO. **Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo/ Instituto de Psicologia, São Paulo, 2009.

ANEXO C – NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICA & TRABALHO

A Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho é a publicação oficial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Em circulação há mais de 30 anos, reflete o compromisso do PPGS-UFPB na disseminação de um debate acadêmico atualizado e de alta qualidade na área das ciências sociais. Nas suas primeiras edições, a Revista enfatizou os temas do trabalho e da política, ampliando seu escopo para a diversidade temática nas áreas da Sociologia, Política, Antropologia e Humanidades. Publicamos dossiês temáticos, artigos de tema livre, entrevistas, resenhas e traduções.

Nossa missão é disseminar conhecimento no campo das Ciências Sociais, promover um debate qualificado sobre temas emergentes e de relevância política e acadêmica, enfatizando pesquisas empíricas e análises teóricas, num diálogo entre as perspectivas clássicas e contemporâneas.

A Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho se destina a pesquisadores, estudantes e público interessado nas áreas de Sociologia, Política, Antropologia e Humanidades.

Qualis da Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho: SOCIOLOGIA - B1, ANTROPOLOGIA/ARQUEOLOGIA - B1, INTERDISCIPLINAR - B1, HISTÓRIA - B1, EDUCAÇÃO - B2, FILOSOFIA/TEOLOGIA - B2.

ISSN: 1517-5901

Diretrizes para Autores

O recebimento dos artigos para avaliação prevê, também, as seguintes normas:

SEÇÕES

Artigos para dossiê – textos ensaísticos ou analíticos temáticos, a convite dos editores e/ou por chamada aberta, resultantes de estudos e pesquisas originais (de 15 a 20 páginas).

Artigos livres – textos analíticos ou de revisão resultantes de pesquisas originais teóricas ou de campo referentes a temas de interesse para a revista (de 15 a 20 páginas).

Entrevistas – depoimentos de pessoas cujas histórias de vida ou realizações profissionais sejam relevantes para as áreas de abrangência da revista (de 15 a 20 páginas).

Resenhas – publicações lançadas no Brasil ou exterior, sob a forma de resenhas críticas, comentários, ou colagem organizada com fragmentos do livro (de 7 a 10 páginas).

Traduções – de textos clássicos ou contemporâneos. Caso o texto não se encontre em domínio público, é obrigatório que o tradutor disponha de documento do detentor dos direitos sobre a obra traduzida, autorizando a tradução e sua publicação

em nossa revista.

Observação: na contagem de palavras do texto, excluem-se título, resumo e palavras-chave.

REGRAS

1 - Só serão aceitos os trabalhos submetidos on-line pelo sistema da Revista Política & Trabalho, no seguinte endereço:

<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/index> (Menu esquerdo: SOBRE; item: SUBMISSÕES; subitem: SUBMISSÕES ON LINE)

2 - Todos os trabalhos devem ser escritos na fonte Times New Roman, em espaço 1,5, fonte tamanho 12.

3 - Os artigos para dossiê e os artigos livres devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, no mesmo idioma, com até 250 palavras e mais quatro palavras-chave separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto, além de uma versão em inglês do resumo (Abstract) e das quatro palavras-chave (Keywords), nos mesmos padrões, e a versão em inglês do título do artigo.

4 - As resenhas bibliográficas deverão ser de livros recentes; devem apresentar a referência completa das obras analisadas, especificando: autor(es), título e subtítulo (se houver), local (cidade), editora, ano de publicação e número de páginas.

5 - As entrevistas deverão ser precedidas por um resumo biográfico de até 20 linhas, em TNR tamanho 10, espaçamento simples, com recuo à direita de 4 cm. Deverão ser apresentadas em formato ping-pong (perguntas e respostas), com identificação do entrevistado e do entrevistador em negrito, e a pergunta em itálico.

Declaração de Direito Autoral

DIREITOS DE AUTOR: O autor retém, sem retrições dos direitos sobre sua obra.

DIREITOS DE REUTILIZAÇÃO: A Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho adota a Licença Creative Commons, CC BY-NC atribuição não comercial conforme a Política de Acesso Aberto ao conhecimento adotado pelo Portal de Periódicos da UFPB. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

DIREITOS DE DEPÓSITO DOS AUTORES/AUTOARQUIVAMENTO: Os autores são estimulados a realizarem o depósito em repositórios institucionais da versão publicada com o link do seu artigo na Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho.